

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Lisette Weissmann

Famílias monoparentais:
um olhar psicanalítico

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

SÃO PAULO
2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Lisette Weissmann

**Famílias monoparentais:
um olhar psicanalítico**

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Dissertação apresentada á Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Clínica, Núcleo de Método Psicanalítico e Formações da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Professor Doutor Renato Mezan.

SÃO PAULO
2008

BANCA EXAMINADORA

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____

Para Jorge, meu marido, companheiro infatigável, com que escolhi e escolho, hoje e sempre, andar pelos magníficos caminhos da vida que juntos fomos construindo e transitando. Por ter-me ensinado quão aproveitáveis as mudanças podem se tornar, se abraçadas com amor.

A meus filhos, Agustin e Paula, em eterno agradecimento por ter-me apresentado ao ofício de ser mãe. E sempre me acompanhar na construção de nosso relacionamento, ensinando-me cada dia como conseguir ser uma pessoa melhor.

A meus pais e irmãs, ao lado de quem aprendi o que é viver em família, com carinho e companheirismo, para atravessar momentos difíceis e enriquecedores, que sempre levo em meu coração. A meu pai, Mauricio, que me guiou na maravilhosa arte de ler e me ensinou a sempre persistir. A minha mãe, Mechi, por me ensinar o sentido da coragem e luta pela vida. A minhas irmãs, Evelyn e Nicole, por sempre estar ao meu lado, apesar de habitar em lugares distantes do planeta.

Para meus compatriotas uruguaios, parentes, amigos e colegas que sempre têm estado perto, ainda na distância. A minha sogra, Esther, que sempre tem-me alentado. A meus tios, Tita e Tobi, mentores de toda façanha que eu empreendesse na vida. A minha amiga de sempre, Sylvia, companheira infundável por escolha própria. A meus colegas uruguaios, com quem aprendi e compartilhei as idéias sobre meu trabalho na Psicanálise, Nelson, Graciela, Helena, Debbie, Nahir, colegas de AUDEPP e de AUPCV.

A Myriam, amiga uruguaia, que nos conhecemos, no Brasil, e com quem partilhamos a nossa vida paulistana, juntas trocando idéias de estudo e de vida.

Para meus pacientes, uruguaios e brasileiros, por ter partilhado suas dores comigo e ter confiado em mim, permitindo-me acompanhar lhes aprendendo juntos como superar as dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A meu orientador, Renato Mezan, professor brasileiro da PUCSP que abriu seus braços para me acompanhar na difícil tarefa de uma empreitada dentro da clínica brasileira, para tentar compreendê-la com referenciais teóricos diferentes e uma experiência trazida de outro país. Pela generosidade com que sempre me acolheu e orientou, desde o começo, assinalando que ele não teria que ter lido os livros que eu estava me colocando defronte para ler. Obrigado por me acolher.

Ao psicanalista Isidoro Berenstein, que me tem ensinado desde os meus começos o trânsito pela Psicanálise vincular e sempre me tem alentado com suas palavras e orientações na reflexão e questionamentos. Os mesmos têm me feito crescer e nunca abandonar a possibilidade de refletir sobre as perguntas a que nossa profissão nos defronta.

Para os professores que me têm apoiado, escutado, lido e ajudado na pesquisa que me propus fazer: Luis Claudio Figueiredo, Purificação Barcia, Caterina Koltai, Ceneide Cerveni.

A meus queridos, queridíssimos colegas e companheiros da PUCSP, com quem aprendi e troquei infindáveis idéias sobre como fazer pesquisa. Eles me ensinaram o caminho de aprendizado em um espaço desconhecido para mim, a partir do qual aprendi e cresci muitíssimo. A Claudia Suannes, primeira colega com a qual partilhei temas de pesquisa e dúvidas que nos fizeram crescer, juntas, aprendendo perto uma da outra. A Berta Azevedo, em nossas compridas conversas, que nos têm permitido avançar na amizade e na difícil arte de fazer pesquisa. A Tatiana Inglez, primeira colega que conheci na PUCSP e que me tem acompanhado de perto, nos textos escritos, ajudando-me e apoiando-me. A Gina Tamburino, colega da escrita psicanalítica, que tem lido textos com carinho e paciência infindáveis e corrigido até o cansaço. A Rachele Ferrari, com quem partilhei áreas de troca e trabalho, fortalecendo nossa dedicação e nosso aprendizado, juntas. A Liz Mirim, que tem corrigido meus textos. A Dirceu Scali Junior, Marina Ribeiro e tantos e quantos colegas que apoiaram meu trabalho e ajudaram-me a crescer e aproveitar meus momentos de aprendizado na PUCSP.

Ao grupo das 5^{as} e das 6^{as} feiras, que tem discutido comigo minha pesquisa, especialmente a Sonia Thorstensen.

À equipe do NASF da UNIFESP, em especial as colegas Cleusa Pavan, Luciana Ross, Adalberto Lamerato Costa, Marcia Zanini, Marcelo Niel. Aos pacientes, que, com muita generosidade, se ofereceram para participar da pesquisa.

A meus analistas, que me têm ajudado a me aprofundar em mim mesma e têm me apoiado na valente travessia que implica navegar por meu interior, Susana Ravizza, Marcelo Viñar e Fedora Espinal de Carvajal.

Ao CNPq, pela bolsa concedida, que me permitiu realizar parte desta pesquisa.

E, sobretudo, gostaria de agradecer a todos os brasileiros que me ajudaram, por ter-me acolhido em sua terra com tanto carinho, generosidade e aconchego, que permitiram que pudesse me sentir “em casa”, partilhando minha moradia em esta maravilhosa terra brasileira que, como diz a canção, é “abençoada por Deus”. Obrigada.

RESUMO

WEISSMANN, Lisette. *Famílias monoparentais: um olhar psicanalítico*. São Paulo, 2008. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A presente dissertação resulta das inquietações despertadas na consulta psicanalítica familiar frente à grande quantidade de famílias monoparentais que apresentavam queixas similares e que faziam com que consultassem, encontrando-se em uma situação de crise. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, com uma sustentação teórica psicanalítica.

O trabalho se faz baseado em dois eixos: por um lado, os casos clínicos das famílias monoparentais com queixa e, por outro, a teoria das configurações vinculares, escolhida como amparo para compreender as situações clínicas vinculares.

Do ponto de vista teórico, trata-se de uma pesquisa que percorre dentro da Psicanálise o tema família, e como foi trabalhado pelos diferentes autores psicanalíticos.

Os exemplos clínicos de quatro famílias monoparentais em tratamento vincular psicanalítico são as bases que norteiam a pesquisa, assim como uma produção cultural, o filme *Cidade dos Homens*. São famílias chefiadas por mulheres – mães que conformam a família junto aos filhos de diferentes pais biológicos. No trabalho se parte da figura de pai, *genitor*, doador de espermatozóides, para evoluir até o conceito de função paterna, além e aquém da figura paterna e materna. Os filhos cumprem um papel importante, já que são os que denunciam uma configuração familiar sem saída, apontando a situação de crise que os faz consultar. Eles trazem ao meio familiar um espaço de terceiridade, através da menção à escola, à rua, ao trabalho, ao social. Definimos esse tipo de famílias como a configuração vincular conformada por mãe e filhos. Não falamos da falta de um lugar paterno, mas sim de uma conformação peculiar, descrevendo a estrutura familiar inconsciente, que sustenta essas famílias.

Para um estudo aprofundado do conceito de família, inclui-se sua evolução através da história, do direito brasileiro, das ciências sociais e da estatística.

As famílias abordadas como casos clínicos fazem parte das famílias do século XXI, porém a pesquisa deixa em aberto questões a continuar a serem pensadas, do ponto de vista da Psicanálise, para construir teoria e continuar ampliando o tema.

Palavras-chave: Famílias monoparentais – Teoria das configurações vinculares- Estrutura familiar inconsciente.

ABSTRACT

WEISSMANN, Lisette. *Monoparental families: a Psychoanalytic view*. São Paulo, 2008. Master's dissertation. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

This dissertation is the result of the questions raised in the family psychoanalytic practice faced with a significant number of monoparental families affected by similar problems. Such problems consisted of a family crisis situation, which prompted psychological consultation.

This is a qualitative study based on the psychoanalytic theory. It includes two main aspects: 1) the clinical cases of monoparental families with problems, and 2) the Theory of the Vinculum Configurations, chosen as the theory that will allow us to understand the clinical vinculum situations.

From the theoretical point of view, the investigation includes a review as treated by Psychoanalysis on how the family theme has been considered by various authors.

This research is guided by the clinical cases of four monoparental families in vinculum psychoanalytic treatment and by the cultural production of the film *The city of men*. In it we describe families headed by a woman-mother that constitute a family together with its children from different biological fathers.

The study traces the evolution of the father as *genitor* or provider of spermatozoids up to the concept of the father's function above and beyond the father and mother figures. The children play an important role because they denounce the family as a configuration without a way out and point to the crisis situation that leads them to seek help. They introduce an element of "thirdness" as they mention the school, the streets, a job, the social environment. We define these types of families as a vinculum configuration made up by a mother and her children. We are not talking about the lack of a father figure but rather about a peculiar conformation that describes the unconscious family structure that supports it.

In order to make a thorough study of the concept of family, we include its evolution through history, Brazilian laws, the social sciences and statistics.

The clinical cases studied are families of the XXI century; therefore, this research leaves open a number of questions that should be explored in order to promote further theories and to continue developing this subject.

Key Words: Monoparental families – Theory of the Vinculum Configuration – Family unconscious structure.

SUMÁRIO

I. HISTORIANDO.....	11
1.1 Delineando a história	11
1.2 Eixo da pesquisa.....	15
1.3 Pensando nos vínculos	17
1.4 A história continua.....	19
1.5 Fechando.....	21
PARTE 1: A TEORIA DAS CONFIGURAÇÕES VINCULARES.....	22
II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1 Percurso na teoria psicanalítica	22
2.2 Aquém da teoria das configurações vinculares	26
2.3 Psicanálise das configurações vinculares	29
III. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA:.....	32
3.1 Vínculos.....	33
3.2 Construindo o pedido de consulta	35
3.3 Ana consulta.....	35
3.4 Canção “Antes” como exemplo	37
3.5 Eu ou nós?.....	39
3.6 A família como exemplo	40
3.7 A família onde o tio é chamado de pai	41
3.8 A família onde o genitor é pai biológico	41
3.9 Os vínculos na monoparentalidade?	42
3.10 Primeiro atendimento familiar.....	43
3.11 Três espaços psíquicos	46
3.12 O Espaço Intra-subjetivo.....	48
3.13 O Espaço Intersubjetivo	50
3.14 O Espaço Transubjetivo	53
3.15 Sessão posterior. Em outro momento do tratamento	57
IV. A FAMÍLIA	60
4.1 Um pouco de história	60
4.2 Conceito de família para Claude Lévi-Strauss	64
4.3 A família para o Direito brasileiro	65
4.4 O olhar sobre a família na obra freudiana	66
4.5 A família no olhar da teoria das configurações vinculares	73
PARTE 2: TRABALHO TEÓRICO-CLÍNICO.....	76
V. AS FAMÍLIAS DO SÉCULO XXI: FAMÍLIAS MONOPARENTAIS?.....	76
5.1 A família contemporânea	76
5.2 As famílias monoparentais.....	79
5.3 Uma vinheta clínica	82
5.4 Famílias monoparentais brasileiras para as diferentes ciências	84
5.5 Para a Estatística	85
5.6 Para o Direito	87
5.7 Para a História.....	87

5.8 O “matriarcado negro” nos Estados Unidos: controvérsias em torno ao relatório Moynihans	89
5.9 Concluindo	91
5.10 Resumindo: família e família monoparental	92
VI. AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS NO OLHAR PSICANALÍTICO	94
6.1 Características das famílias monoparentais na consulta clínica familiar	95
6.2 Vinheta clínica	96
6.3 Outra vinheta do mesmo caso clínico.....	99
VII. ESTRUTURA FAMILIAR INCONSCIENTE.....	102
7.1 “Cadê o pai?”	102
7.2 Escolha do caso clínico como ilustração do conceito teórico.....	103
7.3 Estrutura familiar inconsciente como prenúncio da situação familiar vincular	104
7.4 Da estrutura aberta à situação familiar: uma ponte.....	106
7.5 Retomando o caso clínico	107
7.6 Hipóteses que ficam em aberto	114
VIII. O COMPLEXO DE ÉDIPO DE QUATRO TERMOS	116
8.1 O complexo de Édipo segundo Freud	116
8.2 Revisão posterior do Complexo	118
8.3 O complexo de Édipo de quatro termos para a teoria vincular.....	120
8.4 A história de Ana e os seus... ..	122
8.5 Sessão posterior	123
8.6 Família monoparental?.....	129
8.7 Gráfico da família	131
IX. O LUGAR DO PAI	132
9.1 Alinhavando a teoria com a clínica	133
9.2 Um fazer em transferência	135
9.3 Uma família sem lugar para a “ajenidad”. Função paterna?.....	136
9.4 Quando a função paterna é uma possibilidade a ser construída: Cidade dos Homens.....	140
9.5 Nona Sessão	143
X. À GUIA DE CONCLUSÃO	146
REFERÊNCIAS	154

I. HISTORIANDO

Tik

“En el verano de 1972, Carlos Lenkersdorf escuchó esta palabra por primera vez.

Había sido invitado a una asamblea de los indios tzeltales, en el pueblo de Bachajón, y no entendía nada.

Él no conocía la lengua y la discusión, muy animada, le sonaba como lluvia loca.

La palabra *tik* atravesaba esa lluvia. Todos la decían y la repetían, *tik, tik, tik*, y su repiqueteo se imponía en el torrente de voces. Era una asamblea en clave de *tik*.

Carlos había andado mucho mundo, y sabía que la palabra *yo* es la que más se usa en todos los idiomas. *Tik*, la palabra que brilla en el centro de los decires y los vivires de estas comunidades mayas, significa nosotros”.

Eduardo Galeano, *Bocas del tiempo*.

(GALEANO, 2003, p.312)

1.1 Delineando a história

Esta pesquisa relaciona-se com uma trajetória de vida e de formação profissional, que desenhou em mim um tipo de pensamento e um interesse por certas áreas. Formei-me em Psicologia e como professora (de línguas e de Psicanálise) em Montevideú, Uruguai, minha terra natal, onde trabalhei por vinte anos, no campo da Psicanálise, assim como em consultório, em hospital público e em escola. Fui descobrindo a Teoria Psicanalítica na medida em que a estudava. Compreendê-la ampliou meus horizontes pessoais e profissionais. Percebi que a forma como Sigmund Freud descrevia o ser humano e sua conformação psíquica passou a fazer sentido para mim e foi se confirmando, ao longo do meu trabalho. Por meio de leituras, pude partilhar idéias da Psicanálise, fazendo-as minhas. Talvez fale aqui de um trabalho de elaboração interna, em que interagiram tanto as aproximações teóricas quanto a prática no trabalho clínico.

Meu trabalho, não só na Psicologia Clínica como também na Psicologia da Educação, sempre se centrou em uma forma de interação com outros: em instituições, em equipes multidisciplinares, com médicos, professores, diretores etc. Sempre trabalhei “com outros” e “entre outros”. Tanto no trabalho na escola, como professora e como psicóloga, assim como no hospital público e no consultório privado, estava atravessada por multitransfêrencias das quais fui me nutrindo e aprendendo. Poderia dizer que meu percurso, até hoje, vai da aproximação teórica à clínica, desta volta para a teoria. Tal percurso me aproximou do tema *vínculos*¹, constantemente em construção e relacionado com outros saberes e outros seres humanos, ou seja, em constante interação com os outros. Poderíamos pensar nessa aproximação do trabalho na Psicologia como sendo um trabalho “em situação”²: um encontro peculiar em cada situação clínica, com os pacientes, com os alunos, com os professores, com outros profissionais que fazem parte de cada encontro. O trabalho em equipe sempre esteve atravessado por um pensamento psicanalítico, constituindo dita teoria a ferramenta que usei para dar conta de tão variados contextos institucionais, em um trabalho que poderia chamar de Psicanálise extramuros. Essa forma de interagir também foi dirigindo meu olhar para o sofrimento humano, no consultório e nas instituições em que trabalhava.

Partilho o conceito de investigador inserido no campo de investigação: o pesquisador também é perturbado e incluído no campo em que atua. Não existem mais situações anti-sépticas e objetivas. Minha posição se baseia em um olhar em situação, comprometida, interferida, em interação. O acontecimento³ só se delineia no *a posteriori*, a partir de uma cena partilhada com outros, na possibilidade de se constituir no encontro, na intersecção, no vértice entre o eu e o outro.

As pessoas que apelam por nossa intervenção, como profissionais da saúde, tanto como pacientes, no consultório, quanto nas instituições de que fazemos parte, neste século XXI, não trazem os mesmos conflitos e aflições que apresentavam os que consultavam no século XIX. A história e os contextos socioculturais estruturam um “telão” de fundo, sobre o qual os seres humanos vão desenvolvendo os seus sofrimentos e padeceres. O homem contemporâneo foi-se delineando em um contexto sócio-histórico diferente do de séculos anteriores. Nós, porém, como psicanalistas, somos requisitados com outros pedidos de

¹ O tema *vínculo* é o eixo da teoria vincular e vai ser trabalhado em profundidade no Capítulo 3. É o tema básico que norteia a construção da subjetividade e se define como uma ligadura estável entre egos desejanter, com características de extraterritorialidade.

² O conceito de *situação* é trabalhado pela Teoria das Configurações Vinculares e será apresentado no Capítulo 7.

³ Conceito tomado emprestado da filosofia, para apresentar as possibilidades de mudanças nos vínculos. Conceito que será aprofundado no Capítulo 7.

consulta baseados em sofrimentos que se inserem na cultura contemporânea à qual pertencemos.

No início de meu trabalho clínico, a partir da formação na Psicanálise freudiana clássica, na consulta do paciente com sua conflitiva intrapsíquica, comecei a me defrontar com obstáculos nos atendimentos individuais que realizava.

Nos atendimentos infantis, nos quais o trabalho se restringia somente à criança, achava-me ante a impossibilidade de continuar com o mesmo. A dor dos pais, ao se sentirem excluídos da possibilidade de elaborar a evolução de seus filhos, na análise, acompanhando-os em suas angústias, levava-os a suspender aqueles atendimentos. Não conseguiam ter um lugar para depositar as suas próprias emoções, decorrentes do tratamento dos filhos. Tanto a possível inclusão dos pais, quando necessário, nas sessões, como os atendimentos para os pais, periodicamente, não entravam em cogitação na teoria que manejávamos, na época.

Nos atendimentos aos adolescentes, via a imensa barreira que se construía entre os filhos e os pais. Só quando os jovens se separavam internamente deles é que podiam sair do lugar de criança, para pensar em si mesmos como futuros adultos e, assim, constituir-se. Entretanto, os pais eram deixados de fora, fora do consultório e fora do desenvolvimento dos jovens. Precisavam, por sua vez, tornar-se pais de adolescentes, porém eram deixados sozinhos, para dar conta dessa nova tarefa.

Também penso no exemplo de uma paciente adulta que, no atendimento individual com uma queixa de insatisfação em seu casamento, colocava todas as causas de seu sofrimento sobre suas costas. Eu, como psicanalista, não tinha a possibilidade de oferecer diferentes alternativas de atendimento que não se restringissem a um trabalho individual. Talvez tivesse sido importante avaliar, nessa paciente, onde estava o padecimento propriamente dito e que tipo de atendimento poderia ter sido usado, para melhor acompanhá-la em seu padecimento.

As questões tinham a ver com a interrupção de atendimentos infantis e de jovens, por não conseguir incluir os pais, quando fosse preciso, e nos atendimentos aos adultos apenas eram tidas em conta as angústias referentes à vida intrapsíquica deles. Os casos em que a conflitiva, o motivo de angústia e o mal-estar estavam colocados nos vínculos familiares ou de casal, esses atendimentos não eram abordados com base em um olhar psicanalítico. Muitos exemplos como esses se apresentavam à minha frente e persistiam sem respostas.

Claro que os impedimentos não aconteciam em todos os casos clínicos vividos. A criação freudiana da técnica psicanalítica como modo de abordar as doenças mentais intrapsíquicas é inegável e de muita valia, nos casos em que o padecer se centra no mundo

afetivo-emocional desse sujeito. Nem todos os casos podem ser trabalhados de uma mesma maneira, pois temos que ter em conta a peculiar situação que a clínica nos oferece, caso a caso.

Pude então perceber que, no meu trabalho na clínica psicanalítica, os atendimentos clínicos individuais eram órfãos de algum elemento que ficava fora do consultório; o enquadre psicanalítico — o *setting* — não me outorgava a possibilidade de fazer uma leitura dos vínculos, pois ficavam excluídos dos atendimentos em si.

Logo, meu trabalho clínico começou a ficar limitado, por não trazer respostas a certas perguntas que se delineavam ali, uma vez que minha formação em Psicanálise historicamente vem dos atendimentos individuais, que partem de concepções do psiquismo individual.

Sigmund Freud, proveniente da formação em Medicina, tinha o olhar clínico da Neurologia, do atendimento médico e do pensamento positivista da época, dirigido ao paciente individual no “clinal”⁴. Freud exibia, no início de sua obra, um grande interesse por inserir a Psicanálise, ciência que ele estava criando, como parte dos parâmetros científicos da época. Estava fazendo o grande achado do inconsciente e seu funcionamento como eixo fundador da Psicanálise, descoberta fundamental e revolucionária dentro da ciência de sua época.

Também sabemos que estamos falando dos pacientes do século XIX, os quais faziam parte de um outro contexto sócio-histórico e que sofriam de patologias características de sua época. Freud estudava a psique do paciente individual, para fazer as suas descobertas.

Referindo-se a esse momento do pensamento de Freud, concordo com Renato Mezan, quando nos diz que “Freud abandona os conceitos da moral kantiana e se lança à constituição de uma psicologia mais adequada à sua noção basilar, a saber, o conflito psíquico” (MEZAN, 1985, p.151).

Freud se aventurou a aprofundar-se no conflito psíquico que provocava sofrimento em seus pacientes, e assim foi desenvolvendo a Teoria Psicanalítica. A Psicanálise continuou se ampliando com seus discípulos e seguidores, que continuaram fazendo conceituações baseadas nos pacientes, os quais enfrentavam, nos atendimentos clínicos nessa época.

Sabemos que as reflexões teóricas caminham sempre atrás das mudanças a que os pacientes nos expõem, na prática clínica, e esta, ao questionarmos, faz construir teorias para dar conta do sofrimento humano, que vá mudando dentro de seu momento histórico. Já Freud nos ensinou sobre esse modo de pensar, que lhe permitiu desenvolver sua teoria.

⁴ Historicamente, o conceito de atendimento clínico provinha da figura do médico reclinando-se para o paciente, que ficava na maca, deitado por causa da sua doença, que o fazia consultar.

Minha busca foi se constituindo da mesma forma. Eu precisava achar respostas que dessem conta do que ficava fora do consultório, sem possibilidades de ser trabalhado.

Em Montevideu, movidos pela mesma necessidade, formamos um grupo de colegas uruguaios, juntamente com psicanalistas argentinos, e começamos a estudar, atender, escutar e tentar compreender os vínculos. Como resultado, constituímos-nos em um grupo de trabalho dentro do setor de Psiquiatria Infantil, no Hospital Pereira Rossell (único hospital pediátrico do Uruguai), atendendo famílias e casais. Autodenominamo-nos GRINEFI “Grupo de Investigación de la Estructura Familiar Inconsciente”. Fizemos uma leitura introdutória sobre os autores que abordaram, dentro da Psicanálise, os vínculos; partimos da teoria psicanalítica pós-kleiniana, baseando-nos em autores como Bion e Winnicott, de psicanalistas franceses, como Piera Aulagnier; dos trabalhos com grupos e instituições de Pichon Riviere, Bleger e Kaës; de conceitos da antropologia estrutural de Lévi-Strauss e da conceituação do acontecimento, descrita por Alain Badiou, para, depois, nos determos na ampliação da Psicanálise aplicada aos vínculos, teoria propriamente dita sobre a Estrutura Familiar Inconsciente, conceituada pela Dra. Janine Puget e Dr. Isidoro Berenstein.

Ao vir para o Brasil, continuei trabalhando no atendimento a famílias e casais, e defrontei-me com o universo populacional de famílias brasileiras paulistas que me consultavam.

1.2 Eixo da pesquisa

A problemática para a dissertação começou a se estruturar em mim, quando me senti intrigada com os encaminhamentos recebidos no NASF (Núcleo de Atenção e Saúde ao Funcionário) da UNIFESP (Universidade Federal de São Paulo), onde trabalhava. A equipe de saúde mental era composta por psicólogos, psiquiatras e psicanalistas, sendo eu a psicanalista que recebia famílias e casais encaminhados para atendimento. Nas solicitações de atendimentos, uma grande quantidade de casos com queixas e características similares coincidiu com meu interesse para aprofundar e compreender esse tipo de pacientes: as famílias monoparentais. Intrigou-me a quantidade de casos de famílias monoparentais que solicitavam atendimento, defrontadas com a adolescência dos filhos homens. Também o grande grau de violência que atravessava os relacionamentos entre eles como família. Parecia-se constituir o momento de vida da família como situação de crise, em que pediam ajuda para conseguir algum tipo de entendimento entre as mães e os filhos.

Minha proposta é trabalhar sobre as famílias que se apresentam atualmente, na clínica, como famílias monoparentais com um sofrimento vincular que os deixa detidos em sua evolução. Essas famílias constituem-se por uma figura parental única, geralmente a mãe que convive com seus filhos. Os vínculos que aparecem como uma constante nesse tipo de famílias e que perduram no tempo são os vínculos estabelecidos entre mãe e filhos, os vínculos materno-filiais. Descrevo assim um tipo de família que, na realidade factual, está constituída por mãe e filhos, objeto de estudo sobre o qual aprofundarei e investigarei o seu modo de funcionamento peculiar e específico.

Nos casos que serão apresentados, defrontamo-nos com uma mãe que é a figura constante na constituição familiar, à qual se remetem filhos de diferentes pais biológicos. Não nos referimos aqui à figura paterna, mas, sim, ao pai biológico como doador da genética do filho. Cada uma dessas famílias dá-se a si mesma uma conformação especial. Poderíamos determinar essas famílias como um dos novos tipos familiares da atualidade?

Dos atendimentos feitos na UNIFESP, foram escolhidas quatro famílias para serem recebidas no consultório e fazer parte desta pesquisa. Os critérios usados para delimitar a amostra se baseiam no fato de ser famílias monoparentais, que apresentam uma conflitiva vincular e que solicitam atendimento familiar. A atual pesquisa se ampara em famílias monoparentais que solicitam atendimento terapêutico e explicitam uma queixa com sua conseqüente angústia que as norteia. Os casos que ficariam fora da amostra sobre a qual se fundamenta este trabalho são os casos de famílias monoparentais que não demonstram angústia e que têm um desenvolvimento positivo e produtivo.

O eixo clínico do trabalho centra-se, por um lado, em uma pesquisa qualitativa sobre famílias monoparentais brasileiras. Por outro lado, o eixo teórico se fundamenta na Teoria das Configurações Vinculares. Farei um caminho de ida e volta, partindo dos conceitos teóricos que se alimentam da clínica e vice-versa. O trabalho a ser realizado poderia ser desenhado ao modo de uma elipse, que foca em dois pontos, mas que descreve um caminho de ida e volta para aproximar os dois eixos e procurar que um dê luz sobre o outro. Trata-se de uma pesquisa teórico-clínica, já que, para aprofundar na compreensão psicanalítica das famílias monoparentais que consultam na clínica, usaremos de conceitos da Teoria das Configurações Vinculares, que também serão desenvolvidos e clarificados.

Este trabalho procura sistematizar simultaneamente a compreensão das famílias monoparentais em conjunção com a teoria dos vínculos, teoria que eu acho aprofunda em uma leitura psicanalítica dos vínculos familiares. Um pólo ajuda a fazer avançar o outro, de modo

que tanto a reflexão teórica quanto as questões clínicas permitem serem repensadas umas à luz das outras.

1.3 Pensando nos vínculos

Gostaria de voltar para o poema que escolhi para começar meu trabalho e fundamentar o porquê de exemplificar os desenvolvimentos teóricos por meio de obras da literatura. Assim nos diz Renato Mezan: “[...] a psicanálise é em si mesma uma parte da cultura contemporânea, tanto no plano científico-filosófico, quanto no efeito imenso que as posições inspiradas direta ou indiretamente por Freud tiveram sobre os costumes e as idéias deste século”. Refere-se, entretanto, a um outro aspecto: “[...] para Freud, a análise dos problemas culturais se inscreve na psicanálise enquanto *ilustração* das suas teses e enquanto *contribuição* especificamente psicanalítica à compreensão das várias esferas em que se desenvolve o fazer humano” (MEZAN, 1985, p.19).

Eduardo Galeano, um conterrâneo meu, autor de “Tik”, é um escritor que aprendeu muito com outros povos, com outros costumes e formas de olhar para o mundo. Penso que o poema “Tik” ilustra muito as minhas descobertas, no percurso deste trabalho. A possibilidade de deter meu olhar, trabalhar e enxergar o *Nós*, ao qual Galeano faz referência, foi um momento de muito impacto, seja em meu trabalho clínico, seja em minha busca de respostas teóricas que o abarcassem, igualmente.

Defrontamo-nos, na época contemporânea, com um mundo tomado pelo individualismo, que submete os seus cidadãos a uma competência em solidão, norteadas por um perseguir alvos de procura individual e ganho pessoal, descritos pelo *Eu*. Por outro lado, o texto nos diz como os índios nos ensinam, com suas culturas milenares, outros saberes que constroem redes fortes de convívio humano em comunidade, de sorte que esse é o impacto ao que o *Nós* nos desafia, ao finalizar o texto.

Até aqui, vai-se delineando uma constituição do *Eu* e do *Nós*, mas continuamos, agora, aprofundando-nos na seguinte linha de pensamento.

Nós é a tradução portuguesa do espanhol *Nosotros*, termo que nos outorga a possibilidade de decompô-lo para pensar em um *Nos/Otros*. Fica mais claro, assim, pensarmos em como nos encontramos enxergando duas outras instâncias que sempre se mantêm em conflito constante entre o *nós* e os *outros*.

O *nós* requer que o ego faça um trabalho por pertencer junto aos diferentes; essa necessidade de pertencer, para a formação do *nós*, estabelece-se também como conflito para o ego.

Por outro lado, os *outros*, os alheios, os estrangeiros, que são irreduzíveis, não podem ser assimilados ao *nós*, pois exigem uma resposta. Nesse conflito que se descreve, de oscilação entre o *nós* e os *outros*, o *nós* pode tentar deixar fora algumas situações conflitantes, como aquela do verdadeiro encontro com os *outros*.

Apresentam-se como espaços diferentes: a possibilidade de conseguir assimilar o diferente, para pertencer dentro do *nós*, em contraposição ao fato de desenvolver-se com os alheios, com os *outros*. Talvez a distinção se fundamente na possibilidade de pensar distintos tipos de trabalhos psíquicos: o *nós* como um trabalho intrapsíquico de aceitação do diferente do ego, em um esforço de reconhecimento *eu – você*, que também procura achar um pertencimento na constituição do *nós*. E a construção do *outro* como alheio a mim, com presença fora de mim, fora do sujeito todo, como um outro sujeito, tanto para o *eu* quanto para o *nós*.

Esse *Nós/outros*, na teoria das Configurações Vinculares, é o conceito de vínculo, conceituação teórica de vínculo com o outro que dá respostas a algumas questões a respeito do relacionamento humano que não conseguiríamos decifrar apenas em um trabalho individual, solitário. Com o outro é que nos constituímos e nos formamos. A constituição do sujeito só se faz possível na presença do outro e com o outro, em vínculo, um constituindo o outro, em um movimento que se retroalimenta sempre. Com os outros, achamos respostas e descobrimos a possibilidade de continuar crescendo e enriquecendo nosso “*Nós interno*” e nossa capacidade de interagir com os *outros*, alheios, como ponto nodal do humano, na vincularidade.

Meu trabalho dentro da Psicanálise percorreu o mesmo caminho, partindo de um olhar individual ao paciente para descobrir o olhar vincular que conformou um outro paciente: o paciente vincular, como revelador de outros funcionamentos e desdobramentos possíveis.

Os índios tzeltales nos colocam frente a um trabalho em comunidade, em que uns interagem com os outros. O trabalho em conjunto oferece a possibilidade de tecer redes amplas, espaço no qual as pessoas se fortalecem entre si. O autor nos conta que “Carlos había andado mucho mundo” e “sabía que la palabra *yo* es la que mas se usa en todos los idiomas”. Contudo, esses índios nos oferecem a sua descoberta: a significação do trabalho em vínculo, pela “*assembléia em clave de Tik*”.

Talvez Galeano esteja tentando assinalar uma descoberta que atinge uma outra linguagem, com uma outra escrita e que também parece partir de uma outra conceituação do mundo. Na música, o registro musical se faz em claves que dirigem a nossa leitura, clave de sol ou clave de fá, por exemplo. No texto literário, aparece a escrita dos índios, em “clave de Tik”, caracterizando, parece ser, uma outra escrita para um outro contexto e outras necessidades; uma escrita que coloca os sujeitos interagindo em conjunto.

O texto aponta um movimento que vai do *Eu* ao *Nós*, e do *Nós* ao *Nos/otros*. O mesmo movimento poderia representar a minha trajetória na Psicanálise, do trabalho psicanalítico com o paciente individual ao trabalho psicanalítico com o paciente vincular, em tarefa com o *Nós* e o *Nos/otros*.

1.4 A história continua...

Deixemos agora o texto literário para voltar ao trabalho dentro da Psicanálise.

Diante dos fracassos que surgiam nos atendimentos individuais de crianças e jovens, que ficavam inconclusos e talvez em alguns momentos achando-me sem condições de dar respostas a padecimentos humanos nos atendimentos a adultos, descobri a possibilidade de me aproximar do paciente vincular, por meio das conceituações que o Dr. Isidoro Berenstein e a Dra. Janine Puget levaram a Montevideú, cruzando o Rio de la Plata.

Em relação a meu trabalho com famílias e casais, no que mais me aprofundi foi a configuração vincular, que é a base das relações interpessoais.

Algumas perguntas persistem, como eixo do meu pensamento:

- O que faz com que certos indivíduos armem uma estrutura vincular partilhada entre eles com características peculiares? Características essas, que só podem se desenvolver nessa configuração vincular e que nenhum outro tipo de vínculo reproduz? Por que esse mesmo sujeito, ao se defrontar com outra pessoa, configura um outro tipo de vínculo?
- Qual é o segredo que faz com que alguns vínculos se tornem fortes, duradouros, com possibilidades de enriquecer-se, de tornarem-se complexos e com possibilidades de trocas ao longo do tempo, dando a seus membros uma gratificação? O que faz com que outros vínculos não possam estruturar-se e fortalecer-se, ou que somente dêem mal-estar a seus membros e empobrecem-se, esvaziando-se? Estaríamos habilitados para falar de vínculos com possibilidades e vínculos com impossibilidades?

- Dentro das possibilidades do sujeito de fazer vínculos com outros, será que podemos pensar em certos limites dentro dos vínculos e sua complexidade? Isso também poderia estar demarcando uma leitura da psicopatologia vincular específica? Ou estaremos falando de uma outra realidade, com outras propostas teóricas?

Talvez tivéssemos que diferenciar quando nos defrontamos com perguntas que focam na conflitiva individual e quando as perguntas apontam a conflitiva vincular. O intuito seria o de tentar dar uma resposta que coincida com a pergunta e a área a qual ela indica. Porém, a uma questão sobre o individual corresponde uma resposta sobre o psiquismo individual, e a uma questão que atinja o vincular corresponde uma resposta sobre a conflitiva vincular. Na diferenciação das áreas, evitaríamos que a uma questão sobre o vincular se lhe outorguem respostas que correspondam à conflitiva individual e vice-versa.

Teríamos que fazer uma demarcação da especificidade que delinea o encaminhamento para o tratamento vincular. Um tipo de atendimento clínico não anula o outro, contudo cada tipo de paciente, com sua conflitiva e conseqüente angústia, orienta o pedido de consulta. Assim, partimos de um dado diagnóstico que discrimina quando a angústia se centra no intrapsíquico ou no intersubjetivo vincular; e o encaminhamento pertinente é decidido em cada situação, caso a caso, bem como estaríamos falando de distintos pacientes e de diferentes campos de abordagem. Enumero, dentro das possibilidades: atendimentos individuais, atendimentos combinados (nos quais se incluem atendimentos vinculares, quando for necessário), atendimentos vinculares (família, casal, irmãos), trabalhos grupais, trabalhos em instituições.

Os atendimentos individuais visam a aproximar-se do sujeito em seu psiquismo, focando o trabalho em seu mundo interno e em suas relações de objeto (psicanálise em suas duas vertentes⁵). Aponta a olhar nas fantasias inconscientes que trazem o sofrimento psíquico e tenta realizar uma modificação da estrutura intrapsíquica, para diminuir as angústias, uma vez que consiga remanejá-las. Aqui estaríamos abordando um trabalho no psiquismo individual, tanto centrado no ego quanto nas relações objetais com seus objetos internos, baseadas em representações das experiências infantis carregadas pelas pulsões e pelos desejos. Porém a análise nessa linha teórica focaliza o conflito centrado no ego, com suas relações de objeto.

⁵ A Psicanálise se desenvolveu segundo dois grandes eixos: o primeiro, centrado no mundo interno do sujeito, onde o eu está no centro da análise, e o outro, centrado na relação de objeto, na qual o outro é tão importante quanto o próprio sujeito, já que dele depende. Dito de outro modo, uma linha teórica privilegia o conflito centrado no sujeito e a outra, o conflito centrado na relação de objeto.

Os atendimentos vinculares colocam no foco da questão o vínculo entre um sujeito e outro(s) sujeito(s); assim, o paciente seria, nesse caso, o relacionamento entre os sujeitos que concorrem à consulta e conformam esse paciente vincular. A base do sofrimento, portanto, estaria situada nos vínculos e na impossibilidade de reestruturá-los, reformulá-los e enriquecê-los, fazendo-os crescer. Falamos assim de dois sujeitos unidos em vínculo definido como uma ligação, ou atadura estável, em uma estrutura de parentesco (casal ou família), na qual padecem. A análise objetiva, dessa forma, propiciará uma ajuda que permita fazer uma reformulação dos vínculos estabelecidos entre esses indivíduos.

1.5 Fechando

Estou ciente de que o caminho que escolhi, para fundamentar meu trabalho vincular, é árduo e difícil. Por se tratar de uma aproximação diferente, por tentar fazer uma ampliação da Psicanálise freudiana, por abordar o paciente pluripessoal, vincular e contemporâneo, por se tratar de uma forma diversa do trabalho clínico.

Por tudo isso, sei que o caminho a minha frente não me aparece muito fácil de desvendar.

O que Freud escreveu, certa vez, a seu amigo Oskar Pfister, e que Renato Mezan cita na abertura do seu livro *Freud, Pensador da Cultura* (1985, p.20), expressa bem o que penso e sinto, neste momento:

“É preciso ser sem escrúpulos, expor-se, arriscar-se, trair-se, comportar-se como o artista que compra tintas com o dinheiro da casa e queima os móveis para que o modelo não sinta frio. Sem alguma destas ações criminosas, não se pode fazer nada direito” (Freud a Pfister, 5 de junho de 1910).

PARTE 1: A TEORIA DAS CONFIGURAÇÕES VINCULARES

II. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Olhar dá medo porque é risco. Se estivermos realmente decididos a enxergar não sabemos o que vamos ver [...] Tudo o que somos de melhor é resultado do espanto. Como prescindir da possibilidade de se espantar? O melhor de ir para a rua espiar o mundo é que não sabemos o que vamos encontrar. Essa é a graça maior de ser repórter. Essa é a graça maior de ser gente.

Elaine Brum
Repórter
(BRUM, 2006, p.192-193)

No presente capítulo se abordará a base teórica na qual esta pesquisa se fundamenta, para sua compreensão em profundidade. Faz-se um trajeto histórico dentro da Psicanálise, sobre aqueles autores que se interessaram e aprofundaram no ser humano e seus relacionamentos, até os conceitos atuais do trabalho com os vínculos.

2.1 Percurso na teoria psicanalítica

Parto da Psicanálise clássica freudiana, para fazer um decurso através da teoria e das diferentes escolas de pensamento que foram acrescentando aportes em Psicanálise, de acordo com suas práticas e necessidades clínicas, até pensadores contemporâneos e seus trabalhos. O caminho teórico leva em conta um caminho de pensamento de vários autores, que foi se desenvolvendo dentro da Psicanálise, firmando as bases dos desenvolvimentos posteriores. O intuito de fazer esse caminho teórico é para assinalar os conceitos que a Teoria das Configurações Vinculares foi tomando emprestados dos diferentes autores psicanalíticos, em suas respectivas escolas de pensamento, constituindo assim uma base para o trabalho com os vínculos, em uma aproximação diferente, por se tratar do paciente pluripessoal (casal, família, grupo, instituição) e suas estruturas inconscientes. Assim mesmo, esse caminho atravessa diferentes épocas e momentos em que a teoria se impregna fortemente de conceitos que irei assinalando, nesse percurso.

O caminho que vou descrever não pretende descortinar um desenvolvimento aprofundado da teoria psicanalítica, mas apenas a apresentação dos conceitos usados para fins

do trabalho vincular. Dessa forma, desejo introduzir os autores com os quais o Dr. Isidoro Berenstein e a Dra. Janine Puget dialogam, discutem e partilham idéias, na medida da construção da teoria vincular. Concluo, fazendo um aprofundamento da Teoria das Configurações Vinculares, sobre a qual minha pesquisa se baseia.

Começamos com Sigmund Freud, grande criador da Psicanálise e do conceito de inconsciente como base para a formação do que descreveu como o aparato psíquico. No livro *A Interpretação dos sonhos* (1900), Freud apresenta o aparato psíquico, descrevendo a primeira tópica. Depois, começa a sentir que a primeira tópica era insuficiente e que deveria dar um espaço para o “externo”, na construção do psiquismo individual, de modo que, em *O ego e o id* (1923), propõe a segunda tópica. Freud fala de um aparato psíquico individual, portando uma herança geracional, descrevendo assim o superego primeiramente como uma introjeção da figura dos pais, com o investimento narcísico do *infans* sobre esses pais, para depois descrever o superego como o herdeiro do superego dos pais. A teoria psicanalítica freudiana é voltada para o intrapsíquico, centrando os conflitos entre as instâncias ego, id e superego. As relações com o objeto se transformam em uma via para gratificação das pulsões. Centra-se na história individual, na procura do fato traumático infantil reprimido, que constitui o sintoma.

Sigmund Freud faz a descrição da inserção do indivíduo na cultura e na sociedade, em *Totem e tabu* (1912-1913). Renato Mezan escreve:

Da sintomatologia das neuroses à origem da moral, da religião e da literatura, o campo da psicanálise “aplicada” vai se ampliando, exigindo por fim uma concepção antropológica global, necessidade à qual vem responder *Totem e Tabu*. Com este livro, opera-se a passagem da psicologia individual para o domínio das relações sociais propriamente ditas, pois o crime primordial só pode ser perpetrado pelos irmãos “coligados”: eis aí o germe dos estudos mais amplos de Freud, como *Psicologia coletiva e análise do ego* e *O mal-estar na cultura*. (MEZAN, 1985, p.136-137).

Aqui começam os questionamentos sobre o mundo exterior real e como deve ser entendido, a partir da significação que se lhe dá. A realidade seria assim conhecida através do princípio de prazer que se cumpre intermediado pelo princípio de realidade.

Na Conferência XXI, *Desenvolvimento da libido e organizações sexuais* (1916-1917), fala-se de como “os neuróticos fracassam na tarefa de se desligarem de seus pais” e Freud nomeia, pela primeira vez na obra, o “complexo familiar”, tomando o complexo de Édipo, porém dentro do complexo familiar: “Quando a família aumenta pelo nascimento de outros

filhos, esse complexo se transforma ampliando-se assim no complexo familiar” (FREUD, 1916-1917, p.2331).

Até aqui, fiz um esboço dos conceitos freudianos a serem utilizados neste trabalho. Continuamos com a escola kleiniana fundada por Melanie Klein, autora que realiza uma elaboração do psiquismo infantil e suas relações de objeto, baseando nesses conceitos sua teoria. Ela faz uma descrição das fantasias inconscientes do psiquismo da criança, mostrando uma realidade interna composta por ela mesma como objetos internos; a realidade externa traria elementos para a formação dessas fantasias. Descreve o mecanismo da identificação projetiva como defesa, no qual o sujeito introduz sua pessoa total ou alguns aspectos dentro do outro sujeito externo, consolidando-se fundamentalmente entre o psiquismo do bebê e da mãe. Na *Narrativa da análise de uma criança* (1961), a psicanalista mantém uma assepsia em relação ao mundo exterior. Quando seu paciente Richard faz menção às bombas que explodem, por exemplo, ela interpreta isso como se as bombas explodissem dentro da cabeça dele, e não como parte de uma realidade exterior compartilhada, ou seja, a Segunda Guerra Mundial. O exterior remeteria, nessa teorização, ao mundo interior. Talvez Melanie Klein tivesse em consideração as situações do exterior, mas principalmente elas não faziam parte de suas interpretações em análise dentro do consultório.

O que tem sido questionado por autores posteriores é o lugar que o mundo externo ocupa, e como ele cria impacto no psiquismo, em suas fantasias inconscientes e em seus objetos internos.

Os pensadores da escola kleiniana propõem um modelo de interação mundo interno - mundo externo, baseados fundamentalmente no mundo interno. Os autores que poderíamos denominar como novos kleinianos elaboram um diálogo com a teoria kleiniana, dentre os quais ressaltamos a obra de Wilfred Bion. Ele trabalha o conceito de vínculo, em seu texto *Experiências em grupos*; também faz uma descrição do grupo como um todo com uma dinâmica inconsciente oculta, na qual conceitua os *pressupostos básicos* no funcionamento grupal (luta e fuga, acasalamento, dependência).

Posteriormente, aparecem os autores que elaboram a Teoria das Relações Objetais. Dialogam com os novos kleinianos que pesquisaram sobre a importância dos processos ambientais, enfatizando a influência do ambiente na conformação do psiquismo. Formaram o grupo dos psicanalistas independentes ou *middle group*, de que se destacam Donald Winnicott e Michael Balint. Esses desenvolvimentos foram-se aprimorando na Europa, em um movimento centrado na Inglaterra. Depois, os teóricos das relações de objeto continuam os trabalhos para a compreensão dos vínculos afetivos nos casais e nas famílias, chefiados

basicamente por Henry Dicks. Em 1948, cria-se o TIMS – Instituto Tavistock de Estudos Maritais –, fundado por Enid Balint, que veio a se transformar no centro europeu mais importante para o tratamento e pesquisa em atendimentos a casais e famílias, com o referencial teórico da teoria das relações objetais.

Gregory Bateson, antropólogo inglês, cientista social, lingüista e psiquiatra, teórico da escola de Palo Alto, nos Estados Unidos, vindo da teoria da comunicação, criou o conceito de *duplo vínculo*, no trabalho com famílias com um membro esquizofrênico. Elaborou igualmente o conceito da *pauta que conecta*, constituindo esta a ligação entre os sujeitos, que não está à vista, mas tem que ser descoberta, enxergando-se determinadas regularidades. A diferença entre o eu e o outro é necessária para obter registro da pauta. O autor descreve o relacionamento como produto de uma dupla inscrição de dois bandos, que têm uma visão monocular e que, ao se juntar, dão uma visão binocular e única, acrescentando assim a noção da profundidade, compreendida como uma informação sumamente complexa das percepções. Esse conceito é tido em conta pela Teoria das Configurações Vinculares.

Outro movimento, que foi base para o atendimento do paciente vincular e de importante repercussão para os analistas que pensavam nos vínculos, foi implementado pelos autores que conceituaram o trabalho em grupos do ponto de vista psicanalítico. Achemos dois grandes grupos de analistas que desenvolveram esses estudos, na América do Sul, especificamente na Argentina, Pichon-Rivière e José Bleger; e, na França, Didier Anzieu e René Kaës. Pichon-Rivière desenvolve o termo *vínculo* em seu trabalho sobre Psicologia Social e o conceito de *grupos operativos*. Bleger descreve a família como o reservatório da parte menos diferenciada da personalidade, criando o termo *sincretismo*. Anzieu desenvolve o conceito de *inconsciente grupal*, o de *ilusão grupal* e o de *imaginário grupal*, como os três organizadores do funcionamento grupal inconsciente. Kaës cria o conceito de *aparelho psíquico grupal*: “organizador de um espaço psíquico comum e compartilhado e dos vínculos entre os sujeitos que o constituem” (KAËS, 2002, p.75).

Nesse sentido, vamos acompanhando o surgimento da terapia familiar e de casal, no pensamento psicanalítico. Gomes e Porchat assinalam que o trabalho terapêutico com famílias e casais “decorreu fundamentalmente da insatisfação dos profissionais da saúde, em meados do século XX, com o alcance terapêutico da psicanálise clássica com relação às patologias mais severas [...] já que a família não tinha lugar no modelo intrapsíquico e dual” (GOMES; PORCHAT, 2006, p.81).

2.2 Aquém da teoria das configurações vinculares

Em 1954, em Buenos Aires, Argentina, às vésperas do Congresso Internacional de Psicoterapia de Grupo, que ocorreria em Toronto, constitui-se a AAPPG – Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo, chefiada por J. Mom, R. Usandivaras e J. Morgan. Outros autores escreveram e continuaram a pensar sobre o trabalho grupal na Psicanálise, como: M. Langer, E. Rodrigué, L. Grinberg, G. Ferschtut, A. Delarrosa, A. Gallo, J. Puget, M. Bernard, E. Romano, G. Gamez Chaves. Em uma etapa posterior da AAPPG, formaram-se três novos grupos de psicanalistas, que se dividiram nos departamentos da instituição, chefiados por: Janine Puget (departamento de casais), Isidoro Berenstein (departamento de família), Marcos Bernard (departamento de grupos). Janine Puget e Isidoro Berenstein tinham as suas afiliações anteriores na APdeBa (Asociación Psicoanalítica de Buenos Aires) e Marcos Bernard, na APA (Asociación Psicoanalítica Argentina).

Essa primeira etapa dos anos 1950 e 1960 caracteriza-se por um pensamento notadamente kleiniano, no qual a identificação projetiva com os mecanismos de introjeção e projeção são muito importantes, assim como o conceito de contratransferência. O pensamento científico dominante estava permeado pelo determinismo e a causalidade, em que o passado era causa do presente, e o mundo interno era uma explicação do mundo externo e as relações de objeto estabelecidas. Fica assim claramente definida a oposição mundo interno - mundo externo.

Na época da ditadura militar na Argentina, em 1977, Isidoro Berenstein emigra para Israel, onde trabalha com famílias no hospital Tel Hashomer, em Tel Aviv, enquanto Janine Puget continua na Argentina, desenvolvendo suas conceituações sobre o grupo e o social.

Ao voltar para a Argentina, Berenstein centra a teoria no conceito de estrutura familiar inconsciente, nas décadas de 1970 e 1980. Toma como base teórica a teoria psicanalítica e os conceitos da Antropologia Estrutural, desenvolvidos por Claude Lévi-Strauss.

A teoria psicanalítica utiliza o método genético-histórico proposto por Freud e apóia-se nos conceitos de inconsciente, repressão, complexo de Édipo e de mundo interno construído pelas representações das relações emocionais com os objetos. O estruturalismo, proposto pela Antropologia Estrutural, baseia-se nas relações de intercâmbio entre duas famílias, junto com o conceito das estruturas de parentesco. Assim se faz uma passagem de um pensamento psicanalítico do tipo biológico, centrado na descendência, a um pensamento antropológico estrutural, centrado na família, que se constitui a partir de uma relação de intercâmbio entre duas famílias. Lévi-Strauss pensa a origem da família em uma relação de

intercâmbio entre a família materna e a família de origem do pai, em que materna cede a mulher para a outra família.

Definem-se na Teoria das Configurações Vinculares os vínculos familiares como em eterno conflito entre os vínculos de aliança e os vínculos de sangue, ou seja, o vínculo de casal em conflito com as famílias de origem, especialmente com a família de origem materna. Com essas conceituações se dá a entrada na cultura, dentro da constituição da família, bem como se define uma direção na formação da família que transita da natureza à cultura.

O Estruturalismo foi fortemente questionado por filósofos como Alain Badiou e Jaques Derrida. Os autores da teoria das Configurações Vinculares levam em consideração essas críticas, já que a idéia de uma estrutura pensada como sistema começa a aparecer como um modelo fechado demais, sem a possibilidade de gerar uma abertura para as mudanças, para as rupturas, para o novo. Desse modo, começa a época da influência do conceito de *acontecimento*⁶, na década de 1990. Tentarei conceituar esse termo. O acontecimento marca o surgimento de uma situação que previamente era inexistente e, para que essa transformação se efetue, a estrutura tem que tolerar certo grau de incerteza e certo vazio que habilite o surgimento de algo novo como novidade radical, ali onde não se conhecia. Essas conseqüências só vão poder ser conhecidas *a posteriori* dos fatos, só depois se pode falar de um fato acontecimental. O novo pode aparecer nos pontos de inconsistência da estrutura anterior. A emergência desses sucessos exige um trabalho de revisão dos saberes anteriores e a possibilidade de deixar espaço para o imprevisto. O acontecimento surge em um tempo evanescente e só sabemos dele depois e através de seus efeitos. O surgimento desses sucessos imprevistos, que deixam marcas, não tira da memória os acontecimentos anteriores, apenas os coloca de um modo diferente.

Outra etapa das conceituações começa pelo ano 2000, com a apropriação do conceito de “*o ajeno*” (traduzido como estranho, estranhamento, alteridade, diferença radical)⁷. A presença do outro e dos outros é aquilo que está destinado a não ser identificado, incorporado ou incluído dentro do psiquismo de cada sujeito. A presença do outro não tem inscrição prévia no psíquico, e não permite que seja representada, defrontando-nos com *o ajeno* do outro. Frente à ausência do outro, o sujeito pode se remeter às representações internas para recriá-lo; também vemos na clínica, como muitas vezes, aquilo que um sujeito projeta no outro

⁶ Conceito cunhado por Heidegger, Derrida, Badiou, Deleuze e Foucault, tomado emprestado da Filosofia pela Teoria das Configurações Vinculares, para descrever um lugar virtual de possibilidade para o surgimento da novidade e das mudanças nos vínculos.

⁷ Usarei o termo *o ajeno* em espanhol, pois não acho na língua portuguesa nenhum sinônimo que o traduza com seu sentido próprio. Esse conceito será aprofundado nos próximos capítulos.

provindo de seus objetos internos, excede sua presença. Desse modo, faz-se presente *o ajeno* do outro, que, por definição, é excedente da projeção no outro que se dá a conhecer através da presença, que acaba informando sobre *o ajeno*. *O ajeno* é aquilo que não é passível de ser identificado, nem modificado pelo sujeito. Aparece da mesma forma em que o outro faz, impõe-se, obriga e modifica somente através de sua característica de estranho e diferente. Com a presença do outro, o sujeito tem notícia de que ele também se constitui em outro para esse outro; essa qualidade de *ajeno* força-nos a produzir um encontro para vincular-nos, mas partindo daquilo mais estranho e estrangeiro do outro: seu ser *ajeno*. O sujeito terá que fazer assim um trabalho psíquico com o *ajeno* do outro, já que isso não figura em sua interioridade, pois não tem qualidade de ausente; e não posso reduzi-lo a se inscrever, já que perderia assim sua qualidade de presença.

Isidoro Berenstein conceitua como *ajeno* “essa qualidade outorgada pela presença que sistematicamente não pode fazer-se própria, não se pode incorporar, a qual, a pesar de tudo, devera fazer-se lhe um lugar, pois esta ligada a um vínculo significativo para os dois sujeitos” (BERENSTEIN, 2001, p.102). “A *ajenidad* não se deixa transformar em ausência e não se pode simbolizar. Em uma relação significativa, a *ajenidad* é todo o registro do outro que não conseguimos inscrever como próprio” (BERENSTEIN, 2004, p.35).

A presença do outro com sua parte *ajena* se nos impõe, criando uma imposição da qual é impossível escapar. Podemos falar tanto de uma imposição do outro que acarreta subjetivação ou de uma que traz des-subjetivação.

Tentando fazer um fechamento desse percurso, poderíamos dizer que a Teoria das Configurações Vinculares dá uma grande importância ao mundo externo como constituinte da subjetividade. Assim, Barcia e Porchat ressaltam que essa teoria definiria o sujeito como “inconscientemente relacionado a seu mundo interno e suas relações objetais, mas também a seu mundo vincular, que não é somente a prolongação ou a projeção do primeiro” (BARCIA; PORCHAT, 2006, p.154). Num vínculo, as fantasias de um sujeito não cobririam inteiramente o outro, já que esse outro é irredutível e estranho; constituem-se assim, nesse encontro, circunstâncias novas.

Uma pergunta que se apresenta é se cada uma das hipóteses teóricas assinaladas com anterioridade anula a posterior. As diferentes hipóteses foram colocadas para conseguir trabalhar em diferença, ou seja, isso não significa que nenhuma anule a outra, pelo contrário, cada postulado abre novas formas de pensar e ampliar o vínculo. Dessa maneira, o conceito de estrutura marca um apoio, mas somente se ele for levado em consideração como uma estrutura aberta, passível de ser transformada tanto pelo acontecimento quanto pelo *ajeno* do

outro. Podemos definir os diferentes momentos da Teoria das Configurações Vinculares como focalizações diversas, girando em torno do tema principal, que estabelece que o constitutivo da subjetividade são as experiências singulares que abarcam o mundo infantil e também as experiências de estar e fazer em vínculo com outro. Um sujeito estaria constituído por uma rede de vínculos conformando-se a especificidade de cada um como um desenho, um entrelaçamento, uma rede de tranças trançadas que cada um vai estabelecendo. Assim se tenta desenhar um caminho para pensar o ético, onde o outro, com sua alteridade e sua marca de diferença, possa exercer uma força que potencialize o vínculo para produzi-lo e enriquecê-lo.

Concluimos que cada hipótese da história da Teoria das Configurações Vinculares não cancela a anterior, pelo contrário, enriquece a anterior e a integra.

2.3 Psicanálise das configurações vinculares

A Teoria das Configurações Vinculares pode ser entendida como um estudo psicanalítico dos vínculos e uma ampliação da Psicanálise tradicional freudiana. A Psicanálise tradicional coloca o olhar no indivíduo, focalizando-o a partir de seu mundo intrapsíquico. A Psicanálise das Configurações Vinculares parte de uma clínica do conjunto, que desenha um inconsciente vincular. Este, à maneira de uma estrutura ou de uma rede, estaria subjacente aos vínculos: no casal, na família, nos grupos e nas instituições.

Segue uma análise detalhada de cada um dos termos que a nomeiam, para defini-la em profundidade.

No *Dicionário de Psicanálise* de Laplanche e Pontalis, *Psicanálise* é definida como: “Disciplina fundada por Freud na qual, com ele, podemos distinguir três níveis:

A. Um método de investigação que consiste essencialmente na procura de evidências do significado inconsciente das palavras, das ações, das produções imaginárias de um indivíduo.

B. Um método psicoterapêutico baseado nessa investigação e especificado pela interpretação controlada da resistência, da transferência e do desejo.

C. Um conjunto de teorias psicológicas e psicopatológicas em que são sistematizados os dados introduzidos pelo método psicanalítico de investigação e de tratamento”. (LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B, 1971, p.495).

Os termos “*configuração*” e “*configurar*” têm significados que enriquecem a compreensão do termo anteriormente definido: Psicanálise. No dicionário *Aurélio*, *configuração* é “a forma exterior de um corpo; conformação, aspecto, figura, feitio”. Tal palavra vem do verbo *configurar*: “dar a forma ou figura de conformar” (FERREIRA, 2004). *Configurações Vinculares* definiriam a forma ou figura em que se organizam os conjuntos pluri- ou multipessoais com determinações de ordem inconsciente.

A *Configuração Vincular* é “uma hipótese de nível intermediário entre o material manifesto e os conteúdos fantasmáticos inconscientes; em um sentido mais amplo e geral designa a modalidade mesma do agrupamento dentro do enquadre terapêutico: casal, instituição, família o grupo” (PACHUK, C., FRIEDLER, R., 1998, p.345).

Quando falamos de configuração vincular, focalizamos dois sujeitos ou mais, numa situação que se organiza como modo de produção da subjetividade e cujos laços desenham uma determinada vinculação entre eles. Essa estrutura inclui aspectos conscientes, que têm a ver com os relacionamentos em si, em que a presença do outro é fundamental; assim como aspectos inconscientes, que têm a ver com a configuração do próprio vínculo. A configuração vincular é um motor de trabalho que impõe um encontro com a alteridade do outro, aquilo impossível e irreduzível do outro. Poderia denominá-la também como situação vincular, situação que porta uma exigência de trabalho, a partir da presença do outro. Essa produção singular, que implica a configuração vincular, pode se tornar mais complexa e forte ou pode se esvaziar e empobrecer.

O novo objeto de estudo desse campo clínico vincular estaria constituído pelas configurações vinculares com suas respectivas alianças, acordos, pactos e trama inter-fantasmática inconsciente, assim como pelas estruturas vinculares familiares e sociais inconscientes subjacentes. O objetivo psicanalítico nessa concepção teórica estaria situado no descobrimento do inconsciente que se estrutura tanto dentro de uma trama familiar e social quanto no plano individual. O olhar centra-se na descoberta da rede inter-fantasmática, que se tece entre os integrantes de uma família determinada, levando em consideração que essa família está atravessada pelas leis de parentesco apoiadas na proibição do incesto, configurando um ordenamento anterior à estruturação da mesma família. O social também aparece como “telão” de fundo sobre o que se estrutura a família, fundando-se na proibição do assassinato como estruturante do mesmo. O sujeito constitui-se com seu aparato psíquico singular pelas identificações, seja com os outros integrantes da família, seja com os outros de seu contexto sociocultural.

O campo clínico estaria ampliado na medida em que o paciente não é o paciente individual, porém ele com os outros significativos que o rodeiam e com os quais vai se constituindo. Assim, o objetivo consiste em revelar e tentar colocar em palavras a rede vincular inconsciente que estrutura o conjunto, ao escutar o que chamamos de “discurso familiar”, tanto o de uma família, quanto o do casal que consulta.

Frente à pergunta: qual é o paciente na consulta vincular? o paciente ao qual escutamos seria a configuração vincular que se nos apresenta portando um sofrimento vincular para ser desvendado. Nossa escuta é uma escuta vincular, que atinge uma rede inter-fantasmática entre sujeitos que partilham uma determinada estrutura ou situação vincular. Tal configuração também está influenciada pelo aparecimento do novo, como parte de um tempo presente, que aparece como fluido e sempre em movimento e mudança, ao lado de um tempo passado que deixa marcas, na forma de representações. Assim se descreve a configuração vincular como uma estrutura com, e em movimento.

III. CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA TEORIA:

A) OS VÍNCULOS

Antes

Canção e composição de Jorge Drexler

Antes de mí tu no eras tu,
antes de tí yo no era yo.
Antes de ser nosotros dos
no había ninguno de los dos,
no había ninguno de los dos.

Antes de ser parte de mí,
antes de darte a conocer,
tú no eras tú y yo no era yo,
parece que fuera antes de ayer,
parece que fuera antes de ayer.

Antes que nada
yo quiero aclarar
que no es que estuviera, tampoco pasándolo mal antes.
(tampoco estaba pasándolo mal antes)

Pero algo de mí, yo no supe ver
hasta que no me lo mostró,
algo de tí, que quiero creer
que no vio nadie antes que yo,
que nadie vio antes que yo

Después de todo
lo que quiero es decir
que no entiendo como podía vivir
antes,
no entiendo como podía vivir antes
no entiendo como podía vivir antes
no entiendo como podía vivir

Antes de mí tu no eras tu,
antes de tí yo no era yo.
Antes de ser nosotros dos
no había ninguno de los dos.
Antes de ser parte de mí,
antes de darte a conocer,
tú no eras tú y yo no era yo,
parece que fuera antes de ayer,
parece que fuera antes de ayer.

Antes de irme
yo debo decir:
yo también pensaba que era feliz
antes
(pero)

3.1 Vínculos

Descreverei o conceito de *vínculo*, por ser o conceito-chave no qual se assenta a teoria das configurações vinculares.

Um vínculo é construído por uma ligação duradoura entre duas ou mais pessoas, que se apresentam respectivamente na forma de dois outros. Essa estrutura vincular desenha um fazer entre dois, a partir do qual esses dois se instituem como novos sujeitos desse vínculo. O relacionamento inclui uma diferença, já que cada um é “*ajeno*”, alteridade, diferente radical para o outro. O vínculo determina esses dois sujeitos com base no que acontece entre eles.

Defino a seguir o termo *vínculo* como será utilizado nesta pesquisa, porque se apresenta de maneiras diversas, na língua portuguesa e também na própria teoria psicanalítica.

Tomo a seguinte definição do verbete *vínculo*, do dicionário da língua portuguesa: “[...] tudo que ata, liga ou aperta; nó; liame” isto é, aquilo que liga dois objetos” (FERREIRA, 2004).

Puget e Berenstein, psicanalistas, destacam, a respeito do conceito de vínculo:

[...] encontrar-se-ão expressões como vínculo com objeto externo, vínculo com objeto interno, vínculo transferencial, vínculo familiar, relação de objeto externo e muitas outras mais. Ambos os conceitos, vínculo e relação, recobrem uma área de problemas da teoria, que abrangem tanto a noção de ego e de objeto, como a difícil conceituação dos limites entre mundo interno e o externo, ou, em outra versão, entre o intra-psíquico e o intersubjetivo. (PUGET; BERENSTEIN, 1993, p.17).

Definem *vínculo* como “uma situação inconsciente que, ligando dois ou mais sujeitos, os determinam em base a uma relação de presença” (BERENSTEIN, 2004, p.29).

Nesta pesquisa, o termo *vínculo* será utilizado para descrever uma relação entre dois sujeitos ou mais e um laço que os une. Esses egos se encontram nessa relação intersubjetiva, onde os elementos conscientes e inconscientes dos sujeitos estão presentes, permeando a ligação entre eles, assim como constituindo uma representação vincular inconsciente propriamente dita. Esses dois sujeitos que formam parte do vínculo têm uma presença que faz confronto um com o outro, já que o efeito dessa presença assinala uma diferença a ser levada em conta, diferente do caso quando nos referimos à relação de objeto. No começo, nos primórdios da construção teórica vincular, falávamos de dois egos ligados entre si; depois, o conceito foi-se ampliando para considerar o vínculo como ligação entre dois sujeitos em sua qualidade de presença, um para o outro.

Os vínculos outorgam ao sujeito um sentimento de pertença, ao proporcionar um lugar do qual tomar parte. Ou seja, demarca-se ao sujeito como parte de um conjunto, além de si

próprio, em vinculação com outros. Isso amplia a subjetividade dos sujeitos do vínculo, ao se sentirem pertencentes ao conjunto. Os vínculos se apresentam como grandes produtores de subjetividade, pois é com o outro que o sujeito dá espaço ao novo, no relacionamento. A tarefa vincular poderia ser descrita como um trabalho de construção a partir do outro, pois só na aceitação da alteridade do outro é que cada sujeito consegue se vincular realmente. Estar vinculados significa aceitar que esses dois sujeitos são dois outros respectivamente. Assim nos aproximamos da difícil e trabalhosa tarefa que propõe o outro como “*ajeno*”, diferente radical, alteridade, outro em sua mais abrangente definição.

A noção de vínculo delinea como significamos nossos relacionamentos e como somos significados por eles, descrevendo assim um mecanismo de retro-alimentação dos relacionamentos com o eu e o outro dos sujeitos que fazem parte dele, esboçando um movimento de ida e volta, em uma circulação constante. Esse movimento dentro do vínculo constitui, por um lado, psiquismo vincular e, por outro, também psiquismo individual. O ir-e-vir institui ao eu e ao outro no mesmo ato em que destitui os lugares anteriormente predeterminados do vínculo, permitindo a emergência da novidade nos relacionamentos. A pertença ao conjunto institui inconsciente, individual e do conjunto, conforma, amplia e acrescenta, na conformação psíquica do eu, do sujeito e do conjunto.

O sujeito é instituído desde o conjunto e também ele mesmo institui o conjunto. Vemos conformar, na nossa frente, novos momentos da constituição narcísica do sujeito nos vínculos estáveis. Desse modo, estaríamos abordando a relação entre outros, constituindo-se cada outro como outro entre outros.

A teoria parte do conceito de vínculo como categoria fundamental inicial, porque “não existe o sujeito separado” (BERENSTEIN, 2007, p.111), o que existe na relação é a partir dela. O vínculo é ação, é um “fazer entre” como potência do que poderia ser entre seres humanos, e os sujeitos se instituem como novos sujeitos, com base no vínculo e não previamente a ele.

Um novo momento *princeps* de constituição narcísica no sujeito é quando uma família é fundada. Na família, todos os seus membros têm a fantasia de ter a mesma ilusão compartilhada pelos membros dessa configuração vincular, por fazer parte desse conjunto peculiar e único. Aqui nos defrontamos com o modelo fundante dos vínculos, na família.

3.2 Construindo o pedido de consulta

Nas primeiras escutas do paciente, o analista vai construindo junto com ele o motivo da consulta e estabelece, assim, o tipo de atendimento mais apropriado para seu sofrimento. Através do encaminhamento terapêutico, produz-se uma indicação que delinea o espaço de maior sofrimento psíquico. Apresento um exemplo no qual se foi construindo, junto com a paciente, o vínculo que aparecia como núcleo de dor para os integrantes dessa família.

3.3 Ana consulta

Ana solicita atendimento individual com psicólogo, no serviço de atendimento aos funcionários do hospital. Na consulta, relata quão deprimida ela está e como hesita entre consultar o psicólogo ou o psiquiatra, para pedir medicação.

Ana: - “Eu nunca me senti assim antes, não tenho vontade de fazer nada. Desde que minha mãe morreu, deixei de gostar de tudo, até de meu trabalho. Eu sou fisioterapeuta e sempre gostei do que escolhi para trabalhar, mas agora... só trabalho porque preciso dar de comer a meus filhos, mas se se tratasse só de mim... eu não faria nada, só deitaria na cama o dia todo. Às vezes eu fico agressiva, brigo muito com meus filhos, acabamos nos tratando mal. A gente nunca antes se deu tão mal assim. Eu tenho um filho de quinze e outro de onze. Estamos tão brigados que nem conseguimos nos falar, só são gritos e insultos. Eles também estão mal por causa da morte da avó. Eles não toleram que eu perdi o salário alto que recebia antes, porém a nossa vida mudou. Fábio, ao não ter todo o dinheiro que recebia antes, começou a roubar no supermercado, e Lucas se recusa a ir para a escola, ele só quer ficar em casa brincando. Você também poderia conseguir uma consulta para eles? Eu acho que nosso problema é a comunicação, mal conseguimos viver juntos”.

Ana poderia ter sido acolhida em um atendimento psicanalítico individual, mantendo em reserva a indicação para psiquiatra, caso a depressão não cedesse, sendo atendida em análise. Também seus filhos poderiam ter sido encaminhados para atendimento individual.

Entretanto, Ana estava nos relatando sobre um sofrimento que ia além de um processo vivido solitariamente, por cada um deles; eles estavam sofrendo e depositando no vínculo a angústia que provinha da impossibilidade de dar processamento ao momento de vida que

atravessavam, frente às perdas que vinham enfrentando: a recente morte da avó, que morava com eles e que tinha um papel fundamental no desenvolvimento da família, a perda financeira pela baixa no trabalho da mãe e as perdas do passado, nos momentos em que a mãe se separou dos pais dos dois filhos. Essas perdas correspondem a sofrimentos diferentes, que não seriam passíveis de ser superpostos nem respondidos através de uma causa comum. Por um lado, defrontamo-nos com o processo de luto diante da morte da mãe e avó; por outro, com o luto pela perda de um lugar de pertença social, no qual a diminuição do salário alto os coloca em detrimento de uma posição anterior. Desligando assim dois processos de luto diferentes, poderíamos pensar que “roubar no supermercado” seria um *acting out* do filho, como manifestação social pela perda sofrida, conformando uma situação diferente da elaboração do luto pela morte da avó.

Ana consegue enxergar como ela não era a única deprimida e, pensando nos filhos, percebe como o vínculo entre os três é fonte de sofrimento. Cada um porta um sofrimento, e o desafio é ver como o sofrimento de cada um se relaciona com o do outro. Na medida em que cada membro da família não consegue elaborar situações passadas, não se permite que o vínculo familiar continue sendo um produtor de subjetividade.

Caberia nos perguntar se o trabalho de elaboração de luto é uma tarefa a ser feita por cada um dos sujeitos que fazem parte da família ou se poderíamos pensar em uma elaboração do luto familiar; tal questão fica em aberto, até obter respostas da clínica, que dêem conta desse questionamento. Neste caso clínico, a conflitiva é trabalhada a partir do vínculo familiar, já que o sofrimento aparece colocado fundamentalmente nos relacionamentos entre eles. Decorrentes do trabalho psicanalítico, as distintas situações são apontadas, para tentar fazer com que as mesmas se tramitem e se elaborem, em suas diferenças.

Nessa primeira consulta, vai-se construindo com Ana o pedido de consulta e o encaminhamento que possa melhor sustentar a angústia que os atravessa, assim como localizar o nó que precipita o pedido de atendimento, nesse momento. Teríamos que ir construindo, no encontro com a família toda, mãe e filhos, o trabalho vincular de enramado e enriquecimento das redes de vínculo e relacionamento entre eles, que permitam lhes dar um suporte maior a partir do vínculo.

Os vínculos podem ser produtores de subjetividade, possibilitando a construção de situações novas e criativas, ou podem ser produtores de sofrimento e detenção vincular, impedindo o movimento e só se restringindo a situações repetitivas. Talvez a aparência da apresentação de um caso clínico seja a de um paciente portador de um sintoma em conflito com outro, que manifesta outro sintoma; mas, quando é baseado na pertença ao vínculo que se

produz o transtorno e o mal-estar, aí nos deparamos com o sofrimento vincular. Os relacionamentos determinam aos sujeitos que fazem parte deles.

No capítulo VIII, é abordada a primeira sessão de trabalho com esta família, espaço em que será possível dar continuidade ao encaminhamento para o atendimento familiar.

3.4 Canção “Antes” como exemplo

Voltamos ao início do capítulo, para clarear, por meio da produção de um expoente da cultura e sua criação, os conceitos teóricos que estou tentando colocar em aberto.

Freud já nos falava da virtude que o poeta tem para expor e descrever da melhor forma possível o humano. Ele apontava principalmente a liberdade de que o poeta faz uso para conseguir exprimir tudo aquilo que o raciocínio do homem comum não lhe permite fazer. Descreve os poetas como os mais profundos conhecedores da alma humana, pois conhecem das coisas existentes entre “o céu e a terra”. Também os poetas portam uma sensibilidade para perceber os movimentos anímicos secretos dos humanos, deixando falar em voz alta o próprio inconsciente. Os poetas seriam os conhecedores da mais profunda essência do humano e sua alma. Assim, quando Freud acha que não dá conta de fazer uma descrição suficientemente aprofundada sobre certos tópicos, manda o leitor perguntar para os poetas, os quais seriam aqueles indicados a dar respostas a tudo aquilo a que a ciência não consegue responder.

Renato Mezan assevera que Mahony “edifica as pontes entre cultura e psicanálise *stricto sensu*: segundo ele, entre *forma e conteúdo* existem vínculos não-arbitrários, de sorte que um estudo minucioso da forma pode conduzir a descobertas essenciais sobre o conteúdo” (MEZAN, 1993, p.166). Partindo dessa tese, Mezan vai aplicá-la depois à interpretação de obras da literatura e da arte em geral. Por essa causa, a idéia de Mahony parece-nos esclarecedora neste ponto.

Também no livro *Freud, pensador da cultura*, Renato Mezan escreve que “o sócio-histórico compõe, com o domínio da fantasia especificado na literatura, no mito e na arte, o horizonte cultural que Freud integrará sem cessar na elaboração da teoria psicanalítica” (MEZAN, 1985, p.148).

Tentaremos agora nos aproximar da composição da canção “Antes”, para pensar nos vínculos humanos. Jorge Drexler é compositor e cantor uruguaio contemporâneo, que colore, através de sua produção musical, situações do cotidiano do homem atual. Porém, o compositor deixa-nos entrever, na canção, o que se constrói em cada encontro com o outro.

Na lembrança do tempo anterior, interpõe uma negação: “no es que estuviera pasandola mal antes”, talvez para tentar encobrir que antes estava passando mal por causa de não ter a imagem do outro, que lhe mostrasse alguma coisa, situação que aparece depois, quando se dá o encontro. Ao falar de uma configuração nova somente pertencente a essa vinculação – “algo de mi, yo no supe ver; hasta que no me lo mostro; algo de tí, que quiero creer; que no vio nadie antes que yo” – está nos assinalando a descoberta do outro no vínculo.

O título da canção é “Antes”, como se mencionasse uma linha divisória marcada pelo tempo, mas que, sobretudo, estaria caracterizada por um antes e um depois do encontro significativo de dois sujeitos. O encontro assinala uma diferença em cada um deles, assim como no vínculo mesmo que vai se conformando. O encontro entre dois seres humanos deixa marca, os faz diferentes de si mesmos, antes de formar parte do vínculo. Drexler relata como não fala de uma situação melhor ou pior, mas de uma diferença, que se distingue pela inscrição psíquica, a qual deixa no registro intersubjetivo a constituição de um vínculo.

O que vai se desvendando no relacionamento é uma situação que nenhum deles conhecia antes, pois pertence ao vínculo, a essa configuração vincular específica. Aqui assistimos, tanto a uma construção nova no vínculo, quanto no interno de cada um dos que o conformam. O encontro de duas pessoas gera novidade, porque o que se constrói surge lá, um na presença do outro, um junto ao outro e frente ao inesperado que pode surgir no “entre” eles.

Cabe-nos perguntar: qual é a descoberta que nasce de um encontro? O compositor deixa claro como o outro se nos apresenta como “o novo”, a partir do que podemos falar de um lugar não representado no psiquismo de cada um. Também esse outro novo, que surge na minha frente, coloca o ego do sujeito em um lugar novo, em que nunca esteve colocado. É daí que descobrimos toda uma situação, que se defronta aos sujeitos com uma novidade de algo não vivido, nem constituído antes.

Do ponto de vista da teorização psicanalítica vincular, observa-se como o desejo inconsciente move o sujeito em direção ao outro, a vincular-se com ele, mas essa operação por sua vez excede ao desejo inconsciente. “Ante a presença do outro emerge a pulsão, cuja investidura procura fazê-lo objeto, além de que o outro o excede e isso configura um campo de novidade. A presença do outro marca o “ajeno”. O “ajeno” sempre se apresenta e não é totalmente assimilável” (AGUIAR et al., 2004, p.271).

3.5 Eu ou nós?

Quando alguém está falando do seu parceiro no casamento, sem a presença do outro, está tentando fazer uma reconstrução da imagem do outro, em função do que lhe aportam os próprios objetos internos de seu mundo intrapsíquico. Por outro lado, quando alguém está falando do parceiro, em sua presença, está falando dentro do vínculo, onde esse outro faz confronto, já que ele pode se opor. Tal confronto, na realidade exterior, configura um dentro e um fora nessas pessoas. Os vínculos com os outros delimitam um espaço peculiar para pensar, mas também abrem a possibilidade para fazer em conjunto com o outro. Quando a outra pessoa faz confronto no sujeito, esse limite que o outro lhe impõe, somente com a sua presença, produz possibilidades no sujeito e no vínculo mesmo, assim como limites, também. Poderia acontecer que esse outro delineie um espaço somente para um, espaço este tão pequeno que oprime e produz impossibilidades dentro do vínculo para pensar em dois.

Para descrever os vínculos pertencentes ao espaço intersubjetivo, poderíamos falar do que eu chamaria de “uma química especial” que os configura.

O ser humano nasce, segundo Freud, no desamparo originário, totalmente dependendo do outro e sem o outro para o auxiliar: tanto física como psiquicamente, o ser humano morre. A cultura nos oferece uma estrutura social para nos sustentar e prover, dentro de uma comunidade com os outros, nos ordena e nos pauta. Como poderíamos sondar os segredos mesmos do vínculo? A partir da constituição do ego, o outro está presente, não somente para cuidar e se identificar, mas igualmente para se construir com ele dentro do mesmo vínculo. Seriam, essas, duas situações diferentes: a de constituição do sujeito e a de constituição do vínculo.

Vale a pena, neste ponto, nos perguntar sobre qual seria o lugar do outro, dentro do vínculo. O outro do vínculo remete ao mundo externo, por isso os autores se baseiam no conceito de presença, com a exterioridade como limite que demarca um território, descrevendo um sujeito com toda sua corporeidade colocada no relacionamento com o outro. O outro se nos apresenta para ser reconhecido como novo, na medida em que se me apresenta no vínculo. Através de descobrir o outro como novo, isso também permite ao sujeito se reconhecer como distinto nesse relacionamento. Vai-se armando um movimento de construção de subjetividade, nesses encontros. No vínculo, aparece uma importante possibilidade de dar um espaço ao outro como alheio, o que desenha uma nova significação, ao ser aceito como alteridade ao sujeito mesmo. Isso defronta o sujeito de um vínculo com a dificuldade de conseguir aceitar o outro como alteridade, assim como, sendo sempre outro,

esse obstáculo sempre está presente em todo vínculo que exhibe possibilidades de crescer e se enriquecer.

O sujeito do vínculo se constitui em um trabalho vincular, demarcado pela dor do reconhecimento do alheio do outro, tanto como pela possibilidade de acrescentar subjetividade que esse reconhecimento permite fazer dentro do vínculo.

Isidoro Berenstein salienta que "todas as experiências possuem um momento inaugural ou ponto de partida desde o qual o ego, nesse vínculo, adquire como sujeito uma qualidade que antes não tinha". E prossegue: "Esta idéia de produção de subjetividade restringe conceitualmente o campo da repetição" (BERENSTEIN, 2001, p.69).

Teríamos que marcar uma diferença fundamental, ao falar do psiquismo individual e do que se produz dentro dos vínculos, no espaço intersubjetivo onde achamos as inscrições das representações intersubjetivas. Ao nos posicionar desde o intra-psíquico, sabemos que não possuímos registro do intersubjetivo, nem possibilidades de olhar nele ou estudá-lo, uma vez que isso pertence ao outro registro. Em conseqüência, partimos de uma hipótese de trabalho — que apresentarei mais adiante — que define um aparato vincular com três registros diferentes e com três espaços em interação.

Berenstein continua:

A relação, cuja estrutura inconsciente chamamos de "vínculo" (Puget e Berenstein, 1988; Berenstein e Puget, 1997) institui aos sujeitos que o produziram e o habitam desde seu começo, constituindo-se como ponto de partida. Cada vínculo significativo de um sujeito com outro, tem um momento inicial de constituição que devém inconsciente. (BERENSTEIN, 2001, p.69-70).

3.6 A família como exemplo

Dentro da constituição da família, temos o exemplo máximo de atribuição de lugares no interior do vínculo: pais-filhos. Eles se constituem em vínculo, já que um pai só se constitui como tal quando seu filho o constitui e se constitui com ele mesmo. Eles só se instituem na mutualidade. A constituição do psiquismo vincular, neste caso, aparece como veículo para a constituição tanto do psiquismo infantil quanto do psiquismo adulto parental. Uns se formam somente se os outros estão lá para os assinalarmos e nomearmos como tais.

Um pai se constitui em pai a partir da presença do filho. O pai se "licencia" desse novo cargo apenas partindo do filho, o filho é filho partindo do pai, mas o pai só o é depois de

ter o filho. Anteriormente, poderíamos falar de um pai representacional, um pai identificado com seus próprios pais, mas só na presença do filho é que se faz pai.

Tentarei ilustrar o conceito de vínculo, com base em dois exemplos provenientes de tratamentos psicanalíticos de família monoparental.

3.7 A família onde o tio é chamado de pai

Miguel é um jovem que se apresenta como destrutivo e agressivo. Sempre morou com seu tio e o chama de pai. O tio cuidava do menino, Miguel morava com a família do tio, por um mandado da avó, já que a mãe estava impossibilitada psiquicamente de fazer isso. Apesar disso, os filhos mais novos dessa mãe moravam com ela na casa da avó materna, juntamente com um tio solteiro.

No momento da consulta familiar, o garoto fala de sempre ter reconhecido um vínculo com sua mãe; embora não morassem juntos e ela não tivesse cuidado dele diretamente, mãe e filho construíam e alimentavam essa vinculação. Miguel lembra, na sessão vincular, que sua mãe sempre levava doces para ele, todos os domingos, quando se encontravam na igreja. Ele a reconhecia como mãe nesses gestos e mutuamente se outorgavam a vincularidade, não somente mantida pela genealogia, mas também pelo vínculo.

A dor da separação filho-mãe parecia estar atravessada por um elo, de modo que alguma coisa sempre perdurou entre eles. Mas, além do ditado familiar, eles se reconheciam em um mútuo outorgamento da função materno-filial, mesmo sem que isso acontecesse de fato. Um vínculo que os dois alimentavam os constituía, desafiando o mandado familiar e o fato da separação, na moradia.

3.8 A família onde o genitor é pai biológico

Heitor é um jovem de catorze anos que foi expulso de várias escolas e se apresenta como muito ansioso, sem limites, com dificuldades de respeitar os outros. Sua mãe aparece sempre acusando o filho; depois da consulta familiar, pede outra consulta para o outro filho, até que foi assinalado que esse era um tratamento familiar e que todos estavam incluídos. A família tinha uma constituição onde os limites não existiam. A mãe tão pouco tolera que a psicóloga demore uma semana para ligar e dar-lhe um horário: pede a consulta antes de ser chamada e briga com a recepcionista. Na verdade, ela briga da mesma forma que Heitor.

Heitor fala: - “Ela me põe nervoso.”

A mãe responde: - “Ele acaba comigo, estou assim por causa dele.”

Gustavo (o outro filho adolescente, de dezesseis anos) diz: - “Eles são os únicos que compartilham o banheiro, em casa.”

Aqui vemos um relacionamento em que um filho faz alguma coisa que produz a resposta na mãe, eles parecem brincar num jogo de estar e fazer que o outro esteja “nervoso”. Por outro lado, são os que “usam o mesmo banheiro”, lugar tão íntimo, onde duas gerações não teriam que se encontrar, já que a intimidade dos corpos conjuntamente com sua sexualidade pertence a cada um, em separado. Ali aparece a falta de limites, as gerações misturadas em uma produção onde a falta do pai traria uma falta de ordem na família, em que a lei do incesto pareceria não estar claramente instalada.

A única lei que os atravessa parece ser uma lei arbitrária desenhada pelos desejos de cada um. Assim, cada um produz no outro o que cada um precisa, sem contenção e sem achar um limite no outro, que permita dar um espaço a esse outro como alheio a si mesmo, dentro do vínculo. Pareceria que a presença de um não faz confronto no outro, como se fossem transparentes, sem ter em conta o sujeito que cada um deles é. Falta, nos vínculos dessa família, certa opacidade entre cada um dos sujeitos que a conforma, opacidade marcada pelos corpos de cada qual, que marque certa diferenciação e discriminação entre eles. Nessa família, vemos a constante intolerância ao alheio do outro, de maneira que, igualmente em seu discurso, eles não se escutam, porque o outro não se delinea como outro, com a sua presença como *ajeno*. O outro apareceria aqui como objeto ao serviço do ego: nessa família, o outro seria tratado quase com se fosse um objeto interno.

3.9 Os vínculos na monoparentalidade?

Caberia perguntarmos: que tipos de vínculos são favorecidos nas famílias monoparentais, partindo de sua conformação? Já que, por se tratar de uma figura parental única, isso poderia estar delimitando um espaço sem topos, sem bordas, sem limites para essa mãe? Assim como a escolha materna de não ter o outro genitor por perto, para se constituir em figura paterna desses filhos, não se transformaria num campo de possível impossibilidade para a aceitação do *ajeno* do outro?

Essas perguntas norteiam o presente trabalho.

B) OS TRÊS ESPAÇOS PSÍQUICOS

Outro dos conceitos fundamentais da Teoria das Configurações Vinculares é o de um aparato psíquico-vincular. Dito aparato comporta uma tripla espacialidade, que inclui o individual, os vínculos e o social.

Apresento inicialmente a primeira sessão de um atendimento familiar e, mais adiante, uma sessão posterior, com a finalidade de percorrer a clínica psicanalítica vincular que nos permita ilustrar como os espaços vão aparecendo, na prática clínica.

3.10 Primeiro atendimento familiar

Celina comparece ao serviço de saúde mental procurando uma consulta para ela e para seus filhos Heitor, catorze anos, Gustavo, dezesseis, e Laura, cinco; oferecemos um atendimento familiar, que ela aceita. Pedimos que aguarde o contato do serviço. Uma vez que apareça uma vaga para esse atendimento, será chamada. Celina não consegue se segurar e aguardar uma semana: liga antes e briga com a secretária, por ter de aguardar. Quando a hora é conseguida, Celina requer hora de atendimento também para cada um de seus filhos. Reitera-se para ela que o atendimento familiar inclui todo o núcleo familiar. Nesse momento, ela consegue se tranquilizar e sentir-se acolhida, aceitando o horário proposto.

Para a primeira consulta, comparecem: Celina, mulher negra, bem baixa, com sobrepeso; Heitor, adolescente de catorze anos, com pele mais clara que a da mãe e olhos azuis. A fala de Celina é muito agitada, veemente e apressada; Heitor fala olhando para o lado. Resulta difícil a compreensão do que fala, assim como o estabelecimento de um contato visual com ele.

Celina: - Heitor é sempre levado.

Heitor: - Não, não sou.

Celina: - Ele é impaciente, não tem limites.

Heitor: - Não é.

Psicanalista: - Vamos tentar compreender um pouco mais, pois Heitor não concorda com você, Celina, e seria bom escutar as diferentes versões que cada um tem do que acontece com vocês.

Celina: - Na escola dele sempre estão em cima de mim, e eu não quero, ele tem que sair de perto de mim. Por dois anos, ele foi para Goiás para a casa do pai dele, mas, mandaram ele de volta; ninguém o quer. Todo mundo passa falando para ele: “Pára, Heitor, pára”. Heitor é cansativo, gostaria que algum dia ele ficasse bom. Ele não espera a pessoa falar com ele e já grita, discute. Quando eu morava com seu padrasto, ele também quebrou o pau com ele. Ele é muito difícil, desde que ele nasceu. Desde os oito anos, já levei ele para o psicólogo e fiquei sempre pulando de uma escola a outra. Nesta última escola, eu explodi. Queriam que eu deixasse de trabalhar para cuidar dele, na escola. Eu não posso abrir mão de meu serviço; eu recepciono os pacientes em uma unidade. Ele é agitado demais. Desde bebê, eu já ficava irritada com ele. Agora, ele continua tendo atitudes que não pode ter, aos catorze anos.

Psicanalista: - Heitor, você, o que acha disso que tua mãe está falando?

Heitor: - Sou agitado (fala para dentro, não olha no rosto; é difícil estabelecer contato com ele).

Celina: - Sobe minha pressão de tanta agitação.

Psicanalista: - Por que você acha que você é tão agitado?

Heitor: - Não sei (arruma o cabelo).

Celina: - Ele sempre tem que procurar alguém de fora para se expor.

Heitor: - Esse ano, eu não fiz nada; só respondi para a professora e falei mais alto que ela; eu estava errado e ela me corrigia. Fiquei nervoso, e mandaram chamar a minha mãe.

Psicanalista: - Você estava se sentindo incomodado frente à professora?

Heitor: - Sim.

Celina: - Eu choro e ele apronta; ele não tem limites. Eu não quero falar... É de uma braveza, de um nervosismo. Não gosto disso. Eu também sou de uma família assim, agitada, mas eu falo para ele que tem que esperar que a pessoa fale...

Até aqui a primeira consulta.⁸

Neste caso, defrontamo-nos com uma impossibilidade vincular denunciada desde o começo, antes da própria consulta. Quando é oferecido a Celina um atendimento familiar, ela continua pedindo um atendimento para seus filhos. Parece não perceber que, dentro da família, encontram-se ela e seus filhos também. Nessa conduta, parece mostrar a impossibilidade de aceitar seus filhos como seres alheios a ela mesma, como seres

⁸ A continuação do caso clínico virá nos itens 3.15, 6.2 e 6.3.

independentes, sujeitos de desejo, que têm condições para constituir sua própria subjetividade, assim como para fazer parte de um vínculo. Pareceria que esses filhos não são percebidos por Celina como outros, dentro do vínculo familiar; não aparecem como pessoas capazes de confrontar-se com sua forma pessoal de enxergá-los.

Teríamos de nos perguntar se Celina veio à consulta preocupada com sua família ou se está preocupada com suas próprias inquietações pessoais e conflitos internos, que pareceriam não levar em conta o entorno. Será que Celina só percebe os outros como reflexos de suas fantasias e de seus pensamentos internos?

Não vemos uma noção vincular nessa família, já que Celina parece acreditar que o relacionamento é a soma dela e seus filhos. O trabalho analítico vai se centrar em transformar o cálculo que ela faz em uma noção vincular, de relação, na qual o que eles façam dependa da relação de uns com os outros.

Celina pede atendimento para ela e seus três filhos e, ao atendimento familiar oferecido, ela comparece só com Heitor. Esse fato contrasta com seu pedido e com a urgência que ele comportava.

Quando começam a falar, Heitor diz que não concorda com a forma como a mãe o considera e o descreve; de imediato, ele é anulado por Celina. Em sua fala, diferente da fala no discurso materno, Celina só escuta as idéias dele que estão em concordância com as suas. Aqui, deparamo-nos com um problema: como conseguiriam duas pessoas dialogar, se uma continua afirmando o que a outra nega? Uma palavra só não abrange o que acontece entre dois sujeitos, porém, é preciso que cada um tenha seu lugar como outro e sua palavra.

Pareceria não serem necessários dois sujeitos presentes, pelo tipo de discurso que compõem. Seria necessário que cada sujeito tivesse um lugar próprio, reconhecido pelo outro, para que se desenvolvesse um verdadeiro diálogo entre eles.

Eu — enquanto analista— tento demarcar para Heitor um lugar diferente do estabelecido pela mãe, escutando-o e dirigindo-me a ele, quando pergunto. Isso, tampouco, parece fazer sentido para a mãe. Ela precisa de várias sessões para começar a ouvir os outros, inclusive para que a terapeuta também seja ouvida como outra, dentro do tratamento.

Enfrentamos, assim, uma pergunta que tentarei responder mais à frente, nos comentários teóricos. Nessa consulta familiar, dois sujeitos em vínculo apresentam-se com uma queixa referida a um mal-estar vincular? Ou estamos diante de um relacionamento em que a mãe contradiz a subjetividade do filho como outro, tentando anulá-lo? O filho, ao contradizer a mãe, estaria se defendendo? Essa situação conformaria um vínculo como definido, nesta pesquisa?

Volto à sessão. Vemos, entre eles, uma intolerância ao outro como alguém alheio a eles. Como alguém com uma presença externa corpórea diferente da própria, alguém com possibilidades de expor seus pensamentos em um diálogo. Eles não falam entre si. Dessa forma, o diálogo pareceria ser impossível, já que não há dois com possibilidade de troca. O outro não aparece como outro, mas, sim, como um objeto a serviço do ego: o outro é tratado quase como objeto interno. Assim, Celina diz que ela chora e, por isso, Heitor “apronta” na escola; ele é agitado e, por isso, ela é chamada à escola; “ele não espera a pessoa falar e já grita, discute”; ela faz o mesmo: grita e discute com a secretária do serviço, antes de ter o horário para a consulta. Diz igualmente que ela é de família agitada e ele tem que aprender a esperar. Não surge nenhuma dúvida, ao se posicionar diante do outro, em uma escuta que procure uma resposta para as perguntas que se apresentam.

Heitor parece nunca ter conseguido constituir-se como alguém radicalmente alheio a sua mãe, já que Celina somente procura que ele corresponda à sua imagem interna. Ela pareceria aprovar seu filho, apenas quando ele coincidir com o mundo interno dela, e vai odiá-lo se ele replica a ela.

Nesse caso, seria importante traçar um caminho de trabalho terapêutico com a possibilidade de fazer com que se discriminem como sujeitos em diferença. Isso produziria subjetividade, tanto subjetividade no vínculo, quanto subjetividade de cada um deles. A procura de marcar o que pertence ao psiquismo individual de cada um, como distinto do que pertence ao vínculo, seria um caminho de trabalho para abrir o sistema cerrado de pensamento em que se encontram, como família.

Farei um desenvolvimento teórico do conceito de tripla espacialidade psíquica, para depois voltar ao caso clínico, em sessões posteriores⁹.

3.11 Três espaços psíquicos

Na hora de definir o aparato psíquico vincular, defrontamo-nos com uma conceituação diversa do aparato psíquico descrito por Freud, já que inclui nela os objetos significativos, os relacionamentos e vinculações inconscientes e o social, que os atravessa. Por isso, esta teoria desenha um aparato psíquico com três espaços que o configuram, com uma tópica formada pela inscrição representacional e o investimento do intra-subjetivo, do intersubjetivo e do transubjetivo.

⁹ Subitens 6.2 e 6.3.

Isidoro Berenstein e Janine Puget, no livro *O vincular*, definem os três espaços psíquicos como “um modelo de aparato psíquico no qual se organizam zonas diferenciáveis [...] nomeadas como espaços psíquicos, metaforizando um tipo de representação mental e vincular que o eu estabelece com seu próprio corpo, com cada outro ou outros e com o mundo circundante” (BERENSTEIN; PUGET, 1997, p.21).

No *Dicionário das configurações vinculares*, os três espaços psíquicos são definidos como “lógicas ou sistemas de inscrições representacionais que implicam dinâmicas diferentes e que têm vigência desde o começo da vida como um registro triplo” (PACHUK; FRIEDLER, 1998, p.445).

Na hora de pensar sobre a constituição do sujeito, dita conceituação ganha força, porque se define o sujeito como determinado tanto pela relação com seu ego-corpo e o pulsional, como no vínculo com o outro e com os outros com quem habita o espaço público, sendo outro modo de caracterizar esse lugar chamado de social. O sujeito se sustenta na pertença inerente ao vínculo e, na identidade inerente ao ego, ambos contribuem para a construção da subjetividade. O mundo interno, o dos outros e o público funcionam como três mundos distintos e alheios. O sujeito é produzido por eles; às vezes é em quem se produz subjetividade e em quem esses mundos se articulam ou se dissociam.

Esses espaços demarcam bordas, algum tipo de organização e brechas, nas quais os espaços se diferenciam e se interceptam, por sua vez. São originários em sua constituição, fundam-se a partir do interior do psiquismo e do mundo externo. Cada um desses espaços tem vida própria com as suas representações também, e em todos eles se constituem os pilares do sentimento de pertença. Os espaços instituem subjetividade e é o sujeito que os relaciona, os liga ou os associa.

Cada espaço tem determinações próprias e específicas, mas podem ser adjudicados a outro espaço por deslocamento. Por isso, no momento de fazer um encaminhamento para tratamento, teríamos que pensar que espaço provê o mal-estar que o paciente nos traz como queixa, para indicar o tratamento pertinente.

Essa conceituação nasce da necessidade de outorgar um espaço dentro do psiquismo igualmente à realidade externa e aos vínculos.

3.12 O Espaço Intra-subjetivo

É o espaço mais descrito na psicanálise clássica como o “intrapésíquico”; nele, apareceria o conteúdo considerado mais individual e particular de cada sujeito. Encontram-se nesse espaço os objetos internos e as fantasias.

O espaço intra-subjetivo delinea um psiquismo que vai se constituindo através de sua história pelas identificações com os objetos externos significativos. O sujeito cria seus objetos internos, apropriando-se dos outros por meio das identificações. Criam-se assim as representações internas. Fala-se aqui de representações intrapésíquicas que dão uma constituição particular ao espaço intra-subjetivo de cada sujeito, tiradas das representações das relações objetais. As representações traçam um percurso desde o nascimento do sujeito, constituindo a sua história das pegadas infantis. Descrevemos, na teoria das configurações vinculares, um espaço interno, na subjetividade de cada um, que se caracteriza por ser intraterritorial. Falamos de um traçado no qual o território a ser descrito envolve um adentro do psiquismo individual mesmo.

Janine Puget e Isidoro Berenstein, em *Psicanálise do casal matrimonial*, descrevem “o relacionamento dentro do espaço intra-subjetivo, que remete a registros de um mundo interno de objetos, tanto parciais quanto totais, com os quais o eu mantém diferentes tipos de conexão. Envolve tanto relacionamentos indiscriminados quanto relacionamentos com mais diferenciação no mundo interno” (BERENSTEIN; PUGET, 1988, p.17).

Essas representações intra-subjetivas, como definidas pelos autores, permitem que o sujeito tenha um registro do objeto externo, mesmo quando ausente. A condição para que se constitua a representação implica a ausência do objeto no mundo externo.

Nesse espaço, a organização é específica do desejo e da defesa. Nele operam os mecanismos de defesa, da projeção e da introjeção.

Descrevemos um movimento unidirecional, sendo sua orientação predominantemente do ego em direção ao exterior, onde encontra os outros sujeitos significativos para ele. O sujeito aparece desejando um outro que funcione como objeto intra-subjetivo.

Qual seria o lugar do outro, nesse espaço intra-subjetivo? Ou o outro que se descreve não é um outro externo ao aparato psíquico? É, sim, um outro como objeto intra-subjetivo. Esse outro estaria só ocupando o lugar de motivador ou invocador do desejo do ego, sem ter uma ação desiderativa própria, nesse espaço. Esses outros como objetos internos estão atravessados pela pulsão e são inscritos no espaço intra-subjetivo conformando essa

interioridade. Falamos, assim, de um sujeito de desejo que vai atrás do objeto da pulsão; objeto sempre variável e contingente.

Esse espaço intra-subjetivo está conformado por representações do ego corporal, produtos de funcionamentos auto-eróticos e de fantasias de auto-engendrar-se. Os componentes desse espaço são: pulsão, desejo, fantasia e relações de objeto.

Poderíamos pensar em ilustrar isso através de um exemplo clínico. Quando uma paciente, na sessão individual, fala de seu parceiro, no casal, ela está o faz tendo em vista como o percebe, a partir de seus objetos internos; parte da representação interna que tem do parceiro. Nessa fala, na ausência do parceiro, o ego não outorga ao outro uma existência de outro como sujeito de desejo, uma vez que olha para ele apenas como alguém que recebe seus desejos de amor e hostilidade. Falo aqui de objetos internos e de relacionamentos objetais, pois o parceiro não está ali para confrontar a representação psíquica que o paciente tem dele.

Isidoro Berenstein, no livro *El sujeto y el otro*, usa o modelo da escrita de uma carta para ilustrar sobre as inscrições próprias do espaço intra-subjetivo. Ao escrever uma carta, a condição imprescindível é que o outro esteja ausente. A folha em branco coloca em cena tanto a ausência da alteridade do outro, quanto a presença do ego do que escreve, que se estende sobre toda a superfície do papel. A forma de existência do outro no ego é, nessa situação, a de um objeto pensado ou imaginado. Através da carta, estabelece-se uma ilusão de simultaneidade no espaço e no tempo próprio de um diálogo. Quando o destinatário da carta a recebe, por sua vez, outorga-lhe significado e interpreta o que lê. Sofre com a ausência e também goza do imaginário totalmente criado pelo ego.

Esse mundo interno tem sua própria lógica e uma impossibilidade como requisito: a impossibilidade da presença do outro. Esta é uma condição inexorável. Quando ela é transgredida, há distorção.

Seria o caso de nos perguntar quando falamos de outro como objeto externo e quando falamos do outro como objeto da pulsão. Aqui nos defrontamos com a fronteira entre o espaço intrapsíquico e o espaço intersubjetivo. No espaço intrapsíquico, focalizamos o objeto da pulsão e de sua relação de objeto; outro campo de abrangência inclui o espaço intersubjetivo. Assim, Isidoro Berenstein enfatiza que “o outro e sua presença mostram permanentemente que a representação do ego não o abarca algo sempre o excede” (BERENSTEIN, 2001, p.90). Afirma, desse modo, que as representações intrapsíquicas são as representações do ego que não atingem nem abarcam ao outro e sua presença; este excede as representações. Por isso, definem-se como espaços diferenciados. Berenstein, no texto, cita Green: “Nenhum ego pode bastar-se a si mesmo e nenhum ego pode preencher ao outro, nenhum outro poder substituir-

se ao ego e nenhum outro pode preencher ao ego” (GREEN, 1995, p.90). Um tipo de funcionamento psíquico está em concordância com o si mesmo do sujeito e o outro com o outro do mundo externo em vinculação com o sujeito.

3.13 O Espaço Intersubjetivo

Trata-se do espaço que privilegia o encontro entre o sujeito e os outros. Os vínculos particularizam esse campo de encontro entre sujeitos e constroem essa parte do aparato psíquico vincular.

Um vínculo é construído entre dois sujeitos ou mais, havendo algo em comum entre eles: um conector. Falamos de uma estrutura vincular em que o que se constrói implica os dois integrantes, configurando um “entre dois” com suas respectivas representações vinculares. O *intersubjetivo* pertence à área do convívio e dos vínculos com os outros, vínculos esses que criam subjetividade.

O vínculo entre dois sujeitos se constrói na presença deles. Essa presença delinea uma diferença fundamental entre um e outro, porque demarca uma alteridade de um em relação ao outro. Aparece, assim, o conceito de extraterritorialidade: o outro está fora do sujeito com sua presença; e é fundamental para a constituição do vínculo. A presença do outro revela uma opacidade de um para o outro, demarcando o alheio do outro. A diferença que o outro faz em mim tem sua constatação máxima no corpo do outro, sendo aquilo mais íntimo pertencente ao outro e que nunca poderei fazer meu. Assim se demarca um sujeito e um outro sujeito, a respeito do primeiro, implica um espaço em que dois sujeitos se diferenciam, mas em vínculo.

Na consulta vincular da família apresentada, o fato de Celina estar falando de Heitor sem conseguir escutar como ele demarca um tope, uma negativa, ou um freio, que ela não percebe, construiu uma situação totalmente diferente da que se constituiria, se se tratasse de uma sessão individual, em que Celina fosse escutada sozinha, no consultório, e estivesse falando sobre Heitor. Na sessão vincular, como analista dessa família, proponho-me assinalar como, no vínculo, eles não conseguem se comunicar, caminho através do qual tentarei construir um vínculo de dois, demarcando espaços diversos: um dentro e um fora. Diferente situação se desenharia se Celina, em consulta individual, não vincular, falasse de Heitor, ali se estaria referindo às suas representações internas; estaria falando de seu mundo interno e de suas fantasias, na ausência de Heitor.

Do mesmo modo, o espaço intersubjetivo caracteriza-se pela dupla direção, visto que o sentido já não provém do mundo interno em direção aos outros, mas, sim, do relacionamento mesmo com os outros.

Descrevemos um plano em que a simetria é heterogênea, pois caracteriza dois sujeitos diferentes, em vínculo.

Nos primórdios das teorizações, o modelo da inter-subjetividade era a Estrutura Familiar Inconsciente (E.F.I.). Esse conceito enriqueceu-se e expandiu-se, tendo importância constitutiva igualmente nos relacionamentos do sujeito com os outros significativos. A Estrutura Familiar Inconsciente é a matriz inconsciente que regula e outorga sentido inconsciente aos relacionamentos familiares organizados nos termos de parentesco.

Partimos do ego, que se inicia na concepção de “um”, para a concepção de “dois”. São demarcados, então, dois momentos na conformação do sujeito: primeiro, a constituição de uma conformação narcísica; logo depois, o reconhecimento da alteridade do outro. Esse processo acarreta a passagem do objeto interno ao outro.

A representação inconsciente do vínculo é a *impronta*, uma pegada do campo dos outros dentro do psiquismo. No vínculo, adquire importância a noção de sujeito do vínculo defrontado com seu correlato: o outro do vínculo. Essa representação estaria dando conta da possibilidade do encontro entre um ego e um outro. Berenstein afirma que “vínculo em sentido amplo constitui uma situação inconsciente que ligando dois ou mais sujeitos, os determina em base a uma relação de presença” (BERENSTEIN, 2004, p.29).

Como poderíamos sondar os segredos próprios do vínculo? Desde a constituição do ego, o outro está presente, não somente para cuidar dele e se identificar com ele, mas para se construir, e construir-se com o outro dentro do próprio vínculo. Berenstein acentua que o “outro é uma boa denominação para esse sujeito que, vivido como radicalmente alheio e como exterior, me modifica fortemente com sua presença, ali onde não posso continuar sendo o mesmo nesse vínculo com o outro” (BERENSTEIN, 2001, p.93).

Vemos assim privilegiar-se, no intersubjetivo, um relacionamento em que o sujeito e o outro estão presentes em seu caráter de alheios, um para o outro, e também com a necessidade de presença. Um dado vínculo poderá dessa maneira se definir pelo alheio que se estabelece para cada lado do relacionamento.

Os mecanismos constitutivos do sujeito se estruturam pelas identificações no espaço intra-subjetivo e pela imposição no espaço intersubjetivo. A imposição é o movimento pelo qual os sujeitos vinculados se instituem, inscrevendo a sua pertença no relacionamento, bem como aceitando ser instituído pelo mesmo. “Impor é uma ação instituinte, tem caráter de

obrigatoriedade porque deve fazer um lugar ao outro onde antes não o tinha; fazer uma marca que aporta um novo significado em cada sujeito do vínculo” (BERENSTEIN, 2004, p.39). Seria como uma marca dupla que cada um dos sujeitos faz no outro, para demarcar o vínculo entre eles, vínculo como lugar novo, marcado pelo outro onde o outro não era esperado.

No momento do nascimento de uma criança, constitui-se um lugar de filiação, demarcado por esse filho, em relação, tanto ao lugar materno de uma mãe que está nascendo, quanto ao lugar paterno que também está se constituindo, com esse pai. Falamos de uma série de posições ou lugares novos, antes nunca constituídos. Algo da ordem da novidade começa a se conformar entre eles; e cada um vai determinar o outro, em seu relacionamento e em suas formas de atuar. Quanto à idéia das origens, esta não se restringe aos momentos dos primórdios, dos primeiros momentos de vida: pensa-se em um ponto de partido contínuo ao largo da vida. Sempre haverá, em todo encontro com o outro, um algo de novidade. Esses são momentos de constituição de subjetividade, ao longo da vida toda. Nesse sentido, delinear-se-iam vários pontos de partida vincular, produzidos por encontros humanos significativos.

Nos vínculos, os sujeitos confrontam-se com um trabalho a fazer, o trabalho vincular. A verdadeira tarefa vincular começa em um “entre-dois”, entre dois sujeitos outros, um para outro, precisamente no lugar onde não são coincidentes. É uma tarefa de reconhecimento do outro, na sua presença, o que delimita algumas bordas impossíveis de serem atravessadas e de serem conhecidas pelo outro: o alheio do outro, aquela área em que o outro é opaco para mim, pois eu não consigo — nem vou conseguir nunca — penetrá-lo, nem conhecê-lo. Os vínculos caracterizam, nesse sentido, um espaço de novidade, nos quais os acontecimentos podem sempre configurar subjetividade, ao longo da vida toda. O encontro com o outro me habilita a descobri-lo e a descobrir-me.

No mundo intersubjetivo, encontramos as inscrições de representações intersubjetivas com um registro inconsciente, o que supõe a inscrição de pactos e acordos inconscientes, como alianças inconscientes e uma inter-fantasmática construída nos vínculos.

No tratamento psicanalítico individual, trabalhamos o mundo intra-subjetivo; e visamos o espaço vincular, na relação transferencial. Por conseguinte, os vínculos só podem ser trabalhados nos tratamentos vinculares, de família, de casais e de grupos. Cada tipo de tratamento psicanalítico considera um mal-estar proveniente de um espaço distinto e atinge a dita conflitiva em um trabalho terapêutico diferente. Ambos os espaços portam lógicas diferentes e duas impossibilidades; no espaço intra-subjetivo, defrontamo-nos com a impossibilidade da presença, porque as representações impõem uma necessidade de ausência,

e, no espaço intersubjetivo, com a impossibilidade de ausência, uma vez que os sujeitos têm que ter caráter de presença para se encontrar em uma situação vincular.

Quais seriam as mudanças que os tratamentos vinculares objetivam atingir, para resolver o mal-estar dos sujeitos que os consultam? Na singularidade do vínculo se constituem os sujeitos em um duplo caráter de alheio e de novidade. O alheio do outro é dado por uma presença que sistematicamente não se pode fazer própria, não se pode incorporar, a qual se deverá fazer-lhe um lugar. Na constituição de um lugar novo dentro do vínculo, vemos como o outro suplementa, amplia, adiciona ao outro sujeito do vínculo, criando um lugar novo para um outro novo que nunca existiu nesse vínculo, também ele novo. Dentro dos vínculos significativos, os sujeitos terão que admitir que o vínculo os modificou, já que cada sujeito não é igual ao que foi anteriormente.

Como introduzir as mudanças? O conceito de acontecimento, cunhado por Alain Badiou e retomado dentro Teoria das Configurações Vinculares, aproxima-nos da emergência do novo, que não fazia parte da estrutura anteriormente e de cuja mudança somente sabemos *a posteriori*. Berenstein caracteriza como acontecimento “a emergência de um fato novo do qual se pode dizer que não tem lugar nem representação prévia, que se dá em um campo onde é possível que aconteça, e ao mesmo tempo não é possível apreendê-lo até depois de produzido” (BERENSTEIN, 2004, p.105). Assim, vemos como o conceito de acontecimento cria um espaço novo para o que não tinha lugar antes; trata-se de uma operação agregada, significa uma suplementação de um agregado que antes não formava parte da representação. Os sujeitos não aguardavam aquilo novo que virou acontecimento, depois de ter acontecido, e expandiu as representações, modificando a sua significação. Poderíamos pensar que na emergência de acontecimentos é que os tratamentos vinculares propõem a modificação de estruturas vinculares anteriores, as quais promoviam mal-estar nos sujeitos do vínculo. Isso permite que se inscreva o novo em uma estrutura que não o portava, modificando-a.

3.14 O Espaço Transsubjetivo

A *transsubjetividade* transcende a noção de subjetividade. O prefixo “trans”, do latim, definido pelo dicionário *Aurélio*, indica “movimento para além de”, “através de”, “posição para além de”. Descrever esse espaço do aparato psíquico coloca-nos diante das dificuldades que a clínica tem trazido para os pensadores dos vínculos, quando tentam teorizar sobre o social, o mundo que nos rodeia e a cultura que nos circunda. Assim, Berenstein ressalta que “a

realidade exterior não entra desde o afora perturbando uma interioridade do sujeito se não que forma parte da situação psíquica” (BERENSTEIN, 2004, p.16).

Tanto pacientes quanto analistas estamos imersos em uma dada cultura, em um tempo social e uma época aos quais não podemos nos subtrair. Podemos nos perguntar: como lidar com o contexto que nos engloba a todos? Como sujeitos sociais, nós somos parte inegável do momento histórico em que vivemos. Uma vez que os tempos históricos nos constituem, também nos marcam em nossa constituição psíquica.

Janine Puget cunhou o termo “mundos superpostos”, como uma área de dificuldade para tentar pensar objetivamente em abstinência, pois todos os sujeitos estamos incluídos nas mesmas situações sociais e históricas simplesmente por vivermos numa dada época. O analista se veria tão comprometido quanto o paciente, no momento de pensar sobre situações que os incluem. Desse modo a autora conceitua “mundos superpostos”.

Se, por exemplo, na época da ditadura, um paciente falava do termo “clandestinidade”, esse termo seria usado de diferente forma e compreendido de maneira diversa, por ser uma palavra impregnada pelos acontecimentos externos. Não só se levaria em conta como esse paciente estava usando o termo, mas como esse termo era portador de um sentido “a mais”: a significação do momento histórico-social. Tanto o paciente quanto o analista poderiam estar implicados na hora de usar essa palavra.

No mesmo sentido, quando um país atravessa um momento de crise econômica, ou seja, quando há fatos da realidade externa que assinalam tal crise, onde se coloca o analista, ao interpretar os problemas trazidos pelos pacientes atingidos pela situação?

Num tratamento familiar, quando um pai de família é expulso do mercado de trabalho, juntamente com muitas outras pessoas, será que continuaremos a pensar apenas nos seus fantasmas internos de desvalorização, marcados por situações traumáticas vividas na infância? Na mesma sessão, interpretaríamos a comunicação desse fato para a esposa e os filhos como um reviver de uma situação traumática?

Que espaço dar a esses fatos? Teríamos de procurar dentro das fantasias inconscientes intrapsíquicas do sujeito? Ou será que poderíamos falar somente de fantasmas internos de exclusão do ambiente laboral, ou de aspetos depressivos que têm a ver com situações infantis? Nós, como psicanalistas, não podemos deixar de enfrentar as dificuldades em aceitar essa situação de crise econômica, incluindo-nos igualmente como sujeitos que participamos desse momento histórico em que nossos consultórios podem sentir a tão falada crise.

O fato de todos fazermos parte do mesmo contexto sócio-histórico-cultural configura-se como um obstáculo, quando temos de pensar o espaço transubjetivo. Os psicanalistas não ficamos por fora de tal dificuldade.

Essas são conjunturas não analisadas nos próprios analistas, portanto, invadem nossas subjetividades. Nós, como analistas, teríamos de colocar-nos fora. Isso parece, em alguns momentos, uma tarefa quase impossível de ser feita, porque partilhamos o mesmo espaço.

Esse mundo externo é o contexto que partilhamos, tanto analistas quanto pacientes, por vivermos em um determinado momento histórico, com suas características sociais; é um espaço mudo que só se assinala quando expostas as mudanças externas: imigração, expulsão forçada do país de origem por causas políticas, desemprego, com a conseqüente perda na escala social etc.

Depois de colocar todas as perguntas e dificuldades que atingiram e atingem o nosso trabalho analítico vincular, procurarei definições do espaço transubjetivo que permitam clarear esses conceitos teóricos.

Janine Puget foi a psicanalista que mais estudou esse tema, com base em situações de imigração forçada produzidas pela ditadura militar; depois, investigou os efeitos do contexto social sobre o psiquismo, fundamentalmente trabalhando com grupos.

A psicanalista acima referida concebe o espaço transubjetivo como

[...] o conjunto de representações do mundo real (social e físico) em que o ego adquire diretamente, desde o momento originário, assim como pela mediação do super-ego dos pais. O sujeito é tanto sujeito do mundo quanto da estrutura familiar". (PACHUK; FRIEDLER, 1998, p.433).

A autora observa:

A representação originária desse espaço é de uma continuidade oceânica entre o ego e o outro, ambos incluídos em uma dimensão do infinito. O vínculo entre o mundo externo e o ego se estabelece sobre a base de um acordo inconsciente vivido como as raízes que o inserem em uma zona geográfica e social determinada". (PUGET, 1989, p.32).

O espaço transubjetivo é o mundo no qual estamos imersos e, ao mesmo tempo, é o mundo que construímos: é o espaço da linguagem comum a um conjunto, o da organização social na qual nascemos e no qual se organizam os grupos em torno de uma crença ou idéia compartilhada, o dos acontecimentos históricos, das tradições, dos mitos e dos sistemas explicativos da vida quotidiana.

É um espaço que geralmente fica mudo, porque não percebemos nossa inclusão nele. Aparece como um espaço presente: quando o perdemos, ali se descobre como tal. Frente ao sentimento de estrangeirismo e marginalidade, notamos a falta dele e a necessidade de criar pertenças no novo contexto. Quando falamos de imigração, podemos nos defrontar com a possibilidade de visualizar e analisar as novas pertenças, nos novos contextos, para possibilitar que elas sejam feitas com maiores graus de liberdade.

Temos no “sentimento de pertença” a forma de nos sentir incluídos em um dado contexto sociocultural do qual percebemos e sentimos que fazemos parte. Desde a Psicanálise, a pertença tem a ver com uma sustentação narcísica que acolhe o sujeito. Baseia-se na necessidade de se sentir incluído em um vínculo, que aparece como sustentando e enfrentando a vivência de indefensável. Pertencer é sentir-se sustentado-sujeitado, premia a permanência e a estabilidade, tem a ver com formar parte de um conjunto. As marcas da cultura, da época e do tipo de subjetividade que a época determina são inconscientes, de sorte que Berenstein cita Lucien Febvre, quando diz “que o sujeito se parece mais com sua época que com seus pais” (FEVRE, 1987, apud BERENSTEIN, 2004, p.32).

O transubjetivo é definido no *Dicionário de configurações vinculares*, por Janine Puget, como “uma inscrição em um espaço da mente, com representações sociais que estão relacionadas com ideologia, religião, poder e pertences” (PACHUK; FRIEDLER, 1998, p.447). No psiquismo do infante, o transubjetivo se inscreveria tanto através da mãe, como porta-voz, quanto de forma direta, desde a cultura.

O sujeito tem um sentimento de pertença a uma dada sociedade e cultura; é um pertencer a um espaço social, com normas que o ordenam no que é do convívio público e que partilhamos com os outros sujeitos em geral, um sentimento de pertença ao “*espaço transubjetivo*”.

Freud, na Psicanálise clássica, quando pensa o ordenamento social, define — aderindo às teorizações antropológicas de Frazer — o tabu do incesto como o grande estruturador e ordenador da nossa cultura. O tabu organiza os seres humanos no que têm a ver com seu desenvolvimento na sociedade, de família para família, de pais a filhos, de geração para geração. O tabu do incesto ocupa um lugar nodal na teoria, como “o estruturador” por excelência dos relacionamentos e convívios sociais.

A partir do conceito de tabu do incesto se nos apresentam claramente as conceituações sobre endogamia e exogamia. Fica bem delimitado um espaço dentro e um espaço fora, definindo os “permitidos” e os “proibidos”, para que o sujeito saiba claramente, na hora de

sair da família de origem, em busca da constituição da própria família, para onde pode olhar, na escolha pessoal.

Depois aparecem as conceituações da antropologia estrutural de Claude Lévi-Strauss, com suas definições do sistema de parentesco. Delas toma a Teoria das Configurações Vinculares o ordenamento como base a partir da qual se estrutura a família e a sociedade.

Termina assim a descrição teórica do aparato com três espaços psíquicos, que conformam três registros diferentes, com três espaços em interação.

Vamos novamente a uma situação clínica, da mesma família que citamos no início do tema (3.10). Cinco meses depois de ter começado o tratamento, recebo no consultório Celina, Heitor e Gustavo (filho maior, de dezesseis anos).

3.15 Sessão posterior. Em outro momento do tratamento

Celina: - Eu sinto saudades, sinto a falta deles como filhos, eu me sinto muito só. Não sei se eles têm falta de mim. Eu queria chegar em casa e ficar com todo mundo junto, ficar em casa na hora da janta e do banho. Mas eles estão sempre na rua. Todo mundo está separado, um pra um lado outro para outro. Eu chorei, eu quero meus filhos de volta, eu vejo a gente separada. Heitor está sempre na rua.

Heitor: - Para que vou entrar, se você só cobra de mim e eu fico aprontando em casa? Melhor ficar na rua.

Celina: - Agora fiquei sabendo que ele vai mal na escola, vai perder outro ano mais. Em quantas escolas mais eu vou inscrever-lhe? Ele me trai, eu confio nele e ele deixa de assistir a escola, ele sai todo o dia de casa, mas só vai pra rua.

Heitor: - Eu já perdi a graça de estudar, fiquei muito tempo fora da escola.

Celina: - Quando vai dar certo com você? Você me faz envergonhar, eu me canso. Um dia você vai voltar à noite da rua e eu vou trancar a porta e vocês vão dormir na rua, para vocês saberem o que é não ter um teto. Eu vou botar vocês na FEBEM, eu já fui denunciar-lhes lá uma vez.

(Nesse momento, Gustavo acabou um desenho com uma vaca virada de costas indo embora).

Psicanalista: - Quem está deixando a quem? Quem está indo embora, no desenho?

Celina: - E Gustavo, ele retruca o tempo inteiro não consegue me respeitar, eu sou uma pessoa adulta e por isso ele tem que me respeitar e fechar a boca.

Gustavo: - Eu não retruco com você, eu falo, mas você não gosta e você fala mais alto.

Celina: - Você tem que acatar a minha posição, eu sou tua mãe. Você, o que quer? Ver a gente doente, você vai me matar por um descontrole de pressão, você afronta, e isso é uma falta de educação. Ele não ajuda mais em casa, ele só se preocupa com as coisas dele, em casa só pula para dormir.

Gustavo: - Eu deixei de trabalhar, porque você falava que era perigoso, mas eu gostava muito de ter meu dinheiro, e parei por causa de você.

(Gustavo faz outro desenho com um rosto chorando, riscado, e como título escreve: O GRITO DE SILÊNCIO, e espalha pela folha muitas vezes NUNCA, NUNCA, NUNCA).

Aparece explicitado, no clima emocional da sessão, como o trabalho terapêutico foi evoluindo entre eles, para permitir aos filhos se expressarem, apesar de a mãe continuar tentando anular a subjetividade deles, negando-os, ignorando as suas falas e desmerecendo seus intentos de separação e independência. Mas esses filhos têm evoluído, pois, além do intento de anulação materna, eles continuam em seu caminho de crescimento pessoal; assim, Heitor se refugia na rua, para não aprontar em casa, culpado inconscientemente por estar-se constituindo em homem; e Gustavo desenha seu distanciamento com a mãe, através de seu trabalho e sua vontade de não se deixar anular mais, para não abandonar a posse de sua própria palavra.

O refúgio de Heitor na rua e de Gustavo no trabalho fala de uma representação de um espaço social que eles introduzem na fala, no consultório, e na família, e que a mãe gostaria de anular, para não lhes dar lugar algum. Os filhos homens trazem essas representações do espaço público-social como um lugar de refúgio e amparo para eles.

Em acréscimo, por meio da fala materna, surge um duplo discurso: por um lado, a exigência dela para anular a passagem do tempo, no crescimento dos filhos, mas, por outro, permite-se sentir saudades dos filhos, do tempo quando “ficavam todo mundo junto”, e fala disso mostrando certa percepção de que as coisas não podem voltar atrás no tempo. A mãe faz um movimento ambivalente e, por momentos, contraditório; cobra dos filhos por estarem crescendo, mas também lhes exige continuar estudando (no caso de Heitor), apesar de ter exigido que Gustavo deixe seu trabalho, por ser perigoso. Esse movimento que a mãe faz dentro do vínculo parece estar somente determinado por suas necessidades internas e oscilações pessoais. Por momentos, pareceria admitir alguma pequena porção de subjetividade provendo dos filhos, porém, quando a percebe, volta a anulá-la.

Celina tenta, desde seu espaço intra-subjetivo, fazer com que a representação interna de seus filhos permaneça cobrindo a presença deles como outros, para não percebê-los como outros com sua própria subjetividade. Remetendo-nos à definição, antes mencionada, de espaço intersubjetivo, segundo a qual a presença do sujeito excede a representação que o ego tem do outro, isso não aparece claramente delimitado no material clínico, uma vez que Celina tenta anular o espaço intersubjetivo entre ela e seus filhos, fazendo com que o seu próprio espaço intra-subjetivo cubra a intersubjetividade do vínculo deles.

Celina procura defensivamente desmentir, dos filhos, o aparecimento do imprevisto, o novo, ou não esperado, para anular dessa forma o vincular como espaço produtor de novidade e criatividade. Ela se baseia somente no individual, na retórica materna que se apresenta, de seu ponto de vista, como indiscutível e inquestionável. Os filhos não aparecem como considerados em sua subjetividade, o que demarca, dentro da família, um campo fechado de crescimento subjetivo. No entanto, no tratamento, esse campo parece estar-se abrindo para deixar lugar para outro discurso, visto que, apesar do desmentido materno, os filhos vão fazendo um caminho de descoberta da fala que está ali presente para quem os escute (no caso do tratamento, para a psicanalista).

No percurso do tratamento, o foco parece estar colocado em fazer com que consigam discriminar os espaços psíquicos; permitindo com que o espaço intra-subjetivo de cada um fique delimitado e reservado para cada um, o que deixaria um espaço intersubjetivo mais arejado a fim de constituir um lugar para várias subjetividades em vinculação, ou seja, construir um espaço para “dois” – “dois” conformados por um sujeito junto ao outro, sem invadi-lo. Seria um caminho de delimitação de espaços que propicie o aparecimento do novo como um sinal de pergunta, como uma incógnita que se abra olhando para o futuro, com uma porção de incerteza, mas também com um campo de crescimento e subjetivação para desenvolver.

“Todas as famílias felizes se parecem,
cada família infeliz é infeliz à sua maneira.”
Anna Karenina (TOLSTOI, 2005, p.17).

IV. A FAMÍLIA

A família como instituição é estudada por diversas disciplinas: Antropologia, Psicologia, Sociologia, História, Demografia, Ciências Sociais... O elemento comum que sempre tem definido a família é considerá-la como o grupo primário por excelência, fenômeno universal, célula da sociedade da qual faz parte e que, ao mesmo tempo, a constitui. Nela, são atendidas as necessidades básicas dos seres humanos - biológicas e afetivas -, que preenchem o desamparo inicial. Como fenômeno universal, a família está presente em todos os tipos de sociedades¹⁰.

Primeiro apresentarei um desenvolvimento histórico do conceito de família. Em seguida, o desenvolvimento do conceito de família no olhar do antropólogo Claude Lévi-Strauss, criador do estruturalismo em etnologia, já que sua maneira de definir a família é considerada pelos autores da Teoria das Configurações Vinculares. Depois, acrescento as novas definições de família que o Direito Brasileiro providencia na nova constituição, já que esta pesquisa trabalha com famílias brasileiras. Finalmente, tento definir a família a partir da psicanálise, para esclarecer e delimitar os parâmetros que norteiam esta pesquisa.

4.1 Um pouco de história

No início da humanidade, denominava-se o estado social dos homens “comunismo primitivo”. Nele, inúmeros casais conviviam com seus filhos, constituindo um lar comunitário, dirigido por mulheres e abastecido pelos homens, para garantir a sobrevivência e preservação de todos. Dada a conformação dessas “famílias comunitárias”, não havia responsabilidades delimitadas entre os pais e os filhos.

O termo família vem do latim: *famulus*, que significa escravo doméstico, expressão que os greco-romanos criaram para definir uma nova instituição social, no momento em que

¹⁰ Elisabeth Roudinesco, em seu livro *A família em desordem*, nos diz que “foram recenseadas de quatro a cinco mil sociedades no mundo, desde os primeiros estudos de Heródoto, e em todas elas a família conjugal está presente” (ROUDINESCO, 2003:14).

surge a agricultura e a escravidão legal. Nessa época, predominava a estrutura familiar patriarcal, em que um vasto leque de pessoas se encontrava sob a autoridade do mesmo chefe.

Na Idade Média, as pessoas começaram a estar ligadas por vínculos matrimoniais, formando novas famílias. Dessas novas famílias, fazia parte também a descendência gerada que, assim, tinha duas famílias: a paterna e a materna, ou seja, dando inclusão na família ao que hoje se chama de família extensa. A família constituía uma realidade moral e social, de transmissão e preservação de bens comuns. Os filhos eram mantidos no lar até a idade de sete ou nove anos, momento em que eram afastados e transferidos para outras famílias para prestar serviço e começar seu caminho de aprendizagem junto a outros adultos. Nesse período, falamos da *família tradicional*, que serve para assegurar a transmissão de um patrimônio, com casamentos arranjados entre os pais, na qual a ordem estava submetida à autoridade patriarcal, verdadeira transposição da monarquia de direito divino para a vida doméstica.

Com a Revolução Industrial, surgem no Ocidente os casamentos laicos que, assim como as famílias, migram para perto das fábricas nas quais trabalham, dos complexos industriais, estreitando-se, desse modo, os vínculos na família reduzida ou família nuclear. A educação dos filhos começa a ser partilhada com as escolas e os idosos deixam de fazer parte da convivência cotidiana, sendo entregues às instituições sociais de assistência para seu cuidado. Dessa maneira, se separou o mundo do trabalho do mundo familiar, constituindo-se a dimensão privada da família contraposta ao mundo público. Nessa fase, a família é nomeada como a *família moderna e* surge como fruto de uma lógica afetiva, fundada no amor recíproco e romântico, modelo que se impõe entre o final do século XVIII e meados do XX. A autoridade fica dividida entre o Estado e os pais, e entre os pais e as mães. Essa família se constituiu em torno da criança, passando a sentir-se responsável pelo seu futuro. Alguns autores falam de uma maternização da família, por ela centrar-se na criança. Elisabeth Roudinesco (2003) nos diz que a criança ocupou na família moderna, em sua relação com a mãe, o lugar central, antes reservado ao Deus, pai da família tradicional.

Para Phillipe Ariès (1981), a divisão das águas constitui-se no século XV, com a criação das escolas, momento a partir do qual as crianças, em vez de serem afastadas de suas famílias para seu aprendizado misturadas com os adultos, elas passam a se formar em um meio desenhado somente para elas, nas escolas, podendo assim permanecer nos lares familiares. Nesse momento, a família deixa de constituir um lugar moral e social para formar um espaço sentimental. “O clima sentimental era agora completamente diferente(...)como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola (ARIÈS,1981, p.232).” O autor acrescenta que “a família

moderna separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças, sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família (ibidem, p.271).”

Para a teoria marxista, a família tem um caráter histórico, social e cultural, assinalando as diferenças existentes entre as famílias ricas e as famílias pobres. Engels, grande parceiro de Marx, pensa a família como instituição social historicamente determinada. Ele faz uma ligação do materialismo histórico dialético, relacionando-o com a monogamia, para assinalar sua idéia de família burguesa patriarcal, em cujo centro encontra-se a figura do chefe, ou seja, o homem que exerce poder sobre a mulher, filhos e escravos. Descreve, assim, a mulher como a propriedade privada do homem.

É no século XIX que a tríade pai – mãe – filho vai tomando primazia e deixa de lado a idéia de família em relação a seus servidores.

Daniel Gil, psicanalista uruguaio, fala da queda da família patriarcal:

O patriarcado tem sofrido uma larga e permanente destruição desde o fim do século XIX, mas, sobretudo no século XX. Tem sido fundamentalmente, a modificação do lugar da mulher na sociedade a causa maior dessa derrubada da família patriarcal e por tanto, do patriarcado. (GIL; NUÑEZ, 2002, p.37).

No século XX, com a expansão das cidades e o assalariamento das mulheres, inicia-se a ruptura do eixo núcleo da família conjugal: a dependência econômica das mulheres aos homens. O modelo de família conjugal nuclear e moderna (pai provedor e mãe dona de casa) começa a sentir rupturas. “Salário e pílula permitiram o começo da implosão da família tradicional” (MORAES, 2001, p.19). A família, fruto do Iluminismo, transmite valores igualitários e democráticos entre seus membros, apontando a igualdade de direitos dos homens e das mulheres. Com a saída das mulheres do lar, começam a se redefinir os papéis familiares. Aqui estamos falando da *família contemporânea*, que une dois indivíduos em busca de relações íntimas e realização sexual, ao longo de uma duração relativa. A autoridade já não aparece fixada socialmente a um de seus membros e torna-se um tema a ser discutido permanentemente, por ser problemático.

Na década de 1960, com a difusão da pílula anticoncepcional, separou-se sexualidade de reprodução. A partir dos anos 80, com as novas tecnologias reprodutivas (inseminação artificial, fertilização *in vitro*), se separam gravidez da relação sexual entre homem e mulher. Ao redor de 1990, com a difusão do exame do DNA, torna-se passível a comprovação biológica da paternidade.

No século XXI, os autores mostram como a concepção da família baseada no parentesco e no casamento deixa espaço para uma nova concepção fundada no afeto, definindo a família como uma constelação de pessoas interdependentes, girando em torno de um “eixo comum”; desse modo, a família se torna um lugar de intimidade e afeto. Elizabeth Roudinesco define a família contemporânea como “frágil, neurótica, consciente de sua desordem, mas preocupada em recriar entre os homens e as mulheres um equilíbrio que não podia ser proporcionado pela vida social” (ROUDINESCO, 2003, p.153). No debate contemporâneo, não se fala mais de família (no singular), mas sim de *famílias* (em sua pluralidade), pois se incluem as diversidades e complexidades apontadas anteriormente.

Outros autores, tais como Silvia Duschatzky e Cristina Corea, conceituam a família como uma das instituições que vêm perdendo significação e que se apresenta “em queda”. Queda e ruptura do modelo paterno-filial que constituiu o padrão da organização familiar anterior, e surgimento de novos modos de vinculação familiar. “A queda do Estado-nação, no marco da emergência de novas lógicas sociais baseadas na noção de *rede*¹¹, esvazia as relações familiares de uma referência ancorada em hierarquias simbólicas” (DUSCHATZKY; COREA, 2006, p.71). Tais autoras, junto com Ignácio Lewkowicz, falam da destituição do Estado, fato que chamam de *queda do Estado-nação*, assinalando que o mesmo não desaparece, mas sim seus antigos valores, que antes o representavam, caíram ou mudaram, ficando assim um Estado que não consegue sustentar seus próprios valores. Diante do aparecimento, hoje, da família como um significante esvaziado de sentidos — ou seja, não mais como uma referência estável de significação —, surgem novos vínculos familiares como modalidades de relacionamentos construídos *em situação*. As autoras delineiam três diferentes modalidades subjetivas de “habitar a nova situação”, que nomeiam de *de-subjetivação*, *resistência* e *invenção*.

Os modos *de-subjetivantes* de viver vínculos familiares são os que implicam a sensação de não poder fazer quase nada com a situação; os sujeitos se encontram frente à impossibilidade de modificação alguma, ficando nas mãos do que acontece. O entorno familiar de-subjetivante acarreta uma dissolução das posições e lugares tradicionais de pai, mãe e filho, aparecendo a maternidade e a paternidade como lugares simbolicamente destituídos de sentido.

¹¹ “As conexões com os diversos nós que tramam a rede não são hierárquicas, não inscrevem cada termo em uma pirâmide que atribui valores e distribui uma ordem simbólica partindo de cima para baixo” (DROEVEN, LEWKOWICZ; GRINSCHPUN, 2002).

As modalidades de *resistência* para habitar a família expressam uma atitude de defesa, sendo uma forma de juntar-se dentro da família como lugar de preservação e refúgio. A família deixa de propiciar a saída para o mundo de seus integrantes, e se apresenta como o único espaço de preservação e resguardo dos riscos do mundo. A alteração da mediação feita pela família com seus integrantes baseia-se na visão do mundo como inabitável, aparecendo o universo familiar como o espaço que preserva os filhos desses riscos.

Gil e Nuñez nomeiam uma família em crise, mas uma crise da família centrada na figura do pai, ou seja, a família patriarcal seria a que está em crise. A sociedade se defronta com novas versões de pai e de mãe que estão sendo geradas, as quais fazem com que as pesquisemos para compreendê-las. “A crise pode ser o começo de atos de criação cujo destino e bondade ou desastre perdem-se no horizonte” (GIL; NUÑEZ, 2002, p.54).

Por último, o espaço familiar é visto como lugar de invenção, lugar que se desenha com a possibilidade de produção de recursos que habilitam a viver nas situações atuais. Esse espaço familiar se apresenta como produtor de subjetividades e possibilidades para os sujeitos que o habitam. Além da queda do dispositivo familiar tradicional protetor, registram-se situações protetoras e habilitadoras para um fazer novo e criativo, nas situações existentes. Defrontamo-nos com um fazer e se fazer da família a si mesma de cada vez.

Abordemos, na seqüência, conceitos de família vertidos por outras ciências, que nos permitam aprimorar o olhar sobre a família.

4.2 Conceito de família para Claude Lévi-Strauss

Para Claude Lévi-Strauss,

o que diferencia o homem do animal é que, entre os humanos, uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade – pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além dos da consangüinidade – e que o processo natural de filiação não pode seguir o seu curso senão integrado no processo social da aliança. (LÉVI-STRAUSS, 1908b, p.88).

A família é o fenômeno social por excelência: instituição profundamente humana. A família sempre foi a instituição na qual os homens aprendem a se socializar, ao mesmo tempo em que a socializam, em um movimento que se retro-alimenta. A socialização implica ordenar, estabelecer categorias, estruturar uma vida organizada dos sujeitos, na sociedade.

Para definir família, Lévi-Strauss reúne conceitos antropológicos e etnográficos a respeito de parentesco, conceitos da Lingüística de Saussure e da Psicanálise, visando a

demonstrar como a família biológica é uma abstração indeterminada, que não tem nenhuma relação com a realidade histórica. Escreve que a família “expressa a passagem do fato natural da consangüinidade para o fato cultural da afinidade”, ou seja, é a cultura que define o lugar e o papel da biologia naquilo que se chama família. “O papel primordial da cultura está em garantir a existência do grupo como grupo e, portanto, em substituir, neste domínio como em todos os outros, a organização ao acaso” (LÉVI-STRAUSS, 1908a, p.72). Em outra passagem, diz: “Todo casamento, portanto, é um encontro dramático entre a natureza e a cultura, entre a afinidade e o parentesco” (ibidem, p. 530).

O antropólogo, ao falar do sistema de parentesco, define-o como um sistema de troca de mulheres, bens e palavras pelos homens, constituindo-se, portanto, na instituição que inaugura o princípio da troca e da reciprocidade.

Claude Lévi-Strauss conceitua a família como fenômeno duplamente universal apoiado em duas grandes ordens: a biológica, que introduz a diferença sexual como condição da aliança e fato da natureza; e a simbólica, constituída pela proibição do incesto como fato da cultura construído pela sociedade.

Gil e Nuñez discutem o modelo proposto por Lévi-Strauss para ser aplicado a atual sociedade ocidental.

O postulado lévi-straussiano de que uma cultura caracteriza-se pelo intercâmbio de bens, mulheres e palavras, pode ter valor para as sociedades primitivas e para alguma outra sociedade, mas não é válida para as sociedades ocidentais da atualidade. Esse princípio antropológico vai de encontro com a preeminência da figura do homem e a do pai, isso é, da sociedade patriarcal. As atuais circunstâncias tem feito diminuir, quando não desaparecer, essa preeminência. Dai o tão falado e discutido declínio da figura paterna. (GIL; NUÑEZ, 2002, p.104).

O conceito antropológico de família, assinalado por Claude Lévi-Strauss, é citado aqui, já que a Teoria das Configurações Vinculares se baseia em sua conceituação de família junto ao propósito de criar uma técnica própria e uma teoria da técnica para o atendimento a famílias. O mesmo será retomado mais adiante, na consideração de família da Teoria das Configurações Vinculares.

4.3 A família para o Direito brasileiro

O Direito, propriamente o Direito de família, discorre sobre uma evolução da família e uma mudança nos padrões que prevalecem na sociedade. Os autores aqui citados trabalham com um olhar integrado do direito com outras ciências que descrevem a sociedade

contemporânea. Aborda-se a mudança do antigo modelo de família patriarcal, como unidade centrada no casamento indissolúvel e com vistas à procriação. Na família contemporânea, eliminam-se hierarquias; o matrimônio fundamenta-se na liberdade de escolha vinculada ao afeto que cria um patrimônio comum. O casamento fica então dissociado da legitimidade dos filhos, pelos quais os pais são co-responsáveis. Aline Delias de Sousa, na ótica do Direito, comenta que “a família nesse cenário passou a ser opção e não determinismo” (SOUSA, 2005, p.446). A família nuclear é igualmente definida como aquela composta pelas pessoas que habitam a mesma residência, geralmente os filhos dependentes e os pais.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 institui duas profundas alterações no que se refere à família: 1) a quebra da chefia conjugal masculina, tornando a sociedade conjugal compartilhada em direitos e deveres pelo homem e pela mulher; 2) o fim da diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, reiterada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) promulgado em 1990, que os define como “sujeitos de direitos”. Com o exame do DNA, que comprova a paternidade, qualquer criança nascida de uniões consensuais ou de casamentos legais pode ter garantidos seus direitos de filiação, por parte do pai e da mãe. (SARTI, 2002, p.24).

Até aqui, detive-me no olhar de outras ciências que estudam a família partindo de um ponto de vista próprio e peculiar, para ampliar o dito conceito.

Agora, o foco estará colocado para a teoria psicanalítica, que norteia a presente pesquisa. Ao falar de Psicanálise, não podemos esquecer a filiação com o criador da teoria psicanalítica: Sigmund Freud. Apesar do tema família não ter sido considerado em profundidade, em sua obra, parece-me imprescindível a referência a ela como base para o enfoque psicanalítico dos atendimentos em família, na teoria vincular.

4.4 O olhar sobre a família na obra freudiana

Procurei pesquisar, ao longo da obra de Sigmund Freud, em que textos ele faz menção ao termo *família* e como a considera. O objetivo dessa investigação foi verificar como a família foi vista pelo autor vienense, visando a apontar como a considerava e até que ponto era levada em conta, no momento de pensar os casos clínicos. Na contagem que o CD das *Obras completas* eletrônicas do autor faz do termo *família*, esta aparece em duzentas e setenta e duas indicações.

Selecionei — para citar neste trabalho — as oportunidades em que Freud fala de família, para dar a sua conceituação sobre essa instituição humana e como ele a transmite.

Não considero as vezes em que, ao ser nomeado, o termo não contribui para o esclarecimento do pensamento do autor sobre o tema.

Os primeiros textos em que Freud fala de família são aqueles em que descreve os casos clínicos das pacientes histéricas tratadas por ele, tais como o *Caso da Sra. Emmy de N., de Miss Lucy R., de Catalina e da Senhorita Isabel de R.* (1895). Nesses textos, a família é mencionada, a fim de descrever a inserção das pacientes no núcleo familiar e para descrever a incidência de cada uma das famílias das pacientes, na busca que Freud fazia da etiologia das neuroses. Não esqueçamos que, nessa época, ele ainda acreditava na teoria do trauma e procurava, no trabalho com suas pacientes, o fato da realidade que teria provocado a patologia. Entretanto, a referência à família é reiterada para descrever a inserção social das pacientes em seu meio, e a aceitação ou repulsa da patologia neurótica por parte dos familiares.

Em cada caso clínico, Freud inclui a família para a compreensão da queixa apresentada pelas pacientes, na consulta.

Podemos perceber, nesse levantamento, que seu olhar clínico apresenta a família como parte do entorno do paciente que ele investiga.

Mais adiante, no texto *A hereditariedade e a etiologia das neuroses* (1896), a família é mencionada nos estudos em que ele se pergunta sobre a etiologia das neuroses; Freud afirma que a herança é requerida, quando se procura a etiologia específica das patologias.

Na *Interpretação dos sonhos* (1900), a família é mencionada freqüentemente, quando o autor interpreta e decifra o sentido inconsciente das diferentes significações que se apresentam nos sonhos das pacientes. Nesta obra, ele começa a delinear o Complexo de Édipo.

Na *Psicopatologia da vida cotidiana* (1900-1901), Freud faz menção às famílias, ao estudar os erros da linguagem, os *lapsus linguae*, os atos falhos e os equívocos, como emergência do inconsciente, nesses exemplos.

Na *Análise fragmentária de uma histeria: caso Dora* (1901), ele examina a incidência da família no caso, na conformação da patologia e na história de sua evolução. O estudo da família de Dora é importante, tanto no tratamento individual da paciente, quanto quando analisa a etiologia do caso e o transcurso da evolução, ao longo da análise.

Nos *Três ensaios para uma teoria sexual* (1905), Freud alude à família, quando descreve os diques que se estruturam para prevenir o incesto e cumprir, assim, com a interdição edípica. Nos relacionamentos familiares, nascem os desejos sexuais infantis

incestuosos e parricidas, situação que será levada em conta, quando esses desejos sexuais e destrutivos tiverem de ser recalçados, como uma exigência civilizadora da sociedade.

Em *Delírios e sonhos na “Gradiva” de W. Jensen* (1906), ele fala de família para descrever o caso e os poucos relacionamentos do protagonista com o entorno.

Na *Análise da fobia de um menino de cinco anos: o “pequeno Hans”* (1909), Freud refere-se aos membros da família, para descrever a emergência da fobia no menino, diante do conhecimento que adquire das diferenças sexuais e as dificuldades na hora de aceitar a vinda de sua irmã. Ou seja, situa o pequeno Hans no centro do complexo de Édipo com suas complicações, assinalando assim como pode vir a ser uma situação patológica.

No texto *Observações psicanalíticas sobre um caso de paranóia: caso “Schreber”* (1910), ele retoma o termo para indagar sobre as situações de abuso na família, remetendo à instalação do trauma, a partir de fatos acontecidos no núcleo familiar.

No *Prefácio a ritual: estudos psicanalíticos de Reik* (1919), Freud escreve sobre a escolha dos temas que os poetas fazem, ao escrever poesia dramática. Afirma que tal escolha se baseia no complexo de Édipo, concebido como “atitude emocional da pessoa em relação à sua família, ou em sentido mais estrito, em relação ao pai e à mãe”. Começa a definir o complexo de Édipo, conceito que percorre toda a obra, situando tal complexo dentro do meio familiar.

Até aqui, fomos acompanhando as referências à família, ao largo das *Obras completas*. Mas é a partir dos textos a seguir, que Freud expõe o modelo de família do qual parte.

Em *Totem e tabu e outros trabalhos* (1912-3), Freud faz um estudo antropológico-psicanalítico a partir do qual estabelece o caráter fundante que o Complexo de Édipo tem, para sua teoria. Parte de um estudo do totem, nos povos indígenas, e do estabelecimento da exogamia em diferentes culturas, buscando a ordem subjacente em cada sociedade. Assim, descreve um processo de evolução:

Com a introdução das divindades paternas, uma sociedade sem pai gradualmente transformou-se numa sociedade organizada em base patriarcal. A família constitui uma restauração da antiga horda primeva e devolveu aos pais uma grande parte de seus antigos direitos. Mais uma vez apareceram pais, mas as conquistas do clã fraterno não foram abandonadas; e a distância existente entre os novos pais de uma família e o irrefreado pai primevo da horda era suficientemente grande para garantir a continuidade do anseio religioso, a persistência de uma saudade não apaziguada do pai. (FREUD, 1912-1913, p. Cap. IV).

Nas *Conferências introdutórias sobre Psicanálise* (1915-1917), na *Conferência XXI: desenvolvimento da libido e organizações sexuais*, Freud aborda o *complexo familiar*,

descrevendo-o como uma situação em que o complexo de Édipo se instala para os filhos, mas apoiado também em condutas dos pais, que desempenham parte ativa no complexo familiar, conformando-o também. Nessa perspectiva, assinala a dor dos irmãos mais velhos frente ao nascimento dos irmãos mais novos e o sentimento de ser deixado de lado, o que desperta afetos hostis para com os novos integrantes da família, que deslocam a atenção dos que antes a manejavam.

Na *Conferência XXVIII, terapia analítica* (1916-1917), Freud expõe como as resistências provenientes dos familiares dos pacientes, que ficam fora do consultório, muitas vezes inviabilizam a continuação do atendimento analítico, porque despertam nos pacientes resistências impossíveis de vencer. Dessa forma, a intervenção dos familiares do enfermo constitui um perigo contra o qual ele não tem defesa alguma.

Em *Psicologia de grupos e análise do ego* (1920-1921), Freud analisa o instinto social, não como um instinto primário, mas sim como achado no início de sua formação na família. Esse sentimento coletivo, de serem todos os homens iguais e solidários, se aprende na religião, na escola, na família etc. A família aparece aqui como a inquebrantável fortaleza, que, como formação cultural coletiva, efetiva o amor igualitário do pai para com seus filhos. Trata-se de resíduo da comunidade fraterna totêmica, depois da qual aqueles membros do clã fraterno assumiram uma chefia, mas de uma família só, instalando-se assim a exogamia totêmica.

No mesmo texto, Freud focaliza a evolução da sexualidade humana, partindo da família primitiva na qual a sexualidade era vivida coletivamente. Paulatinamente, o amor foi se dirigindo a uma pessoa só; o amor sexual restringiu-se ao amor genital com uma pessoa só. O namoro surge tardiamente, o que indica uma passagem da ligação coletiva ao amor sexual entre um homem e uma mulher, com a interdição do incesto como ordenador primeiro.

Freud — em um dos textos classificados como antropológico-psicanalíticos — *O mal-estar na civilização* (1929), questiona-se por que ao homem é tão difícil ser feliz. Assinala três fontes do sofrimento humano: a superioridade da natureza, a caducidade de nosso próprio corpo e a insuficiência de nossos métodos, para regular os relacionamentos humanos na família, no Estado e na sociedade. Indica que o terceiro motivo é de origem social, e que os homens o negam, pois não chegam a compreender por que as instituições que os mesmos homens constroem não conseguem dar conta e providenciar proteção e bem-estar à sociedade. Descreve como são os relacionamentos dos seres humanos entre si, dentro da cultura, e define-os como membros de uma família ou de um Estado.

No capítulo IV, comenta como o homem primitivo se une aos outros homens, por meio do trabalho, constituindo-se assim todos eles em colaboradores. Depois, ressalta:

Pode-se supor que a formação de famílias deveu-se ao fato de ter ocorrido um momento em que a necessidade de satisfação genital não apareceu mais como um hóspede que surge repentinamente e do qual, após a partida, não mais se ouve falar por longo tempo, mas que, pelo contrário, se alojou como um inquilino permanente. Quando isso aconteceu, o macho adquiriu um motivo para conservar a fêmea junto de si, ou, em termos mais gerais, seus objetos sexuais, a seu lado, ao passo que a fêmea, não querendo separar-se de seus rebentos indefesos, viu-se obrigada, no interesse deles, a permanecer com o macho mais forte. (FREUD, 1930, p.57).

Assim, Freud descreve a formação da família primitiva baseada na necessidade de uma permanência maior ao lado dos parceiros que iriam partilhar a satisfação sexual, de maneira que os filhos permaneceriam juntos apenas pela vontade da mãe de não se separar deles. A essa família primitiva estaria faltando a lei que a constitui como parte da cultura. Nesse texto, ele se refere a outro texto seu, *Totem e tabu* (1912-1913), no qual acompanha o caminho que conduz essa família primitiva à fase seguinte da vida em sociedade, às alianças fraternas. Na fase totêmica, os irmãos se colocaram restrições mutuamente, para o novo sistema se consolidar, sendo esses preceitos do tabu o “primeiro Direito, a primeira lei”. Conforma-se, por conseguinte, a vida dos homens ao redor do trabalho e do amor, transformando *eros* e *anaké* (amor e necessidade) nos pais da cultura humana.

O autor refere-se depois à diferença entre amor e cultura, estabelecendo um conflito entre família e comunidade social. O amor como mais vinculado à mulher, fundado na família, o que resulta difícil, às vezes, aos indivíduos se separarem, para procurar fora esse amor que foi proibido achar dentro. A cultura permaneceria reservada mais para os homens. Conclui, atribuindo à família a função de célula germinal da cultura, constituindo-se a cultura como a via ineludível que leva da família à humanidade.

Em *Moisés e o monoteísmo* (1937-39), Freud faz um análise da figura mítica de Moisés, comparando as duas famílias às quais ele pertenceu – a família pobre e a família real. Ao final, confere um sentido aos fenômenos religiosos como ordenadores da sociedade; vincula o monoteísmo aos conceitos por ele refletidos em *Totem e tabu*.

Por último, nas *Cartas a Wilhelm Fliess* (1887-1902), o termo família é usado tanto para citar as próprias famílias pessoais deles, quanto para discutir conceitos teóricos, que nesse momento o preocupavam: complexo de Édipo, herança, neuroses, etiologia etc.¹².

¹² Dediquei-me mais detidamente ao estudo dos artigos em que Freud define a família e a conceitua dentro da sociedade e da cultura.

Finalizo aqui o caminho cronológico percorrido na obra freudiana à procura do termo *família*, a fim de conhecer como Freud leva em conta a família e como a descreve. Vemos como o autor não sistematizou o conceito de família, dentro da teoria, o que não significa que deixou de pensar na família dos pacientes, ainda que não se tenha aprofundado na dinâmica familiar deles. Freud não considerou, durante os atendimentos clínicos, a família¹³. Não aparece na obra freudiana uma sistematização completa sobre a dinâmica familiar, mas sim um lugar para a família como parte fundamental da cultura e da sociedade.

Continuamos, agora, nos aproximando de psicanalistas pós-freudianos e de seus textos.

Elisabeth Roudinesco, psicanalista francesa contemporânea, faz uma leitura própria da obra freudiana, para sustentar a hipótese que dá título a seu livro *A família em desordem*. A autora realça como, para Freud, o “*logos* é de essência masculina e de que a humanidade vivenciou um progresso decisivo ao passar do matriarcado ao patriarcado, isto é, de um mundo dito ‘sensível’ a um mundo dito ‘inteligível’” (ROUDINESCO, 2003, p.45). Segundo Roudinesco, no texto *A interpretação dos sonhos*, no qual “Freud associava a história de Édipo e de Hamlet à dos deuses gregos fundadores do universo [...] delineava com gênio sua grande cena do desejo de incesto e do assassinato do pai. [...]. Entretanto, inspira à civilização ocidental um modelo de romance familiar que prevalecerá durante um século” (ibidem, p. 60). Para a autora,

em 1900, [...] decorre, para a psicanálise, uma concepção da família fundada no assassinato do pai pelo filho, na rivalidade deste em relação ao pai, no questionamento da onipotência patriarcal, e enfim na necessidade, para as moças, de se emanciparem sexualmente da opressão materna. (ROUDINESCO, 2003, p.61).

Considera que “é necessário a Freud um ‘modelo único de família única’ capaz de resumir a história das origens da humanidade, Édipo será, portanto culpado não de *ter* cometido um assassinato, mas de *ser* um sujeito culpado de desejar sua mãe. Culpado de ter um inconsciente, Édipo se torna então, na interpretação freudiana, um neurótico *fin de siècle*, culpado de seu desejo, escriturário de suas fantasias” (ibidem, p. 62).

Essa é a forma com que Freud pensa a família atravessada pelo que ele definiu como o nó da Psicanálise: o complexo de Édipo, desenhado a partir do mito da tragédia grega.

¹³ Por exemplo, nos atendimentos a Dora, Freud não convocou a mãe da paciente, assim como ocorre igualmente no caso Hans, em que só o realizava através do pai do paciente.

Roudinesco sublinha a importância dessa conceituação de família:

A invenção da família edipiana teve tal impacto sobre a vida familiar do século XIX, e sobre a apreensão das relações inerentes à família contemporânea, que é indispensável captar por que estranho caminho Freud conseguiu assim revalorizar as antigas dinastias heróicas a fim de projetá-las na psique de um sujeito culpado de seus desejos. E conclui que para a psicanálise a família será sempre uma *história* de família, uma *cena* de família, semelhante aquela dos Labdácidas, dos reis shakespearianos ou dos irmãos Karamazov. (ibidem, p.129).

Freud, no mesmo momento em que está descrevendo o complexo de Édipo, faz uma virada fundamental na teoria das neuroses, abandonando a teoria do trauma, como fundamento para o surgimento da neurose, para passar a uma teoria do psiquismo inconsciente. Aponta, por conseqüência, o conceito de inconsciente, a partir do qual se pode constituir a base de uma neurose; já não procurava uma verificação do efeito traumático da situação acontecida na realidade, porém do efeito traumático criado pelas elaborações inconscientes do psiquismo. Ao lado de ambas as idéias descritas anteriormente - a de família e a da constituição do inconsciente -, passarei a colocar outro termo freudiano relativo a família. Freud menciona que “a noção de *romance familiar* diz respeito à maneira como um sujeito neurótico modifica seus laços genealógicos ao criar para si, mediante um relato ou fantasia, uma outra família diferente da sua, em geral mais heróica ou de origem real” (FREUD,1939, p.3244).

Freud, usando essa noção, nos descreve e conceitua uma família real, do mundo exterior, e uma família interna, fruto das elaborações inconscientes do psiquismo, cuja construção se faz em função das fantasias inconscientes que vão além da família que se nos aparece no mundo real. As fantasias que levam o sujeito a modificar imaginariamente os laços com seus pais têm sua fundamentação proveniente do complexo de Édipo, assim o pensa J. Laplanche e J.B. Pontalis. Esses autores nos falam de como os sujeitos constroem para si uma família criada no psiquismo deles, que lhes permitem veicular fantasias diversas: incestuosas, de rivalidade fraterna, de desejos de grandeza etc. O psicanalista terá acesso à dita novela familiar no transcurso do tratamento analítico, que lhe permitirá desvelá-la.

Para concluir, no olhar psicanalítico, não existe sujeito desde as origens, só são possibilidades que se materializam, se encontram certas condições para que isto aconteça. O outro, com sua presença, é condição e possibilidade de subjetivação para o sujeito. A constituição do sujeito estaria amarrada ao desenvolver dessas possibilidades possíveis, que só se estabelecem entre cada sujeito e os outros, chamados de outros “privilegiados”, que o rodeiam e participam também em sua constituição.

4.5 A família no olhar da teoria das configurações vinculares

A família apresenta-se como o lugar estruturante para cada um dos sujeitos que a compõem, do ponto de vista intersubjetivo, e de estruturação para o psiquismo individual de cada um de seus membros, nesse caso, estaríamos falando de um momento de estruturação narcísica. Ao mesmo tempo, é um espaço de ruptura narcísica, na medida em que seus membros têm que outorgar um lugar para outro sujeito, pertencente a outra família, com diferentes formas de dar significação aos vínculos familiares e sociais.

Também oferece características específicas, já que nela se entrelaçam e interagem vínculos de aliança, de filiação e de consangüinidade, incluindo os laços fraternos. Esses vínculos criam uma rede fantasmática inconsciente que inclui todos os integrantes. Essa organização complexa integra níveis psíquicos individuais e plurais, articulados em função de pactos, acordos e contratos inconscientes estabelecidos entre eles.

Na constituição da família, temos o exemplo máximo de atribuição e constituição de lugares e funções, dentro do vínculo pais-filho. Os pais só se tornam pais quando seus filhos os constituem; e esses se constituem com aquele. Um nomeia o outro: eles só se constituem na mutualidade. A formação do psiquismo familiar, nesse caso, aparece como veículo para a constituição tanto do psiquismo infantil, quanto do psiquismo adulto parental. Uns se formam somente se os outros estiverem lá para se designarem e se nomearem como tais.

A família - por meio dos membros que a constituem - é o lugar por excelência onde os valores de uma dada cultura aparecem para serem produzidos e veiculados. Poderíamos designá-la como lugar de atravessamento e produção de cultura, lugar esse que, por sua vez, funciona como filtro para os valores culturais.

A fundação de uma família marca um novo momento de constituição narcísica, tanto para a família, como vínculo estável constitutivo do parentesco, quanto para o sujeito que faz parte de dita família. O sentimento de pertença a uma dada família toma parte na constituição narcísica do sujeito, assim como fortalece o sistema de pertença à mesma. A família está atravessada por dogmas, crenças e valores que dão o marco para estruturar as identificações.

Agora, poderíamos nos perguntar: como se constitui uma nova família? Primeiro, através da conformação do casal, que a partir do século XIX, começa a se construir sobre o amor recíproco dos cônjuges. Assim, dá-se uma escolha peculiar que inicia as bases desse vínculo novo, constituindo-se o *vínculo do casal* como estrutura que liga, abarca e envolve os sujeitos que a conformam. Janine Puget e Isidoro Berenstein criam o conceito de *zócalo inconsciente* (rodapé inconsciente, acabamento) como a base que se constitui ao se formar o

casal, sobre a qual irá se construir depois o vínculo. O conceito de *zócalo inconsciente* designa “a estrutura profunda reguladora do casal, o subjacente a todas as modalidades de interação ao nível do observável” (PUGET e BERENSTEIN, 1988, p.189). Toma-se esse conceito da arquitetura, sendo o rodapé que contorna o espaço onde se desenharia uma área só deles. Podemos também descrevê-lo como uma base que, de acordo com o dicionário, é “tudo quanto serve de fundamento, apoio ou sustentáculo” (FERREIRA, 2004).

Cada membro do casal traz para o casamento um sistema de crenças, dogmas e ideologias proveniente das famílias de origem de cada um. Levando-se em conta essa construção anterior, proveniente das famílias de origem, poderíamos dizer que a família se constitui antes ou conjuntamente com a conformação do casal matrimonial. Cada um dos que formam o casal já providencia modelos de conformação familiar inconsciente e traz esse modelo para assim se confrontar com o do parceiro, para fazer parte de uma nova estrutura de configuração familiar inconsciente. Esses modelos que cada sujeito traz ao vínculo poderiam ser chamados também de mapa, como se fossem referentes internos que orientam cada sujeito e que contêm a história dos vínculos anteriores. Essa é a bagagem que os sujeitos trazem ao formar qualquer tipo de vínculo e, nesse caso, o vínculo familiar.

Para constituir uma nova família, é necessário colocar em suspenso os ideais das famílias prévias, para configurar outra família. Dessa maneira, vai se constituindo uma ilusão que inclui todos os membros da família; o afeto comum é o de ter a mesma ilusão como membros desse conjunto em formação (Informação verbal)¹⁴. Isso marca novas pertencas na constituição desse novo ato psíquico que institui esse novo vínculo familiar. A ilusão é estruturante do conjunto, e a nova ilusão só pode ser concebida se a ilusão anterior se tornar inconsistente e por isso, constroem uma nova. Algumas das ilusões provenientes das famílias de origem podem ser inclusas na nova ilusão familiar, se forem aceitas pela nova família em constituição, mas outras serão abandonadas para deixar espaço à nova constituição.

Se voltássemos à metáfora dos mapas que cada sujeito aporta ao vínculo, poderíamos dizer que para constituir uma nova família teriam que ser abandonados os mapas anteriores para se constituir um mapa próprio dessa família que se origina. Na hora de rasgar o mapa para cunhar um novo, nem tudo o que fazia parte do mapa anterior muda; estaríamos traçando um esquema intermediário entre a criação de uma situação inteiramente nova e a designação de uma situação que estivesse somente determinada pelo passado. Se a pergunta fosse: como se cria uma situação vincular familiar? Poderíamos dizer que o passado não é substituído pela

¹⁴ Conceito apresentado por Rodolfo Modiguillansky, em palestra, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, em setembro de 2006.

situação nova, pois os dois estão presentes. Assim se define a configuração familiar, como uma estrutura em movimento.

As famílias são atravessadas por um sistema de crenças que são contidas no relacionamento entre seus integrantes. O sistema de crenças define como o mundo é concebido para eles, como eles são, o que é aceito e compartilhado e o que não é; está relacionado, também,,com o modo como a família enxerga o mundo.

Em toda família dois tipos de vínculos fundamentais instituem a subjetividade nos sujeitos: o vínculo matrimonial, no qual se supõe que se produzirá novidade, como algo não esperado na estrutura prévia e o vínculo entre pais e filhos, que é um vínculo que cria a estrutura por excelência.

Em resumo, “a família é uma produção humana, basicamente simbólica, e é por sua vez um fator de humanização que tem por função transmitir a bagagem simbólica que recebe” (BERENSTEIN, 1990, p.17). “Famílias são vários egos percebidos como pessoas com estruturas psíquicas diferentes incluídas em uma rede vincular” (ibidem, p. 54). Abordando agora uma definição mais atual, “o vínculo familiar resulta de um fazer “entre” os sujeitos, através do qual se tornam em sujeitos outros, sem por isso deixar de integrar essa família” (BERENSTEIN, 2007, p.22). Define-se família como uma rede de relacionamentos entre sujeitos atravessados pelo parentesco, na qual subjaz uma matriz vincular inconsciente que os abarca. Essa matriz é construída por funções, lugares e posições, em que cada um dos membros coloca-se a respeito dos outros integrantes. Enfim, o lugar por excelência em que o sujeito se constitui como outro, e com outros, é na família.

PARTE 2: TRABALHO TEÓRICO-CLÍNICO

V. AS FAMÍLIAS DO SÉCULO XXI: FAMÍLIAS MONOPARENTAIS?

“Deus, dessas! Aquilo era a família. A roda travada, um hábito viscoso: cada um precisava de conter os outros para que não fossem e vivessem.”

Buriti (GUIMARAES ROSA, 2001)

5.1 A família contemporânea

Os momentos históricos e os contextos, ao se modificarem, impõem mudanças aos seres humanos. O mundo externo, no século XXI, impõe a marca de rapidez, vertigem e liquidez: nada parece poder ser apreendido ou assegurado, pois, no momento em que as mudanças começam a serem pensadas, elas já se alteram. Assim também a realidade parece não nos permitir pensar e conceituar as alterações, que se estabelecem por si sós, como deslocamentos. Essas características fizeram com que aparecessem famílias diferentes do modelo tradicional formadas por pai, mãe e filhos.

Alguns autores descrevem as famílias do século XXI como famílias desestruturadas, comparando-as com as famílias dos séculos anteriores. Essa nomeação é uma descrição em que a família aparece desvalidada, pois, parte do pressuposto de que a família nuclear tradicional — pai, mãe, filhos — é a família estruturada. Nesse sentido, as famílias contemporâneas deveriam ser designadas como *as novas estruturas familiares*.

A comparação feita entre família desestruturada e família estruturada traz à tona a idealização da passada família nuclear conjugal baseada em um ideal de estabilidade e permanência no tempo, que oferecia conforto e uma boa criação para os filhos. Essa era a fantasia de família ideal, em comparação com a família desestruturada, que partilha um sentimento de abandono surgido na sociedade do século XXI, frente às novas formas de funcionamento social, e frente à solidão e individualismo que as grandes metrópoles submetem ao convívio de seus habitantes.

Já Christopher Lasch, historiador e crítico social, em seu livro *Refúgio num mundo sem coração*, traz uma descrição sociológica da família de finais do século XX, que preanuncia as concepções posteriores, do novo século. “As mulheres assumiram o controle na guerra dos sexos, seja porque os homens estão muito ocupados com seu trabalho, seja porque estão exaustos demais para contra-atacar.”... Assim descreve relações interpessoais familiares nas quais os homens temem os perigos das discordâncias familiares, frente às quais preferem optar por uma postura passiva. A família moderna de classe média aparece portadora do “momismo” (termo que vem da palavra em inglês *mom*: mamai), denunciando uma predominância da mãe frente à fraqueza do pai no lar. “Quanto ao ‘momismo - esta condição não se desenvolve porque o pai está sempre ausente, trabalhando, como explicariam os parsonianos, mas porque ele é fraco e aquiescente no lar” (LASCH, 1991, p.203).

Desse modo, invade as famílias uma “frieza mortal”, já que mostra a sua incapacidade para proteger seus membros contra os perigos externos. “A sobrevivência psicológica substitui a intimidade e a orientação paterna como finalidade da vida doméstica” (ibidem, p. 205). Delineia uma família com um frágil equilíbrio que tenta deixar fora tudo o que possa perturbá-la e que apresenta uma incapacidade de proteger seus membros contra os perigos externos.

Maria Rita Kehl descreve as novas formações familiares do século XXI como endividadas em relação a uma estrutura ideal. Assim, os pais, em função da dívida com a família perdida, consideram-se insuficientes e fora do modelo que “deveria ser”: “Os pais e/os educadores, em dívida para com a família nuclear conjugal do passado, não conseguem sustentar seu lugar de autoridade e responsabilidade na criação dos rebentos”, acrescenta (KEHL, 2001, p.37). A autora designa tal posição, adotada pelos adultos responsáveis pelas crianças, como um abandono de responsabilidade e de autoridade e a denomina “abandono moral”.

A família contemporânea é uma instituição democrática, horizontal, na qual o poder está descentralizado e repartido entre seus membros. Elisabeth Roudinesco diz que “esta família se assemelha a uma tribo insólita, a uma rede assexuada, fraterna, sem hierarquia nem autoridade, e na qual cada um se sente autônomo ou funcionalizado” (ROUDINESCO, 2003, p.155). E conclui ser a “cultura do narcisismo e do individualismo, uma religião do eu, uma preocupação com o instante, uma abolição fantasística do conflito e da história” (ibidem, p.160). Entretanto, essa conformação atual não acontece sem antecedentes; família, produto posterior de uma etapa antifamiliarista e anti-autoritária dos anos setenta – seria essa a família que ingressa no século XXI, para nos surpreender e fazer pensar na sua configuração?

Nas famílias contemporâneas, defrontamo-nos com um enfraquecimento da função paterna, função que parece ir perdendo sua capacidade simbólica e simbolizante no processo de transmitir cultura de geração em geração. Há uma ampliação da força, da presença e do simbolismo estabelecidos por figuras maternas que, nessa função, nem precisam incluir o outro. O outro, nessa forma nova com que as mulheres-mães olham o mundo, não acharia um lugar possível, como alteridade e estranho a elas mesmas. Ao pai, vão se outorgando mais funções maternalizantes, no momento em que as mulheres não são mais obrigadas a serem apenas mães, pois têm até o controle da procriação, por meio da possibilidade do aborto. Roudinesco descreve esse movimento como “o poder das mães”, e assim se expressa:

Quanto mais o pai era *certus* - e o era cada vez mais à medida que se legalizava a pesquisa dos traços genéticos - mais a mãe se tornava *incerta*. A ordem procriadora ficou então inteiramente reservada ao poder das mães, detentoras atualmente da responsabilidade exorbitante ora de designar o pai, ora de o excluir. Atualmente, com efeito, uma mulher pode muito bem “furtar” o sêmen de um homem no curso de um ato sexual sem que este tenha o menor direito sobre o filho assim concebido a sua revelia. Mas, inversamente, a mesma mulher pode realizar o mesmo ato para reclamar indenização financeira do homem que se recuse a um reconhecimento de paternidade conjunta. De seu lado, os homens não podem evitar tais situações a não ser utilizando um preservativo, mas a falha eventual deste nunca poderá ser reparada, uma vez que a decisão de abortar pertence exclusivamente às mulheres (ibidem, p.167-168).

As autoras argentinas Silvia Duschatzky e Cristina Corea descrevem

[...] lugares familiares que rotam, se transformam em simétricos, são intercambiáveis, temporários e aleatórios [...] O exercício da paternidade não está baseado necessariamente em um mandato ou no cumprimento de uma lei, mas sim em um terreno incerto no qual vacilam o desejo, a decisão, a indiferença e incluso a repulsa. Os modelos de paternidade e da maternidade se debilitaram, e não se sabe em que consiste ser pai ou ser mãe nestas novas condições (DUSCHATZKY; COREA, 2006, p.66-67).

Estaríamos descrevendo modos de intersubjetividade que impregnam o século XXI com seus modos peculiares, já que todas as épocas tiveram meios de subjetivação específicos concernentes a sua época. Assim, teria que ser pensada a família, tanto pela função paterna, quanto pela função materna e filial. Diversas condições sociais e econômicas, próprias deste século, deram origem a outros tipos de famílias.

Tentaremos nos aproximar das famílias atuais, não em uma justaposição com as famílias de épocas anteriores, cuja ordem se perdeu, pois não se têm perdido, mas sim mudado, se modificado. O intuito é de nos aproximar da descrição da família do século XXI, com as peculiaridades permeadas pelos contextos e tempos presentes.

Algumas das novas famílias da atualidade são as famílias recompostas, as desconstruídas, os casais homossexuais com desejos de adoção de filhos, as famílias monoparentais, as mães solteiras, as mulheres com produção independente, graças às novas técnicas de fertilização in-vitro, congelamento de esperma e clonagem.

Para esta pesquisa, a proposta é aprofundar sobre o trabalho com famílias monoparentais.

5.2 As famílias monoparentais

A expressão famílias monoparentais surgiu em 1975, com a socióloga feminista Andrée Michel, que a designou modelo de família “irregular”, julgada negativamente. Nela, as “filhas mães” foram qualificadas de “mães solteiras”. Esse movimento apareceu como parte do movimento feminista, que outorgou mais liberdade às mulheres em sua vida sexual, invertendo assim a dominação masculina e criando um novo modo de conceituação de família.

O termo família monoparental nasce, então, de uma nomeação dada pelo movimento feminista. Exigência pessoal de lugares de poder na sociedade e na família? Reivindicação de uma sexualidade separada e isolada da maternidade? Sexualidade controlada pelas mulheres apenas com a finalidade de obtenção de prazer? Reivindicação de um espaço antes só reservado aos homens?

Será isso revelador do que as famílias monoparentais trazem à consulta para ser desvendado? Um pedido feito à profissional que as atende para interditar tamanho poder das mães?

Cabe pensarmos, nos diferentes tipos de famílias monoparentais, baseando-nos na forma com que cada uma delas foi-se constituindo: viuvez do cônjuge, escolha pessoal, várias uniões dos quais se conceberam filhos. Com a finalidade de circunscrever o nosso campo de trabalho, as famílias monoparentais, aqui apontadas, constituem-se por uma figura parental única, geralmente a mãe, figura constante na constituição familiar, singular referência na transmissão dos padrões culturais a serem transmitidos - única figura de autoridade na tarefa de ocupar o lugar parental. Nessa constituição familiar, temos a mãe à qual se remetem filhos de diferentes pais biológicos. Não falamos aqui de figura paterna, mas, sim, de pai biológico como doador da genética do filho.

Cada uma dessas famílias dá-se a si mesma uma conformação especial.

Daniel Gil nos diz que

[...] na sociedade burguesa e patriarcal era o pai quem tomava conta da função de corte, esse esquema foi ficando superado nas novas organizações familiares e tanto a função de corte como a narcisizante podem ser efetuadas pelo pai ou pela mãe, ou nas variantes mais complexas das famílias monoparentais, por um dois pais só. (GIL; NUÑEZ, 2002, p.103).

Quando falamos de família monoparental, poderíamos pensá-la partindo de uma qualidade descritiva ou jurídica, mas tentaremos agora pensá-la a partir de um olhar psicanalítico, com uma significação inconsciente.

Na sociedade atual, uma mulher pode desejar, de um homem, só seu sêmen para procriar, e um homem pode querer só o ato carnal com uma mulher, para gerar. Mas, nas famílias consideradas neste estudo, a aproximação sexual é procurada para depois acarretar a decisão de se transformar em maternidade. Nas famílias monoparentais, a sexualidade¹⁵ está marcada por um movimento inconsciente, partindo do lugar materno, de não reconhecimento e aceitação inconsciente de *dois* sujeitos como diferentes para formar e procriar *um* filho. Talvez isto estaria desenhando uma forma peculiar de amor possível, em espaço no qual não tem encontro de *dois*. Desse modo, defrontamo-nos com uma conformação familiar mais centrada em uma predominância do *um*, ou com uma predominância do espaço intrapsíquico do lugar materno. O roubo do sêmen pela mãe é uma fantasia inconsciente infantil de identificação de uma mãe em contato com o pênis do pai. Ou seja, que no nível inconsciente se parte de uma figura de *dois*, ainda quando estamos descrevendo figuras que respondem a objetos parciais. Inclusive quando estamos falando de famílias com uma figura parental única.

Pensando a partir das leis de intercâmbio, descritas por Claude Lévi-Strauss, talvez estejamos nos defrontando com as conseqüências de uma anomalia no princípio geral de intercâmbio, já que, nessas famílias, o produto intercambiado - a mulher- se transforma na pessoa que intercambia homens, pois fazem parte desses conjuntos familiares vários homens, vários pais. Mais isto é só um hipótese para deixar em aberto.

Para Elisabeth Roudinesco, o *poder das mães* tem seus limites também, pois as mulheres em famílias monoparentais “sofrem inicialmente as conseqüências das rupturas por elas provocadas hoje, com mais freqüência que os homens. O poder das mães tem dois gumes. Os casamentos estão em constante declínio [...] As famílias monoparentais representam 16% dos lares com filhos” (ROUDINESCO, 2003, p.197).

¹⁵ Conceito de sexualidade entendida aqui como um ato de constituição subjetiva, em que dois sujeitos se relacionam entre si através de um ato que os inclui como outros respectivamente. Estaríamos falando de dois sujeitos em vínculo, no qual a alteridade de cada um está incluída.

As mães, às quais Roudinesco faz menção, são mulheres de classe média-alta, que fazem parte do contexto social e cultural da França, e que recorrem ao banco de esperma para suprir seu desejo de ter um filho. Essas mulheres deveriam ser diferenciadas daquelas – também descritas pela autora francesa – que, em um ato sexual, desejam furtar o sêmen de um homem e que parecem ir à busca do sêmen na procura de obter um filho, tomando a maternidade como “mercadoria”.

Nas famílias monoparentais brasileiras de classe média-baixa, apresentadas nesta pesquisa, as mulheres vão à procura de um ato sexual, no relacionamento com um homem. Alguns desses vínculos têm certa permanência no tempo e outros são relacionamentos esporádicos. Como consequência do ato sexual, essas mulheres ficam grávidas, mas a procura e a aproximação a esses homens configura uma busca sexual, que acaba virando gravidez e transforma essas mulheres em mães e esses homens em pais. A busca remete ao desejo sexual, à procura de um parceiro sexual, e a parentalidade surge depois, como acaso. Nesse momento, essas mulheres-mães decidem assumir o encargo do filho na hora em que esses homens - pais se desentendem de seu lugar parental, conformando-se, assim, a família monoparental por decisão materna.

Os homens-genitores não reivindicam para si o lugar de pai, não se encarregando dos filhos que geraram, deixando sua progênie só nas mãos das mães. Talvez, eles se sintam tão frágeis que não poderiam se encarregar de sua herança. Mas, por outro lado, sentem a força da presença materna, que não pareceria habilitar um lugar de alteridade, de *ajenidad* para os outros. Desse modo, apresenta-se uma família composta apenas por vínculo de mãe e filhos. O contexto social aparece propiciando esse lugar no qual o pai biológico fica colocado. O entorno social pareceria deixar os homens-pais-*genitores* sem a possibilidade de se colocar como os provedores do lar, sem conseguir alcançar o que seria um lugar de participação e engajamento familiar.

A diferença fundamental é que, no exemplo das mulheres francesas, a busca é de um filho, elas procuram a maternidade sem incluir um relacionamento em que se precisem *dois* sujeitos parceiros e, no caso das mulheres brasileiras tidas em conta nesta pesquisa, a procura é de um relacionamento sexual, que acaba virando gravidez, momento no qual essas mulheres decidem privilegiar o vínculo com o filho, independentemente da figura do pai, e formam a família monoparental.

No presente trabalho, as famílias monoparentais, apresentadas como casos clínicos, são famílias que portam uma queixa, o que as leva a fazer a consulta familiar. Trata-se de famílias que apresentam angústia e questões a serem resolvidas em análise. Não se pretende,

obviamente, afirmar que as famílias monoparentais sempre se deparam com angústia e precisam de atendimento. Já os casos tidos em conta neste trabalho sim, pois apresentam angústia e são famílias monoparentais em atendimento psicoterapêutico. Teríamos que diferenciá-las das famílias monoparentais bem sucedidas em geral, já que, como foi definido anteriormente, trata-se das novas formas de configuração familiar do século XXI, sendo nomeadas como *as famílias monoparentais*.

5.3 Uma vinheta clínica

Família conformada por Angélica (mãe, quarenta e sete anos, mulher negra, com aparência de mais velha), Jéssica (dezessete anos, bonita, bem arrumada, de cútis mais clara que a mãe) e Johnson (catorze anos, muito alto, moreno, de aparência de mais idade por causa de seu corpo grande).

Johnson: - Eu tento conversar com ela (dirigindo-se à mãe), mas ela não me entende.

Angélica: - Eu me orgulho de ser pai e mãe ao mesmo tempo, mas Johnson mostra todo o contrário. Outro dia roubou uma bicicleta do condomínio, tem quatorze anos, ligaram para a polícia e quando ele voltou para casa dava medo de a gente abrir a porta, do jeito que ele veio. Que karma! Eu falei com os policiais, vocês podem tomar a atitude que vocês quiserem, tem que dar um susto nele. Ele roubou uma bicicleta e eu fico chateada por causa disso. Eu já falei para ele: somos a única família de cor no prédio, quando qualquer coisa faltar vão depositar toda a culpa nele. Somos da cor que todos avisam, têm que ter cuidado por causa da cor, eu já cansei de falar para ele. As crianças pequenas do bairro gostam dele, mas ele é tão descontrolado!...

Johnson: - Eu já não descontrolo mais, não, não.

Jennifer: - Minha mãe já tentou de tudo para ele, mas ele sempre apronta; por tudo ele quer bater, bater tem troco, ele é terrível, eu cansei, eu não falo com ele direito, se ele quer, pode ir embora, temos um inferno dentro de casa por sua causa.

(A fala de Jennifer traz um tom muito desvalorizante a respeito de Johnson, muito agressivo e violento também).

Angélica: - Fala, Johnson.

Johnson: - Eu sou fechado não, algumas coisas que elas fazem... ela fala de meu passado como se fosse hoje. Quando eu era menor, ela me batia, ela sempre estava certa e eu sempre era o único errado. Agora, não vai falar que não!

(Johnson começa a chorar muito, a angústia está apertada em seu peito. Vejo-o sacudir-se, soluçando como criança. Parece uma criança desesperada dentro de um corpo de adulto que treme da angústia.).

Angélica: - Desculpa.

Angélica tenta definir seu lugar de mãe monoparental, desmentindo o lugar do pai; ela se define como “mãe e pai ao mesmo tempo”, mas não percebe que isso é um equívoco, pois é impossível ser dois quando ela é uma. Tanto o lugar de pai, quanto o lugar de mãe serão ocupados por diferentes sujeitos que transitem pelos lugares do casal parental. Angélica tenta reduzir o lugar paterno a zero, como se isso fosse possível. Ela pretende fazer desaparecer o lugar paterno da conformação da família. Talvez o que ela pode fazer é jogar fora a figura do pai, o pai como pessoa; mas ela nunca vai conseguir fazer desaparecer o lugar paterno. O lugar paterno não se desfaz, pois está assinalado pela língua, ele é parte da linguagem, não pode ser anulado da família, já que faz parte da cultura. O lugar paterno carrega uma marca que provém do social.

Uma questão que insiste é por que é que genericamente escutamos mulheres descrevendo seu lugar parental como “mãe e pai ao mesmo tempo”? Por que se diz dessa forma? Ao se tratar de uma parentalidade monoparental, porque não se descreve “sou mãe”, sem ter a necessidade de fazer menção do pai? Qual será a necessidade da mãe que, no nível do discurso, tem que mencionar que ela em lugar de ser *um é dois*? Pergunta que fica em aberto, já que reforça a hipótese da necessidade de *dois* para constituir a parentalidade. Esse lugar de *dois* que fica anulado no intrasubjetivo materno e pareceria tentar que seja também anulado no discurso familiar monoparental.

Voltamos ao caso clínico.

Johnson rouba; mas que é o que esse filho está procurando? O que sente que não lhe foi dado? Poderíamos pensar que Johnson rouba um pai que não lhe deram, e que procura achá-lo nas bordas, nas margens do bairro por onde transita, pois foi despojado do pai? A mãe não entende qual é a procura que Johnson faz, pois ela é a pessoa que tenta despojá-lo do lugar paterno, como se não existisse. Johnson rouba, já que sente que ele também foi roubado. Foi roubado do direito de ter um pai. Angélica se “orgulha de ser mãe e pai”, mas Johnson a desmente “mostra todo o contrário”. Talvez, desse modo Johnson consiga denunciar aquilo que a mãe busca desmentir: que existe um lugar paterno.

Junto à figura do roubo aparece um grande preconceito social, defrontamo-nos com as marcas do espaço transubjetivo, espaço do registro psíquico do social, que aqui mostra os

traços que discriminam o outro por ter uma cor diferente, preconceito que marca o genético como destino. O preconceito faz parte do pensamento, mas nesse caso aparece dito abertamente. Angélica parece se esquecer de sua condição de pessoa com pele de cor negra, homologa às pessoas do bairro para não reconhecer sua exclusão. Incorpora-se ela mesma ao bairro como forma de pertença, incluindo-se e desconhecendo-se ao mesmo tempo. Aparece a fantasia de que “os negros roubam” e ela é a primeira a defender essa idéia, por isso acusa a Johnson. Angélica se identifica com os perseguidores, se fazendo parte dos “moradores do prédio que acham que as pessoas de cor roubam”. Esse roubo pertence ao espaço transubjetivo.

No espaço intersubjetivo, qual é o roubo que circula nessa família? Parece que os filhos são concebidos partindo de um roubo, o roubo da mãe do espermatozóide do pai. A violência atravessa a família, pois a mãe rouba o espermatozóide do pai, reduzindo-o a ser um objeto inútil. Jennifer, por sua vez, se alia com a mãe, constituindo-se um bloco feminino que parece tentar impedir a emergência do masculino na família. Por sua vez, a marca do espermatozóide roubado do pai se faz presente no corpo do filho homem que está crescendo, fato impossível de ser silenciado. A intensa angústia que Johnson mostra também é um sinal que não pode ser apagado. Será essa uma variável no espaço intersubjetivo, nos vínculos, que aparece em todas as famílias monoparentais que consultam?

5.4 Famílias monoparentais brasileiras para as diferentes ciências

Faço referência, agora, a autores de outras ciências, que têm trabalhado sobre o tema famílias monoparentais, partindo de outros saberes que podem contribuir com sua ótica peculiar. Não é o propósito desta pesquisa formular conclusões a partir dos dados de outras ciências, mas ter em conta esses dados, já que fazem parte do contexto social, cultural e demográfico da sociedade brasileira, em que as famílias pesquisadas se inserem. Este trabalho utiliza a teoria psicanalítica como método de pesquisa sobre os casos clínicos aqui apresentados, mas considera o contexto social e cultural em que essas famílias se constituem, como variável a ter em conta.

O diálogo com outras ciências se baseia na obtenção de informação que fundamente o contexto social brasileiro típico em que as famílias pesquisadas convivem. Falamos, aqui, de famílias brasileiras de classe média- baixa, com alguma ascendência negra.

Partindo de um olhar psicanalítico, ao partilhar a idéia de que o social também estrutura psiquismo, constituindo uma rede de sustentação na qual se desenvolve o espaço transubjetivo, parece-nos fundamental pesquisar sobre o contexto social que dá sustentação às subjetividades dos sujeitos, especificamente nesse caso, nas famílias monoparentais.

Os variados índices acrescentados tanto pela estatística como pela história, pelo direito e as ciências sociais permitem delimitar as características dessas famílias e situá-las dentro da estrutura social brasileira. Também se estabelecem comparações com estudos sobre famílias com caracterizações similares em outros países, que permitem ver como alguns dados se repetem em famílias monoparentais de classe média-baixa com ascendência negra.

5.5 Para a Estatística

Goldani, baseando-se nos estudos estatísticos de 1994, no artigo *As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas* (GOLDANI, 1994, p.7-92), mostra as mudanças que vêm sendo registradas nas famílias brasileiras. Há uma perda do percentual de famílias compostas pelo casal e filhos e um aumento das compostas por apenas um dos membros adultos e filhos. Essa presença de famílias compostas por um dos membros adultos e filhos, em maior proporção mães e filhos, vem levando demógrafos e sociólogos a criarem termos para nomearem esse tipo de organização social. Chamam a atenção sobre o fato que muitos desses nomes acabam tendo como referência o mesmo modelo ideal de família burguesa; apontam que esse modelo de família impregna o social, constituindo-se a forma dominante de pensamento. Nomeiam-nas como famílias quebradas, reconstituídas, ou monoparentais.

Por outro lado, partindo da história social e a estatística, aparecem dados que refutam a idéia de se tratar de novas composições de família, já que “estudos demográficos, no Brasil colonial, nos mostram que as famílias chefiadas por mulheres não representam, necessariamente, uma invenção da história brasileira contemporânea” (DEL PRIORE, 1994, p.69-75).

Tomo em conta as conclusões da obra *Famílias chefiadas por mulheres, pesquisa de condições de vida na região metropolitana de São Paulo*, elaborada pelo SEADE, em 1994. Segundo consta, “as famílias chefiadas por mulheres negras ou pardas são o conjunto populacional da região metropolitana de São Paulo que apresenta condições de vida mais adversas” (SEADE, 1994, p.81). Aparecem em posição desvantajosa em comparação com as famílias monoparentais chefiadas por brancos (mulheres ou homens). Os itens que permitiram

tirar essas conclusões são: a moradia, o nível de instrução, a renda familiar per capita e o trabalho. Também se conclui que as famílias chefiadas por mulheres tendem a estar em situação sócio-econômica mais adversa que as chefiadas por homens.

No que respeita às crianças inseridas em famílias monoparentais chefiadas por mulheres, elas têm uma alta incidência de reprovação e atraso escolar. Sobre tal aspecto, os autores concluem:

Estes elementos parecem indicar que a desestruturação do núcleo familiar, devido à ausência do cônjuge do sexo masculino, têm acentuada influência sobre as crianças e adolescentes das famílias chefiadas por mulheres. É possível afirmar, portanto, que as condições de vida mais desfavoráveis das famílias chefiadas por mulheres negras ou pardas têm uma dupla determinação. De um lado, é uma situação associada à maior dificuldade de mobilidade social ascendente verificada para os indivíduos e famílias de cor negra. De outro, decorre da inserção social mais desfavorável, que caracteriza parcela ainda expressiva das mulheres e famílias por elas chefiadas. Somam-se, desta forma, duas fontes de discriminação social que, embora muitas vezes atuando de forma velada, definem uma situação sócio-econômica bastante adversa para as famílias chefiadas por mulheres negras. (SEADE, 1994, p.83).

Na procura por compreender o comportamento sócio-demográfico dos indivíduos dentro do Estado de São Paulo, a Fundação Seade (Pesquisa de condições de vida PCV, 1998) comprovou que 59% das mulheres são chefes de família e vivem com filhos, quando apenas 3% dos homens experimentam a mesma situação. Por outro lado, 26% das mulheres vivem sós, enquanto 5% dos homens vivem sós. No que se refere a renda, as diferenças entre homens e mulheres confirmam as desvantagens femininas: as mulheres chefiam a maior parte das famílias pobres e a menor parcela das famílias ricas. Maria L. Q. de Moraes nos diz que “a maior fragilidade dos lares chefiados por mulheres tem a ver exatamente com as dificuldades em se conciliar tarefas domésticas e especialmente cuidados maternos com uma vida profissional em tempo integral [...] Mães sós constituem quase que 25% das situações familiares em São Paulo, no final do milênio” (MORAES, 2001, p.23).

No jornal O Estado de S. Paulo, de 29 de setembro de 2007, nos defrontamos com dados estatísticos mais atuais, providenciados pelo IBGE, do ano 2006. Um novo índice é pesquisado. Sobre a pessoa de referência do lar,

[...] os entrevistadores do IBGE ouviram o nome de uma mulher em 29,9% dos casos, quase oito pontos percentuais a mais do que em 1996. A maioria delas, quase 80%, é formada por mulheres que administram a família sozinhas. A novidade é que, entre as mulheres que têm companheiro, 20,7% são consideradas chefes da família. Esse número era de apenas 9,1% em 1996 [...] Na avaliação feita pelos técnicos do IBGE, estão mudando os critérios para que as famílias escolham o responsável pelo lar. A renda, antes critério indiscutível, tem dado lugar a outros

fatores, como o nível de escolaridade feminina maior e a posse do imóvel pela mulher, num sinal do crescimento do poder feminino na sociedade (RODRÍGUES, 2007, p. A35b).

Outros dados do mesmo jornal indicam que “das famílias com filhos que contam apenas com um dos pais, 89.2% ficam sob responsabilidade da mãe. Cerca de 42% dessas mulheres têm todos os filhos com menos de 16 anos” (ibidem, p.A35a). Esses dados confirmam que se trata de mulheres jovens que constituem as famílias monoparentais.

5.6 Para o Direito

A Constituição Brasileira de 1988 descreve um novo Direito de Família, no qual a dignidade da pessoa passa a aparecer como um bem fundamental. Tal modificação implica uma mudança importante dentro das leis do Estado brasileiro, já que compõe uma verdadeira ruptura com o modelo de família presente até então. Passa-se de um modelo regressivo a um modelo progressivo. Abre-se, desse modo, o direito à diversidade de costumes, uma vez que combina tanto o público quanto o privado. Os legisladores baseiam-se em princípios constitucionais democráticos e valores universais. Andrei Koerner diz que “o sentido da nova ordem constitucional é promocional, mas não se adota mais um modelo único de família e as relações no seu interior não são mais as mesmas” (KOERNER, 2002, p.41).

Aline Delia de Souza (2005) assinala como, no Direito Brasileiro, a família monoparental tem uma designação e um espaço nessa Constituição Federal de 1988, no artigo 226, §4º: “Entende-se como entidade familiar, a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes” (BRASIL, 2003).

Esses dados nos permitem constatar que as famílias monoparentais não compõem uma forma de constituição familiar tão atual e contemporânea como achávamos que era, já que o direito escreve suas leis muito depois que esses costumes sociais estão em prática na sociedade.

5.7 Para a História

Na coleção da *História da vida privada no Brasil*, vai se delineando um perfil de conformação da família brasileira. Tomo só os dados dos últimos tomos, pois se aproximam a descrição da família monoparental brasileira atual, que esta pesquisa estuda, e ao momento

histórico presente. Isso não exclui todos os outros dados históricos, porém considero que excedem as possibilidades de abrangência do presente trabalho.

No começo do século XIX, ressalta o lugar da mulher na sociedade, que começa a ter um papel de liderança; apesar de se remeter ao lar, era considerada “a rainha do lar”, sustentada pelo tripé mãe - esposa - dona de casa. Maria Cristina Cortez Wissenbach nos fala que

[...] o papel de liderança das mulheres delineava-se, sobretudo junto às coletividades afro-brasileiras, organizadas como grandes parentelas e estruturadas em torno de cultos, danças e cânticos e dos primeiros agrupamentos carnavalescos. [...] Destaques de gênero e de papéis informais que decorriam das tradições de matrilinearidade africana, mas que haviam sido lentamente consolidados nas lides diárias e nas experiências de vida das forras na sociedade do Brasil colonial e imperial, constituindo, no momento da reorganização pós-abolicionista, esteio de manutenção de tradições culturais, valores e solidariedade dos setores de negros e mulatos. (WISSENBACH CORTEZ, 1998, p.123-124).

Também apontava que, nos registros da época, se descreviam as famílias, e entorno delas, ou fora delas, os “valentões”, os “capoeiras”.

Parece ir-se demarcando uma família centrada no papel da mãe, com os pais ocupando um lugar distante, por momentos fora da família e impondo-se de modo violento, quando interferirem em questões familiares. Assim, Alba Zaluar descreve “no caso dos bairros populares [...] o efeito da segregação dos papéis conjugais, do pai autoritário e distante, da centralidade do papel da mãe na família, da dominação masculina violenta e do controle intermitente e violento sobre as crianças” (ZALUAR, 1998, p.267).

No final do século XX, aparece, por um lado, um processo de feminização e infantilização da pobreza, de acordo com as pesquisas de 1989. Assim como também as famílias chefiadas por mulheres, “cerca de 40% do total destas se encontravam abaixo da linha de pobreza. O aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres e com crianças menores de dez anos nos percentuais de renda mais baixa no país é fato apontado por numerosos estudos”. Nesse tipo de famílias, “a mãe aparece como o único elo entre os irmãos criados juntos. Entre os pobres, esse processo se dá sem a ajuda financeira e, na maior parte das vezes, sem a presença afetiva e moral do pai” (ibidem, p. 273).

Elza Berquó, em seu texto *Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica* (na mesma coleção), descreve as maiores transformações na família brasileira no aumento do número de separações e das uniões não legalizadas, assim como nas alterações do lugar da mulher e seus relacionamentos com os membros da família. “Estaria havendo uma tendência à passagem de uma família hierárquica para uma família mais igualitária, tendência

inicialmente mais visível nas camadas médias urbanas e, com o tempo, passando a permear também as camadas populares” (BERQUÒ, 1998, p.415). Essas características de mudança que a autora assinala para a família brasileira foram encontradas também em outros países; porém, poderia concluir que se trata “das mudanças da família contemporânea”, sem diferenciação de país ou continente.

Ao referir-se à família monoparental, fala do crescimento acentuado, praticamente dobrado entre 1970, 1980 e 1990. Elza Berquó faz um estudo aprofundado sobre a família monoparental, e revela que são as famílias com maior frequência de coabitação de outros parentes, coexistindo no mesmo domicílio. Por outro lado, a chefia feminina é a grande maioria nessas famílias. Outro indicador a ter em conta é o fato de se tratar de mulheres mais jovens, com menos de quarenta anos, indicador que subiu de 25% a 42%.

Também são assinaladas como famílias pobres, não se devendo “exclusivamente à ausência de um marido ou companheiro, mas também ao fato de as mulheres-chefes fazerem parte das camadas populares” (ibidem, p.433). Mas isso, mais recentemente, parece começar a atingir as camadas médias urbanas também. Como diz Oliveira, “há uma complexa articulação de processos que se encontra à raiz do aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres. Processos que convivem com diferenças sociais significativas entre segmentos da sociedade brasileira, mas que apontam para mudanças importantes na condição feminina em nosso meio” (OLIVEIRA, 1992, p.22).

5.8 O “matriarcado negro” nos Estados Unidos: controvérsias em torno ao relatório Moynihans

Na segunda metade do século XX, nos Estados Unidos, os acadêmicos das ciências sociais, que estudavam os efeitos debilitantes da escravidão negra norte-americana e o conceito de patologia social originada nos lares desfeitos; desenvolvem uma grande controvérsia em torno às famílias do “matriarcado negro”. Essas discussões foram compiladas por Christopher Lasch (1991) e poderiam nos permitir compará-las com os dados encontrados no Brasil. O tema das famílias monoparentais não é muito explorado, porém o texto de Christopher Lasch poderia adicionar dados de pesquisas feitas no exterior à presente pesquisa. Apesar de se tratar de um país distante e muito diferente, as características das famílias pesquisadas coincidem em inúmeras variáveis encontradas junto às famílias monoparentais brasileiras pesquisadas aqui.

A grande discussão se deu entre setores que achavam que as famílias matriarcais negras dos guetos urbanos se desintegravam e deterioravam, e seus filhos sofriam sérias dificuldades para se inserir na sociedade por causa do ambiente hostil e do meio social perigoso em que eram criados. Os que tinham idéias opostas, representados pelo Estado, que se pronunciaram no Relatório Moynihan, achavam que os problemas sociais dessas famílias não tinham relação com o racismo ou a pobreza e sim com o fato de se tratar de famílias “matriarcais”, consideradas famílias desfeitas e frágeis.

O relatório Moynihan descrevia uma “deterioração e desintegração” das famílias negras e assinalava a pobreza como a causadora da vida familiar matriarcal. A família matriarcal era considerada produtora de “instabilidade e patologias”. “As crianças negras sem pais debatem-se em dificuldades - e fracassam.” Correlações estatísticas pareciam associar a delinquência juvenil, o crime, o fracasso acadêmico e a ‘incapacidade de adiar a gratificação’ a lares sem pais ou ‘desorganizados’ de alguma outra forma (LASCH, 1991, p.205). Esses autores entendiam que era a família que, partindo de sua debilidade, criava essas condições de desenvolvimento para seus membros.

Os críticos a essa postura centravam na pobreza a falta de progresso social do negro na vida do gueto. Centram a pobreza “na incapacidade do pai de sustentar o grupo doméstico”. Porém, descrevem um pai que é incapaz de achar trabalho fixo, deixa a família para não investir emocionalmente em relações em que acha que fracassará.

Um segundo tipo de crítica defende o grupo familiar matrifocal como uma “adaptação sadia” às condições do gueto. Outras opiniões manifestam que frente aos conflitos maritais ocasionados pela pobreza, há mulheres que preferem estar sozinhas, sem companheiro.

Outros críticos, como Ray Birdwhistell, falam desses tipos de famílias (chefiados por mulheres, com uniões ilegítimas e divórcios) como fazendo parte da cultura do gueto e só aparecendo como disfuncionais, no olhar dos valores ocidentais, da classe média branca.

Uma variável para essa argumentação anterior é que “os próprios negros consideram o grupo doméstico centrado no homem a forma mais desejável de família”. “As mães negras condenam os maridos por sua incapacidade de prover a subsistência. Elas chegam até a atribuir esse fracasso à preguiça, ao invés de à carência de empregos disponíveis” (ibidem, p. 210). “Evidências demonstram claramente que os próprios negros preferem uma família em que o pai ganhe dinheiro e a mãe cuide das crianças.”

Christopher Lasch conclui que as condições sociais infligidas à família de classe média americana ocasionam situações homologáveis às das famílias matriarcais dos guetos negros.

O “momismo” da classe média, uma versão em surdina do “matriarcado” negro, pode ser entendido como um produto da deterioração generalizada do meio social. Em um mundo perigoso, contra o qual a família já não pode proteger seus membros [...] as crianças têm cada vez maiores dificuldades para estabelecer laços seguros e amorosos com seus pais. Na ausência de tais laços, as primeiras impressões da mãe permanecem como a base da estrutura da personalidade”. (ibidem, p.213).

5.9 Concluindo

No caso clínico de Angélica, Johnson e Jéssica, vemos que muitas das caracterizações apontadas até aqui estão presentes neles. Eles também pertencem socialmente à classe média-baixa, tendo a mãe como único adulto que sustenta e sustentou sempre a família - sendo negra -, cujo relacionamento com o parceiro foi de curto tempo. Em torno de cada um deles se estrutura um núcleo no qual um dos filhos tem importantes dificuldades para se socializar. Como exemplo marcante, Johnson fica fora da escola e permanece na rua.¹⁶

Diante dos dados apresentados por outras ciências sobre as famílias monoparentais, constatamos como aparecem coincidências nas indicações explicitadas, que persistem ainda se tratando de outras culturas e outras latitudes.

Todos os dados recolhidos pelo direito, a demografia, a sociologia, a história etc. recolhem dados coincidentes ao categorizar esse tipo de família. Situa a família monoparental em um lugar desvantajoso em relação à família tradicional. A situação desse tipo de família poderia ser descrita como de desamparo social, seja por se tratar de um lar com uma figura parental só - o que diminuiria a renda familiar, não tendo outra fonte de recursos -, seja porque deixa mãe e filhos em situação de abandono frente à falta do pai, seja por se tratar de mães jovens com pouco preparo, seja por se tratar de mães negras. Esses são todos dados coincidentes, são índices que colocam as famílias monoparentais, geralmente, em uma faixa da população mais desfavorecida, constituindo, por sua vez, as famílias de baixa renda.

O fato de se tratar de mães negras aparece marcado fortemente nos textos das diversas ciências que falam sobre as famílias monoparentais. Refletindo sobre esse tópico, nesta pesquisa em que a amostra de famílias pertence à consulta dos funcionários do hospital, percebemos que, das quatro famílias que fazem parte da amostra, três das quatro mães são negras. Esse seria um dado a ter em conta, já que falamos de uma amostra da sociedade brasileira conformada por uma junção de cidadãos brancos portugueses, indígenas, negros africanos e mestiços.

¹⁶Continua a apresentação do trabalho psicanalítico com essa família no capítulo IX - O lugar do pai.

Essas características comprovam que o contexto social apresenta-se como um lugar comum, pano de fundo, no qual se inserem, se sustentam e se desenvolvem esses grupos familiares. Aparece o contexto sociocultural, desenhando um espaço que consegue sustentar muito pouco, assim como dar pouco apoio como marco às famílias monoparentais atuais. O desenvolvimento da subjetividade dos membros dessas famílias estaria atravessado por situações de perda e desamparo descritas anteriormente. Nesse cenário social de fundo, teremos que conceituar a conformação vincular do inconsciente familiar.

5.10 Resumindo: família e família monoparental

A família tem sofrido grandes transformações, isso faz com que a palavra família adquira diferentes significações, que precisam ser acompanhadas. Se tentarmos definir a família atual, partindo de um modelo ideal anterior e preconcebido, não podemos vislumbrar as novas formações como novos sistemas de redes sociais e novos arranjos familiares. Os integrantes desses novos grupos de convivência respondem a necessidades que eles acham compreendidas e abarcadas na rede de relacionamentos que chamam de família.

Os autores observam que os novos grupos familiares, as novas redes de parentesco, mostram que, ao lado das permanências ocorrem mudanças, e a ênfase é colocada na necessidade de não tomar a família pela norma, mas sim como expressão da própria sociedade. Assim, Da Matta, falando do permanente apelo que os autores fazem à família patriarcal, “aponta como uma das oposições da sociedade brasileira: os incluídos na casa, no nome, na família e os excluídos na rua”. (DA MATTA, 1997, p.77).

Outros autores chamam a família monoparental de família com uma estrutura de pais únicos, constituindo-se uma variação da estrutura nuclear tradicional, devido a fenômenos sociais como divórcio, óbito, abandono de lar, ilegitimidade ou adoção de crianças por uma pessoa só.

Talvez teríamos que lançar um olhar sobre a família, pensando-a como *as famílias*. Essa conceituação, pelo plural, inclui a diversidade e pluralidade de arranjos familiares que as pessoas fazem no mundo contemporâneo.

Concluo com a idéia de que cada família monoparental é única e depende da possibilidade, como conjunto, de funcionar como *um* dos tipos de famílias da atualidade, no qual possam se respeitar as diferenças. Porém, passaremos a chamá-las *as famílias monoparentais*, em plural, cada uma com seu perfil peculiar.

Voltemos agora ao princípio do capítulo, ao texto de Guimarães Rosa, em Buriti. Será que as famílias monoparentais têm algo que se assemelha a “roda travada”? Trata-se de um elemento que assinala como nesses vínculos os processos não fluem, e os indivíduos parecem não poder evoluir e crescer dentro da família. O texto descreve um ritmo lento, com certa dificuldade para que cada um dos integrantes dessa família “fossem e vivessem”, ou seja, consigam se enriquecer, evoluir e avançar. O autor nos descreve sujeitos que se freiam entre si e no relacionamento que eles criam sem a possibilidade de progredir. Pareceria que o fato de estar contidos os impede de ter um compromisso mais vital e saudável entre eles, para conseguir viver e conviver. Ou estaremos nos referindo, aqui, às famílias monoparentais com queixa que se apresentam no consulta clínica?

“Eu hoje só tremo menos que na infância porque o sentimento de culpa exclusivo da criança foi em parte substituído pela compreensão do nosso comum desamparo”. *Cartas ao pai* (KAFKA, 2006, p.21)

VI. AS FAMÍLIAS MONOPARENTAIS NO OLHAR PSICANALÍTICO

As famílias monoparentais estudadas nesta dissertação são formadas por mães e filhos, de diferentes pais biológicos, doadores da genética dos filhos. Nos casos pesquisados, o pai biológico não está presente na vida dos filhos. O fato de eles terem nascido parece ter sido só uma decisão materna. O pai somente traz a genética: não partilha o nascimento, nem acompanha a criação dele. Entretanto, a nomeação de doador de espermatozóides, como pai biológico, mereceria ser questionada. Por que, então, temos que seguir na busca do pai? Isso não responderia mais a uma procura do pesquisador e não a um observável, nos casos apresentados?

Pesquisando teoricamente para dar conta das famílias monoparentais, pensamos na teoria da falta, ou seja, se o pai biológico não está, é porque falta. Valeria a pena levantar uma questão sobre o pai biológico. A biologia consiste em um aporte genético, é sabido, porém, seria ele pai? Lembramos da separação que se fazia na Idade Média entre *genitor* e *pater*, sendo *pater* aquele que reconhecia o filho como próprio e o proclamava de sua propriedade e *genitor* aquele que aportava o sêmen para engravidar a mãe. Isso foi se transformando, já que o fazer do *genitor* hoje pode ser feito por um laboratório, em um tubo de ensaio. Nesse caso, de que figura tratamos quando falamos de pai biológico? Talvez de um traço que não pode ser deixado de fora, já que para fazer um filho precisa-se de *dois*, e o *um* que aparece na fantasia materna, nesses casos, sempre vai ser desmentido por força da colocação da biologia, ou do lugar do genitor necessário para a procriação.

Caberia perguntarmos o que teria causado esse ordenamento familiar; se é causa de uma decisão materna, para ter uma produção independente; se é causa de adoção; se é causa de viuvez; se o pai decide não participar da criação do filho, desligando-se também da mulher com a qual o concebeu; ou se é deixado fora pela mãe, ou pelo meio social que não lhe outorga as possibilidades de se colocar na cadeia produtiva para ser o provedor na família. O que permanece como constante é uma conformação familiar na qual o lugar do casal parental

está ocupado pela presença de uma pessoa só; o lugar da mãe está preenchido, ficando vago o lugar do pai.

Enfim, diante de todas essas possibilidades de família monoparental, a pergunta que persiste é: em que lugares se colocam todos, e cada um dos integrantes que formam essa estrutura familiar? Em função do lugar que cada um ocupa, como se exercem as funções familiares entre eles, já que a função não implica a ocupação de determinados lugares?

Como se desenvolvem e se organizam os vínculos nas famílias monoparentais?

6.1 Características das famílias monoparentais na consulta clínica familiar

Dentro da prática clínica com famílias, usamos um indicador que nos permite perceber a situação familiar em que cada família está imersa: clima emocional familiar. Na sessão, o analista partilha o clima emocional, sentindo-se incluído na situação familiar. Pode, a partir de seu lugar de analista, perceber quais sentimentos e afetos perpassam aquela determinada configuração familiar. Usamos o clima emocional familiar como indicador de um dos índices da transferência – contratransferência - interferência¹⁷ familiar psicanalítica.

Como analista inserida na situação vincular familiar de famílias monoparentais, passo agora a enumerar características comuns que tais famílias apresentam na consulta clínica.

A queixa principal está ligada à desaprovação das mães frente às condutas dos filhos adolescentes homens, que acabam em grandes brigas. Há fortes acusações das mães contra os filhos, com a conseqüente impossibilidade de se comunicar entre eles. No evoluir das sessões, as falas maternas vão se tornando mais e mais agressivas. Parece que os filhos estão sendo expulsos por não concordarem com elas. Exemplifico:

- Celina pede à assistente social, do serviço de NASF, para colocar seus filhos homens na FEBEM, além disso, ameaça deixar a porta de casa trancada, depois de certo horário, para que eles durmam na rua.

- Assim, também Angélica acusa seu filho de ser um ladrão, autorizando aos policiais a fazerem o que acharem necessário com ele.

- Rosa pune seu filho, mandando-o viver com o tio, e, quando adolescente, permite que esse tio o expulse, mandando-o de volta para sua casa, onde ela mora com a família de

¹⁷ Interferência: termo criado e descrito por Isidoro Berenstein, para dar conta do lugar ativo e de participação na dinâmica familiar que exerce o psicanalista de famílias. Refere-se à situação atual da consulta, com as presenças que a ocupam, e seu sempre presente obstáculo frente às presenças dos outros. Situação de interferência que trabalha ao lado do conceito de transferência e contratransferência, descrito pela psicanálise.

origem. Uma vez lá, exige que o filho cuide dos irmãos mais novos, para que possa sair sem ter de se responsabilizar por eles.

- Ana não consegue falar com seu filho mais velho, que a acusa agressivamente das perdas vividas, situação com a qual ela não sabe como lidar.

O clima de cada sessão familiar vai se tornando sumamente agressivo, ao ponto de eu sentir que meu lugar era o de me colocar como um escudo de proteção para os filhos homens, frente à violência materna. Por outro lado, teria de conter essas mães descontroladas diante das situações em que não podem exercer sua função materna, bem como acompanhar os irmãos mais novos, que presenciavam esses momentos sem suporte algum. Os filhos adolescentes ficam desamparados com a agressividade materna sem limites, e essas mães desamparam pelo seu próprio desamparo na função parental. Os filhos adolescentes também se tornam agressivos, tomando atitudes que dão conta de seu desborde pulsional. A família apresenta-se sem bordas, desbordada e desbordante, como um espaço onde a pulsão não tem contenção. Nem as presenças delineiam bordas asseguradoras que demarcam sujeitos diferentes, alheios um dos outros, outros entre si. Também o borde que separa a família do social está representado pela rua, que nesses casos tem uma forte presença como apresentação e como representação desses conjuntos familiares.

Em se tratando de famílias monoparentais, isso marca uma diferença fundamental na hora em que esses filhos aprendem a se defender e se cuidar. Não têm como referencial nenhuma outra figura de peso que os auxilie e apóie na vida; ficam com uma figura só, de autoridade e resguardo, ao mesmo tempo.

Não podemos nos esquecer de que as famílias pesquisadas fazem parte de uma determinada cultura do século XXI e da realidade brasileira, de paulistas, residentes em suas próprias comunidades.

6.2 Vinheta clínica

Celina (mãe) acusa Gustavo (filho) que tem dezesseis anos.

Celina: - “Ele não me chamou de senhora, ele me chamou de Celina! Ele tem que me chamar de senhora, ele tem que mostrar respeito, eu sou a sua mãe e sempre serei a sua mãe até eu

morrer. Eu o coloquei de castigo por não me chamar de senhora, fiz com que ele se ajoelhasse e pedisse perdão para mim.”

Psicanalista: - “Gustavo, o que você acha sobre o que sua mãe está falando?”

Gustavo: - “Ela é minha mãe, se ela fala que tenho que chamá-la de senhora, deve ser correto, eu terei de aceitar, eu não tenho nenhuma outra pessoa para consultar. Ela é minha mãe, e se ela fala que é assim deve de ser assim.”

Gustavo, diante do incidente em que sua mãe decide arbitrariamente se fazer chamar de senhora, se sente constrangido a aceitar essa afirmação, sem condições de rebater a imposição dela. Ele parte do princípio de não ter a quem mais consultar e isso o deixa em uma posição de muito desamparo, tanto familiar quanto social. Em seu registro interno, em decorrência, dentro das figuras introjetadas que o sustentam e apóiam, só aparece a figura materna. Gustavo sabe que, se for à procura da figura paterna no mundo externo, não vai encontrá-la, pois seu pai já o rejeitou e jamais quis fazer contato com ele, mas também dentro da estruturação familiar esse pai é rejeitado e colocado fora. Por um lado, Gustavo se vê exposto a uma figura materna que arbitrariamente e, conforme seus desejos pessoais, impõe condutas estabelecidas e decididas apenas por ela; por outro lado, se o filho se retira a fantasiar e tenta se refugiar em uma outra figura parental, ele sabe que se defronta com uma figura que o rejeita e não o reconhece como filho, nem como pessoa. Gustavo se vê como que transparente perante o olhar do pai, ele não o enxerga e, deliberadamente, o rejeita e desconsidera. O rapaz leva os dois sobrenomes maternos, como se fosse filho dos pais da mãe. Vemos, nesse caso, como as gerações ficam misturadas, não dando sustento uma geração para a próxima.

Celina, em seu lugar materno, tem poderes plenipotenciais para impor seus desejos e não consegue enxergar nenhuma alteridade além da própria - que a permita se distanciar de seus próprios desejos, pensar além -, e conseguir enxergar a alteridade do outro. Ela não consegue tomar conta do outro como outro. Esse ato de tentar ser o outro, do sujeito-mãe, não é uma situação que seus filhos homens consigam. Na realidade, o fato de eles pretenderem se afastar do caminho materno e ter um pensamento alheio é o que faz com que a mãe traga a família toda à consulta.

Parece que, nessa família, discordar com a figura materna não é permitido; para Celina fica muito difícil escutar seus filhos homens a partir de um espaço de diferença. Já, com a filha mulher, que é criança, ela consegue acompanhar seu discurso.

Poderíamos pensar essa vinheta clínica a partir de outro eixo. Pensa-se em nomeações de lugares que fazem ao conjunto estrutural da família, a um sistema de denominações que fazem parte da estrutura família inconsciente. É a partir desse ponto de vista que uma mãe precisa de um pai a seu lado para fazer parte de uma determinada estrutura familiar. Mas quando Celina e Gustavo discutem sobre como o filho deve nomear a mãe, o que está em questão é se ela tem uma nomeação de mãe possível, na medida em que não tem um pai na estrutura que a faça mãe. Mas nomear Celina de senhora remonta à feminilidade da mãe, que é o que mais se encontra em jogo nessas famílias. O fato de Celina ter recebido o sêmen de um homem, o espermatozóide, não é suficiente para fazê-la mãe ao lado de um pai, apesar de o fato ter força do ponto de vista biológico.

O anteriormente explicitado funciona em nível inconsciente na dinâmica familiar. Mas teríamos que pensar esse diálogo mãe e filho sem adicionar-lhe a falta do pai, pois o que temos em nossa frente é um vínculo mãe-filho, e o que se enxerga é o “entre” nessa relação. Ao adicionar a falta de pai, estaríamos modificando o vínculo mãe-filho que é o percebido, fechando-nos dessa forma na denominação de parentesco.

Em vista dos fatos mencionados, percebemos que essas famílias denunciam um tipo de funcionamento familiar peculiar.

Existe um fenômeno de violência, definida esta como imposição dos significados homogêneos, que se dá em todas as famílias, mas em especial nas famílias fortemente endogâmicas. Elas prescrevem significados fixos e invariáveis para todos, e o que transmitem é o discurso sagrado tanto quanto certo é inquestionável. A família, nesse caso se visualiza a si mesma, como sujeito único, sujeito família que enuncia seus significados indiferenciados. Deste modo sustenta uma ficção: o desejo de cada um seria idêntico ao dos outros.. [...] o sujeito se constitui como “singular” mas nunca como “independente” dos outros. (ROJAS,1991, p.160) .

Conforme observamos, talvez essa seja a fantasia de constituição dessas famílias. Como vimos, no momento familiar em que os filhos homens viram adolescentes, questionam as verdades ditas como inquestionáveis para o discurso familiar. Isso acarreta um rompimento com o funcionamento familiar anterior. Os filhos questionam desde o lugar filial, como adolescentes, mas, sobretudo, o que gera a ruptura é sua colocação como homens. A adolescência dos filhos sempre traz um rompimento no discurso familiar, que tem que se modificar conforme eles vão conseguindo fazê-lo, pois os filhos crianças passam a ser filhos adolescentes e os pais de crianças passam a ser pais de adolescentes. Mas, nas famílias monoparentais, o que traz outro questionamento é o fato desses filhos se apresentarem como adolescentes, como homens adolescentes, homens que marcam uma alteridade, uma

diferença, outro lugar, já desde o gênero que portam. Assim, o corpo masculino sexuado dos filhos, que até a adolescência parecia não ser percebido como tal, começa a se fazer sentir na configuração familiar, espaço familiar que até esse momento só continha um corpo adulto feminino, da mãe, e os corpos infantis dos filhos.

Outro apelo a um terceiro, que faça tope ao desborde pulsional, é feito pela mãe, no momento em que consulta o serviço hospitalar, na consulta psicanalítica. Consulta essa que acarreta perguntas, questões e denúncias do funcionamento familiar, que já não comportam as necessidades da vida em família. No momento em que a mãe pede ajuda, dá conta da queda de sua onipotência e de seus limites, deixando entrar outro diferente dentro da rede familiar.

6.3 Outra vinheta do mesmo caso clínico

Celina, a mãe, diz na sessão: - “Gustavo cheira mal, ele fede, os dois, Heitor e Gustavo. Eu faço Gustavo deixar os tênis fora de casa, ele teria que colocá-los em água sanitária, eles fedem, tem cheiro de chulé e eu não aceito isso. Assim que ele entrar em casa, já foi! já fede; se ele me deixasse colaborar no banho dele, ele não cheiraria igual. Quando eles eram pequenos, eu escovava forte os pés deles e eles não tinham cheiro a chulé.”

Quando Celina pede a Gustavo para deixar os tênis fora da casa, ela está se opondo ao que ele introduz na casa através dos sapatos - a rua. A rua aparece como ameaçadora, já que é outro espaço que porta códigos diferentes aos familiares. Pode ser o alheio para essa estrutura familiar, aparece como terceiro, pois traz outra organização, diversa da organização da estrutura familiar. A mãe deseja bloquear a possibilidade de que se estabeleça vínculo com qualquer espaço diferente-outro-*ajeno*.

Por outro lado, ouvimos, portanto, nesse momento, uma mãe que não tolera o cheiro masculino que seus filhos começam apresentar na casa familiar. Ela carrega a fantasia de poder entrar no corpo dos filhos e lavá-los, como quando eram crianças; assim, conseguiria anular a passagem do tempo e o fato de reconhecer que eles agora têm corpos masculinos sexuais.

Como poderia se permitir, no espaço familiar, permissão para que esse espaço contivesse corpos de homens? Espaço familiar que não deixou lugar para nenhum outro homem dentro da família, que pudesse ter percorrido um caminho anterior ao deles como

figuras que os precederam? Esta estrutura familiar nunca conteve nela nenhuma figura adulta masculina. Como conseguiriam esses filhos se fazer desse lugar agora?

Ao nascer o bebê não só tem que se corresponder a imagem interna que a mãe traz, mas ele deve se constituir em alguém radicalmente alheio que resgata a mãe da captura de suas imagens internas como pode ser a própria mãe primitiva, tarefa que deve ser iniciada na constituição do casal. Quando esse alheio é rejeitado, a criança será amada se responde ao mundo interno da mãe, e será odiada se não o faz. (BERENSTEIN, 2001, p.90-91).

Na configuração familiar aqui apresentada, a constituição do casal não se fundou, pois a família se construiu a partir de uma mãe que não constitui um vínculo com outro, pai alheio a ela no casal. O filho, na realidade, foi fruto de um relacionamento sexual ocasional entre esse homem- pai biológico - e essa mulher - mãe biológica; mas também o filho se formou ocupando um lugar de fragilidade e submissão no discurso familiar.

Esse tipo de vínculo em que a mãe não enxerga o outro como outro, se repete no vínculo com os filhos. Além de tudo, os filhos parecem resistir e continuam dando a ela respostas diferentes das que ela pretende escutar; isso faz com que ela perceba que eles não concordam com ela. A partir dessa discrepância familiar, eles consultam uma psicanalista e se permitem denunciar um funcionamento que não os satisfaz mais.

No momento de formação do casal parental, este se constitui como um espaço - poderíamos dizer - de quase não estabelecimento de um vínculo, pois estaríamos falando de um relacionamento passageiro e transitório, que não continua no tempo se enriquecendo e complexizando, pelo contrário, vai se esvaziando de sentidos e simbolismo. Talvez eu esteja descrevendo um espaço que não chegou a se compor, a se definir, já que a decisão de conceber e assumir integralmente o filho foi exclusivamente da mãe, anulando e rompendo com o pai, como transmissor também de cultura ao filho, além da herança genética.

Frente à afronta materna, os filhos se colocam em posições radicais, situação esta que afasta cada vez mais as posições materna e filial, e impedem o diálogo e comunicação entre eles. No distanciamento, cabe refletir sobre o lugar a partir do qual os filhos vão procurar modelos identificatórios, espaço de aconchego para suas dificuldades e mudanças, rede de sustentação para seus processos adolescentes. Esse lugar parece ser a rua, espaço do qual a mãe não toma conta e que não consegue dominar nem manejar. A rua também surge como espaço periférico, como borda, fora dos limites outorgados pela família, no qual esses filhos vão à procura do que eles sentem que foi roubado ou tirado deles, a possibilidade de se constituir como homens a partir de uma figura masculina respeitada e aceita pelos outros.

Toda essa descrição da dinâmica familiar desenha um diálogo, por momentos, categorizado como dual, em que pareceria não entrar nenhum terceiro que interceda e bote ordem entre eles. Aqui fica explícito o pedido feito à psicanalista para que interceda com o enquadre em análise para habilitar esse lugar alheio que não existe para eles. Só no reconhecimento do lugar analítico como diferente da estrutura familiar já estaria se fazendo um trabalho para que interrogantes possam ser abertos, e novos sentidos e significados possam ser dados pela família em mudança e enriquecimento vincular.

Nas famílias monoparentais sem queixa e com um bom desenvolvimento nos vínculos, no relacionamento de mãe e filhos, a alteridade está colocada através de algum elemento que não necessariamente tem que ser o pai, como no modelo tradicional, em algum espaço que opere como obstáculo para os desejos sem limite maternos e filiais. Esse lugar de terceiro, de alteridade, ocupado pela rua, o trabalho, o social, a análise etc. traz a possibilidade de um crescimento e constituição de subjetividade dentro dos vínculos e dos sujeitos que fazem parte dessas redes de convívio, que hoje chamamos de famílias monoparentais. Assim se constroem outros modelos alternativos identificatórios criativos no lar, diferentes do modelo da família nuclear, que conseguem dar conta das novas redes de convívio familiar conformadas no século XXI.

“Você vai ver quando disser: Meu avô era o Salvatore de Roccasera. Vai ver o que vale um nome, e eu fiz o meu... E isso que não tive nem pai, mas sei quem foi e até cuidou de mim na montanha, mas nunca o disse. Nem minha mãe disse, e um pai assim não contava para os meninos da escola. Tive que fazê-los calar a boca a pancada até deixarem de me insultar... Por isso me tornei tão duro e quero que você o seja, um homem de verdade. O neto de Bruno, do Salvatore de Roccasera.”(SAMPEDRO,2001, p.243)

VII. ESTRUTURA FAMILIAR INCONSCIENTE

7.1 “Cadê o pai?”

Aguardo a família encaminhada pela terapeuta de adolescentes da equipe do hospital. Quando abro a porta, muitas pessoas começam a entrar sem sequer se apresentar. Eles não me cumprimentam, e parecem entrar em um lugar conhecido.

Sentam-se de frente para mim, duas mulheres - uma negra, de mais idade; e outra mais jovem e branca, três crianças pequenas e um adolescente que se senta de lado.

Quando começo a me apresentar, a mulher mais nova diz enfaticamente: “O tio ainda não chegou, vamos aguardar por ele”.

As crianças movimentam-se, inquietas; a mulher mais jovem tenta segurá-las e grita para que fiquem quietas nas cadeiras, designadas por ela.

Na espera pelo tio, ninguém fala. Somente as crianças correm e conversam entre elas. É um silêncio — por momentos, difícil de suportar —; fundamentalmente porque eu não sei a causa da espera.

A menina menor senta-se à minha frente, olha pra mim e me diz: - “Meu avô morreu. Cadê o pai?”

Eu repito sua pergunta: - “Cadê o pai?”

A adulta jovem fala: - “O tio já está chegando”.

O presente atendimento desperta em mim várias questões a serem respondidas no percurso deste trabalho: como esses sujeitos se organizam enquanto núcleo familiar? Por que um tio é o encarregado de habilitar a família a falar? Por que se apresentam tantas pessoas na consulta?

Penso que o conceito de Estrutura Familiar Inconsciente – E.F.I. –, da Teoria das Configurações Vinculares, pode, além de ajudar a compreender esse caso clínico, ser um elemento que permita alcançar maior entendimento geral acerca das famílias monoparentais.

A apresentação dessa família no espaço físico do consultório me parece falar por eles, muito mais do que todas as palavras das quais eles fizeram uso quando o tio, habilitador familiar do uso da palavra, entrou para a sessão. Ela fala de uma desorganização interna, de um conjunto sem bordas, sem forma, sem diferenças. Quem é quem neste conjunto de pessoas? Ninguém sabe. Eu comecei a me perguntar pela posição de cada um, numa árvore genealógica desenhada pelo imaginário social, mas essa formação familiar parecia não atravessá-los. Quem é quem? Essa pergunta vai dirigida à biologia ou a genealogia? Eles parecem não conhecer esse referencial. A pergunta parece confusa. Nem o contexto do consultório parece fazer diferença para essa família, que nem mesmo o vê como diferente. Todos os espaços são iguais e todas as pessoas possuem posições arbitrárias. A mim parece que não percebem qualquer diferença. A confusão é grande também para mim que os observava, tentando compreender mais.

Insisto: como se constitui essa composição familiar?

7.2 Escolha do caso clínico como ilustração do conceito teórico

O caso clínico “Cadê o pai?” foi escolhido para este capítulo porque, ao meu modo de ver, permite ilustrar e deixa em evidência tanto o conceito de estrutura familiar inconsciente quanto o de presença e força das famílias de origem. O conceito de Estrutura Familiar Inconsciente pode ser pensado como um organizador que faz surgirem questões sobre as famílias monoparentais.

Esse percurso abre caminho, inclusive, para pensar a respeito das outras famílias monoparentais apresentadas no desenvolvimento do trabalho. Algumas indagações mais: na ausência do pai, nessas famílias, estaria o lugar avuncular sempre preenchido pela família de origem materna? Quem ocupa o lugar paterno e se encarrega da função paterna? - Seria a mulher que escolhe parceiros ocasionais para ter seus filhos e forma a sua família com estes? Como poderia ser descrito o armado inconsciente que se estrutura por baixo? Será que o lugar materno está preenchido por uma mulher que tenta burlar o lugar paterno, anulando-o, negando-o ou suprimindo-o?

Desse modo, na procura de um encontro entre a clínica e a teoria, defrontamo-nos com uma tentativa de ilustrar o trabalho vincular familiar.

7.3 Estrutura familiar inconsciente como prenúncio da situação¹⁸ familiar vincular

A Teoria das Configurações Vinculares foi sendo construída em distintas etapas, tingidas por diferentes influências teóricas, de variados autores psicanalíticos e não psicanalíticos¹⁹. Daí o subtítulo, que surge como tentativa de mostrar uma teoria em movimento que está sendo pensada, construída, re-pensada e re-construída.

O conceito de Estrutura Familiar Inconsciente (E.F.I.) foi descrito por Isidoro Berenstein, baseado nos conceitos da Antropologia Estrutural de Claude Lévi-Strauss, tais como as estruturas elementares de parentesco e a eficácia simbólica.

O autor toma os conceitos vertidos por Lévi-Strauss para pensar a família com seus membros e relacionamentos: um pai, uma mãe, os filhos e o quarto termo ou “avúnculo”, ou representante da família materna²⁰. Na Estrutura Familiar Inconsciente, temos esses quatro lugares ocupados pelas diferentes pessoas que conformam essa estrutura familiar: o lugar do pai, o lugar da mãe, o lugar do filho, o lugar do representante da família materna. Esses lugares de parentesco estão relacionados e levam uma determinada nomeação social ou jurídica: o vínculo matrimonial ou de aliança é o relacionamento entre o pai e a mãe, o vínculo de filiação é o relacionamento entre pais e filhos, o vínculo fraterno ou de consangüinidade é entre os irmãos, e o que chamamos de vínculo avuncular é entre os filhos e o representante da família materna. O conceito de avúnculo vem de “avunculus”, que significa tio materno²¹, mas os autores da teoria vincular ampliaram esse vínculo aos representantes das famílias de origem, incluindo assim as gerações precedentes, tanto da família da mãe quanto da família do pai. Esse último vínculo não leva uma denominação socialmente

¹⁸ O conceito de situação será abordado mais para frente. Por ora, entretanto, é importante dizer que tal conceito é descrito por Janine Puget. Segundo ela, “situação é um conjunto de elementos dispersos que produzem efeitos de constituição subjetiva, sempre e quando os personagens que estão incluídos na situação estejam afetados pelos elementos da situação”. *50 anos de Pensamiento Vincular. Um recorrido de medio siglo*. Op. cit. p.32.

¹⁹ Para maiores detalhes sobre as etapas da teoria, veja o capítulo 1.

²⁰ O termo *avúnculo* tem a sua origem na antropologia e é utilizado por Lévi-Strauss, para denominar a pessoa que ocupa o lugar de representante da família materna. A Teoria das Configurações Vinculares retoma tal conceito para abranger tanto a família de origem materna, como também a família de origem paterna. Em síntese, podemos pensar o lugar avuncular como *o representante das famílias de origem* do casal parental.

²¹ O termo “avunculus” é tomado emprestado de Radcliff-Brown, que trabalha sobre o papel do irmão da mãe em povos de África do Sul, depois retomado por Claude Lévi-Strauss, no conceito da estrutura elementar de parentesco, na qual o avúnculo aparece como o doador da mulher.

compartilhada, mas, do ponto de vista psicanalítico, podemos ver seus efeitos inconscientes nos relacionamentos familiares.

Isidoro Berenstein diz que “a estrutura familiar inconsciente é uma matriz simbólica, os lugares e seus vínculos dão lugar às relações familiares; essas, por sua vez, são responsáveis pela realização de cada ego em articulação à ordem da cultura. Numa forma de transação, cada ego ocupa esses lugares à sua maneira, de acordo com a disposição subjetiva de si e dos outros” (BERENSTEIN, 1990; 47).

Dentro da estrutura familiar inconsciente, defrontamo-nos com um eterno conflito: há uma luta de forças entre a família de origem ou avúnculo e o pai, junto à mãe, no vínculo de aliança. Em outros termos, falamos de um conflito estrutural entre natureza e cultura, entre vínculos de sangue e vínculos de aliança, entre o fato de se repetirem modelos antigos trazidos da família de origem e a possibilidade de criar novos relacionamentos dentro da estrutura familiar. O desafio na formação de uma família está na constituição de um relacionamento que possa outorgar valor e satisfação aos vínculos atuais, tanto entre marido e esposa, quanto no relacionamento com os filhos. O desejável é que o lugar do “avúnculo” evolua até se dissolver, e que não tenha ingerência na estrutura familiar. Quando o lugar do quarto termo, ou avúnculo, se desestrutura é para deixar espaço para que o lugar do pai possa ser investido com a assunção da função paterna. A figura paterna cobra força e se constitui junto à figura materna, no casal parental, fortalecendo o vínculo de aliança como casal de pais. Assim, o lugar do avúnculo se dissolve como presença, mas fica como herança a ser transmitida à próxima geração, movimento dado pelos processos identificatórios individuais que permitem, desse modo, que se incorporem os fatores hereditários.

Cada um dos lugares na estrutura familiar inconsciente pode ser preenchido por qualquer uma das pessoas que circulam nela. Por isso, o avúnculo pode, por exemplo, ser tanto a tia como o tio, bem como a mãe, o pai, avó ou avô.

Quando o lugar do avúnculo tem uma vigência importante, isso significa que tem força libidinal, desse modo desloca o pai da função paterna e de seu lugar. Cria-se uma relação em que prevalece a natureza sobre a cultura, e se constituem como relação patológica para a estrutura familiar inconsciente dessa família. O lugar do avúnculo usurpa a lei do pai; o representante avuncular preenche essa vaga, expulsando a figura paterna, para exercer a lei pelas próprias mãos. Quando a força do lugar do avúnculo é maior que a força do vínculo de aliança, os sujeitos da estrutura se vêem impedidos de circularem livremente e conseguirem processar e elaborar separações, com os conseqüentes lutos que permitam movimentação e crescimento dos membros da família.

7.4 Da estrutura aberta à situação familiar: uma ponte

O conceito de Estrutura Familiar Inconsciente (E.F.I.) parte de uma teorização estruturalista, por definição, mas, com a evolução desse esquema teórico, foi se adicionando um modo de pensá-la como estrutura aberta. Freud traçou um desenho do psiquismo individual, com uma abertura para o corpo biológico. Isidoro Berenstein adiciona uma abertura para o social, que influencia a estrutura familiar como um todo. Tal abertura providencia uma circulação, as influências do social passam para a família e esses conteúdos seriam transmitidos pelas figuras parentais ao filho, para habilitar-lhe um caminho de saída (saída à exogamia) da família de origem para o social. Temos uma estrutura aberta ao corpo, por um lado, e ao social por outro. Ao mesmo tempo, essa estrutura é modificada, de acordo com cada situação vincular, e aberta à novidade que os vínculos em si provêm. O conceito de acontecimento descrito por Alain Badiou é tomado emprestado da filosofia, para pensar tudo o que se relaciona com a experiência de novidade vivida na situação dos vínculos.

A idéia do acontecimento implica aquilo que não se pode prever, nem produzir desde a estrutura. Opera como novidade radical, e é atual e exterior à mesma. Implica colocar o acento nos relacionamentos, no *entre* [...] leva a pensar em termos de situação, de devir, de fluido. Desde essa concepção o Édipo seria uma marca, um registro que faz um corte em um fluxo. A lógica do Édipo seria imprescindível para a constituição subjetiva e vincular, mas não alcançaria a explicá-la. (DIMARCO; RIOPEDERE; SONEGO, 2004, p.214).

Assim, ao conceito de estrutura se adiciona o de acontecimento, com uma abertura para o acaso. Depois, se acrescenta o conceito de alteridade, que outorga sentido à presença de cada um dos membros da família, que se constituem não como outros quaisquer, mas como outros com significados especiais para cada um em particular na situação vincular; são outros com alteridade própria.

A situação vincular familiar poderia ser descrita como uma malha, na qual os sujeitos se atribuem mutuamente participação no conjunto e, a partir daí, interagem, intercambiam, vinculam-se e criam entre si um espaço peculiar para constituição de subjetividades. Janine Puget define o conceito de situação como “um conjunto de elementos dispersos que produzem efeitos de constituição subjetiva, sempre que os personagens estejam incluídos na situação e afetados pelos elementos da situação [...] Os sujeitos se constituem nessa situação e essa situação produz a vinculação; isso é uma condição” (PUGET, 2004:32).

A família vai se constituindo através de um fazer reconhecido entre seus integrantes como familiar; seus membros, ao mesmo tempo, reconhecem-se entre si como semelhantes e

alteridades. Desenham-se então dois caminhos para compreender o devir familiar: por um lado, há o conhecimento sobre a determinação histórica e as origens da família, por outro, o fazer familiar no qual tem uma forte influência a *alteridade* de cada um dos membros que a conformam, e que podem produzir modificações nos lugares e vínculos familiares. Uma mesma família tem certas características que são comuns e soam familiares para seus membros, mas há também a alteridade de cada um que deve ser reconhecida como tal. O ditado popular “é tudo farinha do mesmo saco” caberia - e - não caberia aqui. Embora seja “família do mesmo saco”, se configuram como diferentes, com alteridade própria. Em espanhol, a palavra *ajeno* significa estranho, outro com uma diferença radical, outro com uma presença que traz sua marca de alteridade, outro que é igual - mas é diferente ao mesmo tempo.

Dentro dessa dupla constituição, que comporta passado e presente, reportamo-nos a um trabalho vincular familiar, no qual surgem situações e configurações novas. Os dois caminhos são contemplados no trabalho clínico psicanalítico com as famílias.

A partir de então, deixo a clínica falar por si só.

7.5 Retomando o caso clínico

O tio entra em cena e autoriza a palavra a todos. Agora eles podem falar. Apresentam-se.

Menina: - “Valéria, três anos.”

Menino: - “Pedro, quatro anos.”

Menino: - “Jaime Peres Guimarães, sete anos.”

Adolescente: - “Miguel, catorze anos.”

Homem: - “Tio Ricardo, trinta anos.”

Analista: - “E vocês?” (dirigindo-me às mulheres).

Mulher: - “Ester, tia, irmã do tio.”

Segunda mulher: - “Rose, a mãe.”

Fala o tio: - “Nós estamos aqui, porque Miguel é o problemático; ele traz a bagunça para a família. Imagine que ele fugiu da minha casa e foi para a casa delas.”

A informação me confunde e eu fico também perdida, como todos eles parecem estar, dentro dessa família. Não compreendo quem é quem. No trabalho com essa família, defronto-me com a dificuldade para nomear seus membros, já que não fica claro se falamos do tio, do pai, do sobrinho, do filho etc. As pessoas fogem de uma casa para ir para outra, sem estabelecer a distinção de casa como lugar de pertencimento. Desconhecem o uso do pronome possessivo que marca a diferença, quando é atribuído a cada um; marca um lugar de posse que assegura e desenha raízes para cada um, marca uma “minha” casa e uma “tua” casa como distintas.

Quais são as marcas que as gerações impõem às outras? Como se constituem as distintas gerações, dentro das famílias? Como se constituem, ou não, as diferenças nas gerações? As bordas das gerações definem um contorno familiar com rupturas, a partir das quais a geração mais velha dá espaço à geração mais jovem, habilitando-a para um crescimento singular.

Deparamo-nos com um movimento de ida e vinda, movimento mútuo de ruptura feita pelos novos integrantes da família, dos filhos que nascem, assim como pelos pais que também nascem como pais, fazendo com que os avôs se tornem avôs. Há um momento de ruptura entre gerações, o que transforma a família em um campo com um movimento recíproco e mútuo, em que uma geração faz a outra. Essa árvore genealógica vai se construindo como um quebra-cabeça ou caleidoscópio, que toma a forma que a família vai dando para si.

No caso clínico apresentado, se as diferenças entre as gerações, nessa família, não são conhecidas e reconhecidas, mas, ao invés disso, são apagadas inconscientemente e esvaziadas, não haverá clareza de que avós são avós, pais são pais e filhos são filhos. Quando isso acontece, essas funções são trocadas: uma avó pode assumir a função paterna, desrespeitando o lugar do pai que não toma sua função em suas mãos; um tio pode igualmente tomar a função paterna e dirigir a família de acordo com seus desejos. Tal fato leva a uma confusão não só das funções dentro da família, como também dos lugares a serem ocupados por seus membros.

Silvia Duschatzky e Cristina Corea consideram esse tipo de famílias como espaços des-subjetivantes para habitar nos vínculos familiares. Tanto as famílias quanto os sujeitos que as conformam se vêem enfrentando a des-subjetivação. Nesses espaços des-subjetivantes, temos sujeitos que se encontram frente à impossibilidade de modificação das situações a que são expostos. “Uma das condições da des-subjetivação no entorno familiar é a visível indiferenciação dos lugares tradicionais de pai, mãe e filho com a conseqüente dissolução das posições de proteção e autoridade dos pais para com os filhos” (DUSCHATZKY; COREA,

2006, p.73). O entorno familiar des-subjetivante implica uma dissolução das posições e lugares tradicionais de pai, mãe e filho, aparecendo a maternidade e a paternidade como lugares simbolicamente destituídos de sentido.

Como estão eles agrupados como família? Qual é a família deles? Pergunto-me se essa necessidade de um ordenamento dentro de um modelo de família seja uma necessidade minha, como analista, por não conseguir me incluir na situação familiar para compreendê-los. Ou se eles partem de um modelo de família diferente do meu, relativo ao contexto social e cultural a que pertencem. Aqui, o lugar da analista fica colocado como estrangeiro diante da situação familiar.

Rose: - “Minha mãe e Roberto, o outro tio que mora com a gente, não conseguiram vir (respondendo para a menina, que fez a pergunta). O avô faleceu.”

Tio: - “O Miguel está sempre brigando e isso não pode ser. Miguel briga com minha filha. Na casa, moramos eu, minha esposa e minha filha (usa um tom agressivo, diria quase expulsivo). Eu tive que mandar ele para a casa da mãe, para morar lá.”

Não devemos esquecer que, além da situação familiar específica, estamos em face de um momento de ruptura e crise, assinalada pelo crescimento corporal adolescente de uma geração que abandona o lugar de criança. Qual seria a denúncia que Miguel está fazendo, através de seus atos, catalogados pelo tio-pai de briguentos? Miguel se situa em um lugar de protesto, de apontamento de situações que o deixam sem lugar e o impedem de crescer como homem-adolescente. Pareceríamos nos achar frente a uma situação de falta de função paterna. Miguel chama seu tio de pai, porém, na hora em que o tio poderia se apresentar como uma figura adulta masculina habilitante, este o expulsa para a casa da família de origem de sua mãe²². Desse modo, o que aparece como situação perigosa para eles, nesse momento, é a constatação feita pelo corpo de Miguel, o qual, ao crescer, anuncia a presença da sexualidade masculina que ele porta. Sua presença sexuada masculina pareceria constituir-se em ameaça para a família do tio-pai, que tem uma filha adolescente. Talvez as fantasias incestuosas que aparecem, nesse momento, como ameaça passível de ser atuada na realidade, denunciem a falta de um ordenamento familiar claro e tranquilizador. Assim, o único recurso que se afigura como possível é a expulsão de Miguel da casa, porque o tio-pai não pareceria poder garantir o

²² Poderíamos remeter-nos aqui ao que Sigmund Freud explica, no texto *Totem e tabu* (1912-1913). Diante do crescimento do filho, que aparece como advertência, ao se converter em homem, de possível rival, este ameaça inconscientemente tomar o lugar do pai. Porém, a solução que o pai encontra pareceria ser a de expulsá-lo da família-tribo.

lugar de executor de uma interdição incestuosa que constitua e delimite a família como tal. Na hora do nascimento de Miguel, filho de Rose (como veremos, no próximo trecho de material clínico), a avó materna ordena que ele seja criado pelo tio. Por que será que essa avó faz divisão no núcleo da família extensa? Será essa a primeira marca familiar de intento de barrar um registro incestuoso, que se reaviva como cada movimento que Miguel realiza? Por que os movimentos de Miguel geram tanta desordem, no vínculo familiar? Será que fantasias incestuosas circulam entre irmã e irmão, Rose e Ricardo, atravessadas pela presença de Miguel, indo das mãos de uma família para outra família, dentro da família extensa? Miguel pareceria ocupar um lugar de ameaça para a família: quais serão as situações que ficam veladas para eles e guardadas como segredo?

Por outro lado, a mãe não dá para Miguel um lugar de amparo a seu lado, como figura protetora a partir de seu lugar parental. O jovem fica, por conseguinte, em um lugar de denúncia de um espaço familiar sufocante, que não habilita ao crescimento e que o abandona como sujeito com possibilidades de evoluir.

Alguns dados do encaminhamento do caso começam a fazer sentido, nesse momento da reflexão sobre o mesmo. O atendimento a Miguel e sua família foi amplamente discutido com a equipe do hospital, pois o NASF (Núcleo de Atenção aos funcionários do Hospital) só tem autorização para oferecer atendimento — como o nome o indica — aos funcionários e seus dependentes. No caso de Miguel, o vínculo com o Hospital é dado pelo tio, que trabalha como enfermeiro, mas Miguel seria seu sobrinho e isso não dá a ele o caráter de dependente. Por se tratar de um tio-pai e de um sobrinho-filho criado, foi aceito para o atendimento, ainda que em caráter um tanto excepcional. Já a partir do encaminhamento, surgem as confusões e situações familiares pouco claras, expandindo-se igualmente para a organização hospital, em relação às normas. Fica pouco clara a situação da filiação de Miguel, elemento que poderia estar levantando outros questionamentos não revelados pela família. Filho de quem é Miguel? Que fantasias incestuosas circulam em torno de suas origens, na família extensa?

Voltamos agora ao caso clínico.

Analista: - “Valéria perguntou quem era o pai.”

Miguel (dirigindo-se a mãe): - “Quem é meu pai?”

Rose: - “Seu pai é Marcos.”

Analista: - “Poderiam esclarecer um pouco mais?”

Tio: - “Eu criei o Miguel, minha irmã estava em uma grande depressão. Tomava Haldol. Então eu o criei. A minha avó falou que eu deveria criá-lo, pois eu era o irmão mais velho.”

Rose: - “O Marcos foi embora quando eu engravidei. Eu também fiquei deprimida depois do nascimento da Valéria. Eu não consigo dominar eles e não consigo dominar a mim mesma. Estou em tratamento psiquiátrico faz muitos anos.”

Tia: - “Falam que ela tem esquizofrenia.”

A família mostra certas variáveis que a constituem: o espaço físico de moradia, os nomes próprios e a novela familiar. Essa família parece carregar uma história sem diferenças geracionais; não se apresenta atravessada por uma lei que a organize. Um tio pode vir a ser um pai, uma tia pode gritar e indicar como seus sobrinhos devem se comportar na frente da mãe, uma mãe pode vir a ser somente a genitora. Porém, Rosa, a mãe, quase não se faz escutar.

Estava presenciando uma situação familiar na qual os modelos de paternidade e maternidade aparecem como destituídos de seu sentido simbólico e assistindo ao que seria uma situação de mera sobrevivência de indivíduos que não conseguem fazer uma trama capaz de os habilitar a se constituir como seres subjetivos e passíveis de subjetivação.

Essa situação familiar denuncia um modelo endogâmico de funcionamento, que obstrui a possibilidade de desenvolvimento de seus membros, dentro do contexto familiar. Aparece preenchida a presença do lugar avuncular, nessa estrutura. A avó materna, com suas determinações, ocupa o lugar de quem enuncia as leis e coloca a ordem familiar; e o tio materno, chamado por Miguel de pai, é compelido inconscientemente a executar essas ordens, sem ter a possibilidade de se colocar como sujeito e refletir sobre elas. Quanto mais o lugar avuncular contém força libidinal, mais deixa enfraquecidas a função paterna e a função materna. Vemos o vínculo avuncular como prevalecente na família aqui examinada e delimitador das ordens familiares. Aqui nos defrontamos com uma estrutura familiar inconsciente, que estaria obstruída em sua possibilidade de permitir seus integrantes de evoluir e conseguir conquistar, para si mesmos, a chance de deter um fazer que os habilite a ocupar seus respectivos lugares nomeados e assinalados desde o social.

A trama que pareceria organizar essa família não é a da família tradicional; apesar disso, eles constituem um vínculo que os sustenta. Por sua vez, eles entrelaçam gerações tanto na moradia quanto nas funções inconscientes a serem distribuídas na família, sem permitir uma discriminação mais saudável para cada um dos membros; porém, eles tecem um laço social que os vincula. Talvez outorguem a possibilidade de que os diferentes membros do

conjunto familiar circulem pela estrutura e, desse modo, as funções se executem por distintas pessoas. Mas esse tipo de vinculação não produz segurança nem certeza para os distintos membros da família, ao sofrer mobilidade. Talvez estivéssemos falando da necessidade de ter certa fixação entre as pessoas e os lugares que elas ocupam, na estrutura familiar, para outorgar maior clareza.

Entretanto, a família recorre a uma profissional, investida dentro de um contexto hospitalar, que eles respeitam e esperam que, como terceiro, ela opere e compareça como alguém que possa construir junto com eles um ordenamento familiar, que os habilite ao crescimento e evolução. O pedido inconsciente que eles trazem é o de tentar quebrar o modelo endogâmico que os está sufocando e empobrecendo. Como paradoxo, o integrante da família que faz o encaminhamento possível, por se tratar de um funcionário do hospital é o próprio tio, uma vez que, de outra maneira, a família não poderia ser atendida nesse serviço somente reservado aos funcionários do hospital e a seus parentes.

O tio continua acusando Miguel, que se coloca cada vez mais longe de todos, olhando pela janela. O menino é interpelado por todos, porque parece não prestar atenção à fala do tio.

Eu sinto, contratransferencialmente, a angústia crescendo em relação ao fato de Miguel não dar atenção às acusações e a sua pretensa rejeição da família.

Tia: - “Estamos falando com você. Por que não presta atenção?!”

Analista: - “Ele está prestando atenção a seu modo.”

Tia: - “Ninguém pode demonstrar o carinho por ele.”

Analista: - “Miguel, você gostaria de fazer carinho em alguém em especial, neste momento?”

Miguel senta-se em uma cadeira junto a sua mãe, coloca seu rosto no colo dela e começa a chorar.

Poderíamos considerar esse momento como constituinte do vínculo materno-filial, quando Miguel toma o que lhe pertence, que é o colo de sua mãe, para chorar diante de seu desamparo, o que ela lhe outorga, recebendo-o. Esse ato de constituição vincular familiar também é feito com testemunhas oculares que são os tios, representantes da família de origem materna que presenciam esse ato constitutivo.

Apresenta-se um movimento novo, um acontecimento construído na transferência-contratransferência-interferência²³, em face da outorga dessa possibilidade que o tratamento

²³ “Na sessão, temos então: a) a transferência: consistente no desdobramento do mundo interno do paciente sobre o analista e seu entorno, b) a contratransferência: a resposta inconsciente do analista à transferência do paciente,

lhes oferece, por meio da figura da analista, como terceiro que habilita o vínculo. O vínculo também se legaliza diante do olhar das duas gerações ali presentes. Posicionamo-nos frente a um ato inaugural. Miguel toma para si o que sua mãe lhe oferece e ambos, nesse ato, se habilitam um ao outro e se legalizam como mãe-filho. Falamos de um espaço de constituição em transferência-interferência de uma estrutura familiar, constituída por mãe, filho expulso-rechçado-afastado junto aos outros filhos e também irmãos, ficando os tios colocados fora desse cenário da família. Quando a família de origem de Rose fica separada da família atual, assistimos a uma perda do lugar avuncular, aparecendo uma possibilidade de invenção de um novo espaço familiar que demarca uma segunda geração diferenciada da anterior. No mesmo ato em que a família de origem fica afastada, Rose presencia a sua integração de posse de seu lugar e função materna, dentro de sua própria configuração familiar.

Surgem em mim várias perguntas. Por que Rose escolhe parceiros ocasionais, para ter seus filhos? Por que construiu um casal parental, no qual o pai biológico é apenas um doador dos genes e a mãe se refugia em sua família de origem, sem conseguir exercer a função materna, apropriando-se de seu lugar e sua função? Será que, através dessas escolhas, Rose fica em uma eternalização de seu lugar de filha, não constituindo um vínculo de aliança que lhe permita crescer e se afastar de sua família de origem, consolidando o vínculo avuncular? Ante esse vazio, surge a família da mãe ocupando os espaços vagos de parentalidade. Através das escolhas de parceiros, na parentalidade, Rose coloca seus filhos em um vínculo quase inexistente com a figura paterna, de sorte que eles inclusive chegam a perguntar, na consulta, pela sua própria filiação.

No lugar filial, defrontamo-nos com a denúncia que Miguel faz, através de suas condutas, anunciando uma falta de ordenamento e uma ausência de figuras parentais firmes. Isso leva a família a consultar uma profissional, na tentativa de que alguém estabeleça uma delimitação familiar que officie como borda dessa família de Rose e seus filhos e os ordene.

A família de Rose e seus filhos começam a se constituir em análise. Desse modo, tanto Rose quanto Miguel e seus irmãos se outorgam mutuamente os lugares de mãe, filhos e irmãos, na frente da analista, que os observa e outorga um lugar para eles se demarcarem como família. Rose traz seus filhos à consulta familiar. O tio e a tia não regressam mais. A família de origem da mãe ocupava até esse momento um lugar de sustentação da família de

colhida através de ocorrências ou sentimentos surgidos da mente do analista, que em última instância pertencem ao paciente e c) as interferências: o acontecido é produzido entre esse paciente e esse analista como sujeitos singulares que, com seus desejos próprios, formas de pensar, valores, passam a ser, pela ação do vínculo, sujeitos outros. Resulta útil diferenciar os fenômenos de transferência dos de interferência, que são isso que se produz na conjunção de duas alteridades e cuja ferramenta é a imposição, a diferença da identificação que se coloca na transferência” (BERENSTEIN, 2004, p.201).

Rose, mas, na possibilidade de ela se fazer dona de seu lugar materno, devolve a seus filhos também o lugar de filhos e afasta a sua família de origem como sustentadora da situação. Tanto Rose quanto os filhos terão de elaborar a falta de uma pessoa que ocupe o lugar paterno, como parceiro da mãe e pai deles, no aparecimento de um lugar de falta não preenchida na aliança parental. Partindo do lugar de falta, a função paterna circularia nessa configuração vincular, sem necessariamente ter que estar colada à figura do pai.

A partir dessa experiência de análise, talvez seja possível pensar no início de um novo ordenamento familiar. Constitui-se então um espaço de invenção, de operações criativas e novas, como condição de possibilidade do *vir-a-ser* psíquico individual e vincular dessa família. Vemos como eles podem fazer uso do espaço terapêutico como lugar de habilitação de subjetivação de cada um e do grupo familiar, em seu conjunto.

Rosa, Miguel, Jaime, Pedro e Valéria parecem nascer como família nesse novo ato vincular, que institui subjetividade, partindo do vínculo com as possibilidades que outorga e ao modo de um acontecimento que estabelece novidade e os configura como um grupo familiar discriminado da família ampliada.

Assim, tendo um longo caminho a ser percorrido, iniciamos o trabalho vincular.

“...no hay dolor más grande que el dolor de ser vivo,
ni mayor pesadumbre que la vida consciente.

...Ser, y no saber nada, y ser sin rumbo cierto,

...¡y no saber adónde vamos,
ni de dónde venimos...!”

Rubén Darío, *Lo fatal*: 1905.

7.6 Hipóteses que ficam em aberto

Por um lado, percorremos o conceito de estrutura familiar inconsciente e, por outro, tentamos desvendar o funcionamento das famílias monoparentais; muitas perguntas se abrem para continuar pensando. Talvez a teoria não consiga dar conta das novas configurações vinculares, e temos que continuar refletindo.

Uma grande questão é sobre a figura do pai. Será que faz falta no conjunto familiar? Talvez a perda do lugar do pai traga conseqüências. Talvez a família monoparental seja uma modalidade familiar na qual a subjetividade do pai se veja reduzida a ser o doador do sêmen.

Se assim fosse, uma representação da figura do pai não seria necessária. A partir da idéia de estrutura familiar, seria importante que alguém ocupasse esse lugar, a fim de cumprir a dita função.

Contudo, talvez essa figura faça falta, de igual maneira. Os filhos denunciam e reclamam por alguma gestão de um terceiro, para mediar no vínculo mãe-filho, que fica fechado se não tiver alguém ou algo que opere como *ajeno*, de sorte a indicar a direção de saída para a cultura.

Grande questão, que fica em aberto para continuar pensando. A clínica sempre nos desafia e nos continua a questionar.

VIII. O COMPLEXO DE ÉDIPÓ DE QUATRO TERMOS

Outro conceito importante para a Teoria das Configurações Vinculares é o Complexo de Édipo de quatro termos, que parte do conceito freudiano de Complexo de Édipo da Psicanálise clássica.

A família é o espaço privilegiado no qual se desenvolve o complexo. A configuração familiar está permeada pelo tabu do incesto, como organizador do social e da cultura. A pertença à família é um fator que oferece sustentação ao sujeito e uma colocação em certos parâmetros estabelecidos pela sociedade, nas regras de parentesco, assim como na colocação dentro de cada núcleo familiar em particular, nos vínculos familiares.

A constituição familiar também é carimbada pela genética, pela biologia, marca das origens no corpo biológico, bem como as marcas de um relacionamento específico que, em cada família, traçam determinações inconscientes — do registro intersubjetivo — em seus membros, caracterizando assim as subjetividades. Também devemos considerar um lugar para o indeterminado, para o acaso, como uma possibilidade de abertura à novidade, dentro da estrutura familiar.

Quando pensamos nas origens da constituição do psiquismo, baseamo-nos nas conceituações da Psicanálise clássica, na qual se parte de um infante impossibilitado de sobreviver sem o amparo materno e seus cuidados específicos. Trata-se de um momento primordial, na constituição do psiquismo da criança, momento do recalque primário e das primeiras inscrições de representações psíquicas. Na teoria das Configurações Vinculares, somamos aos conceitos anteriores outra constituição: a constituição vincular, ao mesmo tempo no vínculo e do vínculo, em um contexto social. Esse vínculo que está se construindo se faz simultaneamente entre todos os atores que tomam parte dele, junto à constituição do psiquismo infantil.

Conceituaremos agora o complexo de Édipo na teoria psicanalítica clássica.

8.1 O complexo de Édipo segundo Freud

Freud descreve o complexo como uma etapa do desenvolvimento humano. Toma o mito de Édipo, da tragédia grega de Sófocles, para descrever um conjunto de emoções e inclinações no relacionamento da criança com seus progenitores. Isso forma a base sobre a

qual se levanta a sua personalidade. O mito nos apresenta três atores principais: Laio, Jocasta e Édipo.

O Complexo de Édipo é definido, no dicionário de Psicanálise de Laplanche e Pontalis, como “conjunto organizado de desejos amorosos e hostis que a criança experimenta a respeito dos pais” (LAPLANCHE; PONTALIS, 1971, p.65). O Complexo de Édipo desempenha um papel fundamental na estruturação da personalidade, nas identificações, na constituição das instâncias psíquicas, como o superego, o ideal do ego, e na orientação do desejo humano. Essa é uma etapa cuja importância está centrada no triângulo filho, mãe e pai.

Quando faz a descrição do complexo de Édipo, Freud sublinha a diferença entre o desenvolvimento do menino e da menina. São caminhos diversos a serem andados. Tanto o menino quanto a menina ingressam no complexo, vindo de momentos pré-edípicos, no qual há um relacionamento estreito com a mãe. Na entrada do complexo, estar-se-ia incluindo um terceiro, no relacionamento: o pai. Faremos uma descrição do que Freud aponta como a forma completa do complexo. Essa etapa coincide com a fase fálica do desenvolvimento libidinal da criança.

O menino entra no complexo de Édipo pela mão dos desejos fálicos e atraído pela figura da mãe. Frente à ambivalência dos sentimentos e à possibilidade da castração, por retaliação, ele se afasta da mãe e se aproxima do pai. É ao sair desse Complexo que o menino procura preservar seu corpo masculino ante a possibilidade da retaliação paterna, ou seja, pela ameaça de castração. O menino identifica-se com o pai, completando assim sua identificação masculina, que vai determinar, *a posteriori*, suas eleições objetais. Fica na esperança de conseguir, no futuro, formar um casal, como o pai formou, não com a mãe, mas com outra mulher.

A menina entra no complexo, fazendo uma mudança do objeto de amor: passa da mãe ao pai. Sente uma atração pela figura paterna, a qual deseja para si, na procura de obter — na equação falo-filho — um filho com o pai, deixando fora a mãe. Foge da situação edípica, diante da impossibilidade de obter do pai o que ela deseja, e também por causa dos sentimentos ambivalentes com respeito à mãe. Através da identificação com a mãe, constitui seu lugar de mulher; procurará conseguir na idade adulta tudo o que lhe foi negado nessa etapa fálica. A futura eleição do objeto ficará marcada pelo transcorrer do complexo de Édipo, que será concretizada na hora da sua eleição do objeto de amor.

A menina entra no complexo de Édipo pelo reconhecimento da castração e da falta do órgão fálico que os homens têm; o menino sai dele pelo temor da castração. O que é a porta de entrada para um, é a porta de saída para o outro.

Freud nomeia de várias formas a saída do complexo: declinação, supressão, destruição... O sepultamento do complexo de Édipo é muito mais simples e preciso para o menino, já que ele estará protegendo seu próprio corpo, em uma preservação narcísica. A menina apenas fica presa a uma ameaça e à obrigatoriedade de sair dela.

O Édipo como complexo configura uma estrutura do psiquismo inconsciente, que pertence ao espaço interno do sujeito. Tem apresentado sua eficácia explicativa para uma análise da sexualidade, da combinação desejo-proibição: as marcas inconscientes maternas e a sujeição aos lugares outorgados pelo pai.

8.2 Revisão posterior do Complexo

Até aqui, resumimos o percurso do complexo de Édipo descrito por Freud. No livro *A família em desordem* (ROUDINESCO, 2003), Roudinesco faz uma releitura do complexo e do percurso seguido por Freud, para chegar a desenhar o complexo como estrutural, eixo da constituição psíquica do indivíduo, conceito que atravessa todo ser humano que integra essa cultura. A autora faz um acompanhamento dos textos freudianos, partindo da tragédia de Sófocles. Ela percebe dados que, depois, podem nos dar, no meu modo de ver, alguma luz para fazer uma ampliação posterior da conceituação do Édipo, do ponto de vista da família.

Roudinesco, no capítulo que intitula *Quem matou o pai?*, expõe como “Freud sempre reivindicou a invenção do complexo de Édipo como um princípio essencial da psicanálise. Melhor, repetiu incessantemente que o complexo de Édipo era ‘um fundamento da sociedade na medida em que assegurava uma escolha de amor normal’” (ibidem, p. 65).

A autora, referindo-se ao complexo mesmo, enfatiza como os “cinco personagens masculinos (Édipo, Creonte, Tirésias, o pastor, o mensageiro) encarnam efetivamente, cada um à sua maneira, a soberania de um poder ou de um saber em face de uma única mulher, mãe, esposa e rainha” (ibidem, p. 57). Descreve-nos, igualmente, um pai – Laio “fragilizado” – como “o grande ausente do drama sofocliano”. A partir dessa descrição da tragédia, vemos como Freud vai se valer de outros exemplos da Literatura (*Hamlet, Os Irmãos Karamazov*), nos quais ele procura achar um pai presente, que consiga ocupar seu lugar dentro do complexo. “Uma vez que é necessário a Freud um ‘modelo único de família única’ capaz de resumir a história das origens da humanidade” (ibidem, p. 62).

A autora retorna a tragédia para compará-la com o complexo freudiano e completa: “Em Sófocles, o incesto com a mãe não é a consequência de uma rivalidade com o pai, mas

uma união sacrificial que anula as leis da necessária diferença entre as gerações” (ibidem, p. 62). É possível ver aqui como Sófocles vai além do triângulo edípico, desenhado por Freud para dar conta da teoria que estava conformando, na época; Sófocles, na verdade, assinala uma cadeia geracional quebrada, por se ter rompido com as leis que organizam a cultura.

A estudiosa prossegue:

Com ajuda do mito re-convertido em complexo, Freud, de fato, restabelece simbolicamente diferenças necessárias à manutenção de um modelo de família que se temia que estivesse desaparecendo na realidade. Em suma, atribuía ao inconsciente o lugar da soberania perdida por Deus pai para nele fazer reinar a lei da diferença: diferença entre as gerações, entre os sexos, entre os pais e os filhos, etc. (ibidem, p. 62).

Roudinesco finaliza o capítulo denominado *O filho culpado*, ressaltando: “A invenção psicanalítica estabelece uma correlação entre o sentimento do declínio da função paterna e a vontade de inscrever a família no cerne de uma nova ordem simbólica, encarnada não mais por um pai despojado de sua potencia divina, depois reinvestido no ideal econômico e privado do *pater familias*, mas por um filho que se tornou pai, porque teria recebido como herança a grande figura destruída de um patriarca mutilado” (ibidem, p. 86).

A autora, do seu ponto de vista, descreve como Freud vai construindo sua teoria em função de uma busca de restaurar um lugar fragilizado, que daria como resultado o que ela enuncia como título de seu livro: *A família em desordem*.

Quanto a mim, penso que o que caracteriza fundamentalmente a busca de Freud vai além de restabelecer uma figura patriarcal forte: ele lança um olhar mais abrangente, no social, além do sujeito individual, ao enxergar um necessário ordenamento social que constitui a todos os integrantes da sociedade. Em minha opinião, Freud descreve uma dinâmica que se desenvolve no triângulo edípico, porém, em seu rico legado, deixa um caminho aberto para continuar em busca de uma visada abrangente de todo o gênero humano, que se conforma no social a nos pautar e ordenar como um todo.

A partir deste ponto, tentaremos palmilhar o caminho que Freud deixou aberto, para continuar pensando o Complexo de Édipo. O olhar se amplia a partir do trabalho com famílias e casais, posicionando-nos no espaço intersubjetivo e o transubjetivo. Daí a apresentação do Complexo de Quatro Termos.

8.3 O complexo de Édipo de quatro termos para a teoria vincular

A Psicanálise das Configurações Vinculares apresenta-nos o Complexo de Édipo de quatro termos, que nasce igualmente da tragédia de Sófocles. Não obstante, ao invés de privilegiar três personagens, enfoca quatro.

Isidoro Berenstein vale-se dos seguintes elementos da tragédia:

1. O irmão da mãe que convém considerar como lugar simbólico. Na tragédia de Sófocles, é o lugar de Creonte, irmão de Jocasta, cunhado de Laio e tio de Édipo.
2. A mãe, Jocasta, irmã de Creonte, esposa de Laio e depois esposa de Édipo.
3. O pai, Laio, em relação a Édipo; o marido em relação a Jocasta; o cunhado, em relação a Creonte.
4. Édipo, filho de Laio e Jocasta, também é sobrinho de Creonte. (BERENSTEIN, 2001, p.44).

O autor introduz filho, pai, mãe e tio, juntos na cena. Temos então um olhar ampliado sobre o mito descrito por Freud: adiciona-se um quarto termo. Inclui-se, na estrutura, a figura de Creonte, para pensar o conceito de poder, que é a imposição que um sujeito faz, necessariamente pela sua presença, quando está no vínculo com o outro. Creonte, na tragédia, como representante da família de origem, por intermédio do poder faz que a família dos Labdácidas acabe, encerrando uma cadeia de gerações. Esse quarto termo está geralmente reprimido no inconsciente familiar, porque remete às figuras da família de origem, tanto da mãe quanto do pai. O que apareceria como recalcado são as ligações não elaboradas dos pais, colocadas no espaço intra-subjetivo como representações infantis reprimidas. Tratando-se do relato da tragédia, o quarto termo não está reprimido, pois se faz presente na figura de Creonte, que tira o poder de Édipo e dele se apropria, acabando com a família dos Labdácidas.

A proibição estaria definida por quatro enunciados:

- junto ao *não deitarás com tua mãe* (freudiano),
- e *não reintegrarás teu produto* (lacaniano),
- incluem-se *não retornarás a tua família de origem*
- e *não reterás para ti a teu filho*. (DIMARCO; RIOPEDRE; SONEGO, 2004, p.208).

A primeira proibição estaria dirigida ao filho, a segunda à mãe, a terceira proibição também à mãe, em relação com sua família de origem, enquanto a quarta estaria direcionada ao pai, em seu narcisismo, para permitir a circulação do filho no mundo.

Assim, o Complexo de Édipo, na estrutura vincular, é definido como “o conjunto de posições que permitem ao ego, inicialmente ocupando o lugar do filho, movimentar-se por elas” (BERENSTEIN, 2004, p.56). O sujeito estaria determinado tanto pelo pulsional,

infantil, quanto pelos relacionamentos com os outros significativos — atuais e passados—, assim como pelo mundo público ao qual pertence, sem uma determinação única, instaurada em cada situação. Desse modo, vemos como a conceituação do psiquismo com uma tripla espacialidade se conforma em consonância com o complexo de Édipo de quatro termos.

Tanto os pais quanto os filhos aceitam se fazer no vínculo, tolerando a ansiedade que traz o indeterminado, e é a situação familiar a que determina o modo com que cada um há de se fazer sujeito. Pode-se admitir serem pais de uma maneira diferente aos próprios pais, e aceitar ao filho como diferente do que eles foram ao seu momento ou de como o estão pensando atualmente. Nessa modalidade de relação, tem relevância a pertença, pois a subjetividade depende, além do individual, desse fazer no conjunto. (ibidem, p.153).

Dentro da família, nos vínculos familiares, cada sujeito faz a sua elaboração interna do complexo de Édipo. A Teoria das Configurações Vinculares acrescenta um desenvolvimento específico dado por cada relacionamento familiar em situação. Essas configurações familiares que se estruturam em cada família vão conformando a estrutura familiar inconsciente.

Isidoro Berenstein escreve que,

[...] se a vida familiar é considerada como o resultado da relação entre duas instâncias familiares que intercambiam pessoas, o acento vai se deslocar até a relação de casal e de lá para a relação com o outro, e fará passar sua determinação pelo alheio do outro, instituinte por sua vez de outra origem. (BERENSTEIN, 2001, p.45).

Levamos em conta, anteriormente, os desenvolvimentos freudianos do sepultamento do Complexo de Édipo no intrapsíquico, com as diferenças entre o percurso do menino e da menina, elaborando o psiquismo de cada um dos sujeitos que irão formar um casal. No momento da formação da aliança matrimonial, podemos ver como esses movimentos internos foram evoluindo em cada um dos membros do casal. Para o menino, por causa da angústia da castração, parece ser mais fácil sepultar o Complexo do que para a menina, que precisa de um percurso diferente; ela fica sempre com um resto de seus desejos infantis, sem possibilidades de uma resolução ou dissolução completa. Na formação do relacionamento matrimonial, no mundo intersubjetivo, espera-se que o esposo — que estruturalmente se considera com maiores possibilidades de ter sepultado o Édipo — ajude a sua esposa a sepultá-lo definitivamente, construindo um novo vínculo em que se possam concretizar, na etapa adulta, os desejos infantis não alcançados antes, assim como instituindo uma situação particular que traga novidade, no momento de criá-lo. Assim, defrontamo-nos com dois sujeitos que advêm do vínculo: com suas histórias pessoais e suas representações intrapsíquicas correspondentes,

para formar, no “entre dois”, outra estrutura vincular, única e própria de cada relacionamento com suas possibilidades e impossibilidades. O que pode acontecer entre esse dois sujeitos é do registro de um acontecimento que só poderá ser analisado e pensado posteriormente. Dessa forma, vemos como esses sujeitos se confrontam com um leque de possibilidades que se abrem e que a constituição do vínculo oferece; partindo desse ponto, poderão tentar não repetir um modelo anterior e, sim, criar em um ato novo um vínculo que pertença a eles próprios.

A proibição do incesto é considerada o paradigma da interdição e da lei, configurando o lugar paterno. As proibições provêm tanto do social, como a proibição de matar e de roubar, quanto do familiar, como a proibição do incesto e de matar o pai. Por conseguinte, o pai, na estrutura familiar, é o encarregado de fazer com que as proibições se cumpram e, “identificado com a proibição que seu próprio pai exerceu para separá-lo de sua mãe, terá voltado a começar o ciclo da transmissão transgeracional inconsciente” (ibidem, p.51).

Quando pensamos nos filhos como uma produção do casal, ganha importância o modo como esse casal se conformou para, depois, concretizar o projeto de ter um filho. Isidoro Berenstein nos fala da necessidade de

[...] diferenciar entre o desejo de ter um filho e o desejo de ter uma criança. No primeiro caso trata-se de um desejo possível posto em prática em um vínculo com outro, em uma relação chamada *casal* na qual se produz um terceiro como representação vincular, dando lugar a uma criança que se transforma em filho e que leva a que o homem-marido se transforme em pai e a mulher-esposa se transforme em mãe. Ocasionalmente a mulher ou o homem, por diferentes motivações podem desejar uma criança como prolongação de seu próprio ego. Assim, sustenta-se a fantasia do filho como falo, e nele ter um sucessor de si mesmo, não modificado pelo vínculo de casal. (ibidem, p.32).

O projeto de ter um filho vai se coadunar com a maneira pela qual o par se constitui como casal; assim também como o fato de o filho ser aguardado nessa configuração com suas características específicas.

8.4 A história de Ana e os seus...

Ana pede atendimento para ela e seus dois filhos: Fábio, de quinze anos, e Lucas, de onze. O motivo da consulta era obter um melhor relacionamento e uma melhor comunicação entre eles, já que não estavam conseguindo se falar. Só gritavam, pois não toleravam as frustrações. Ana é fisioterapeuta e tem trinta e nove anos. Ela perdeu o salário alto e não

consegue se ajustar à sua nova forma de vida. Fábio, ao não ter todo o dinheiro que recebia antes da mãe, começa a roubar no supermercado e Lucas começa a recusar ir para escola; só quer ficar em casa, brincando.

Fábio é filho de Ana com o marido do primeiro casamento e Lucas, do segundo casamento. Ambos os casamentos terminaram em separação. O pai de Fábio não o sustentava e não se fazia presente na vida do filho; o pai de Lucas, sim: cuidava economicamente dos dois filhos de Ana, não apenas do seu filho biológico. A mãe de Ana morava com eles. Depois de uma enfermidade muito sofrida e longa, faleceu.

Por quatro meses, eles vêm para tratamento de família. Desde então, não vêm mais, porque ela não consegue trazer os filhos. Justifica que não conseguem vir, uma vez que o que era falado nas sessões ficava dolorido demais, tanto para ela, quanto para os filhos. As sessões faziam aparecer mais angústia do que eles podiam tolerar: choravam muito na sessão; sentiam-se surpreendidos pela maneira como o tratamento denunciava o importante montante de angústia que ficava escondido atrás dos seus *acting out* (os roubos nos supermercados, praticados por Fábio; a negativa de Lucas em ir para a escola; a impossibilidade de a mãe conseguir voltar para seu trabalho).

Seis meses mais tarde, eles regressam e requerem atendimento novamente. Nesse momento, essa família está em transição entre ser uma família monoparental e deixar de sê-lo, porque o pai de Lucas voltara a morar com eles, há duas semanas. Talvez o fato de a família estar deixando de ser monoparental, para começar a aceitar um homem adulto-pai, vivendo na casa, possa dar conta mais claramente da elaboração que essa família faz da situação edípica. Transcrevo a sessão com eles, como exemplo clínico para clarear o conceito teórico de complexo de Édipo de quatro termos.

8.5 Sessão posterior

Ana: - Meu ex-marido, o pai de Lucas, está querendo voltar, mas minha mãe não gostava dele; ela falava que ele não prestava. Se ele voltar, seria acordar em casa, como antes. Lucas não quer ir para escola.

Lucas: - Eu quero ficar em casa para jogar futebol.

Ana: - Fábio está mais animado.

Fábio: - Agora a professora pede as tarefas e eu as faço.

Ana: - A professora acabou de perder o pai dela. No trabalho, eu só faço os “bicos”, porque preciso do dinheiro, não porque goste de meu trabalho; antes adorava cuidar dos pacientes, agora sou diferente da que eu fui. Para que é que o ex-marido quer voltar? Eu já mudei.

(Um discurso que provém das sessões anteriores começa a fazer sentido para mim, nesse momento. Começo a sentir que toda a influência que ela falava que sua mãe tinha sobre ela está aparecendo como uma presença não falada, em seu discurso; proponho-me desvendar essa presença oculta, para fazê-la circular entre eles).

Psicanalista: - Por que as palavras que sua mãe falava aparecem com tanta força, em sua cabeça?

Ana: - Eu tenho medo de bater a cabeça de novo. No serviço, estou fora; sinto um constrangimento... Não vale a pena lutar pelo que é certo. Eu vou até os extremos. Tenho que colocar limites para os meninos, de acordo com o que eu vou conseguir fazer. O pai de Lucas quer voltar comigo; eu tenho medo do sofrimento. O que eu passei com minha mãe, eu nunca pensei que ia passar isso... Só com a morte de um filho. Eu enfraqueci; estou sem vigor.

Ana parece nos apresentar um processo de trabalho de luto; nele, ela estaria impossibilitada de abandonar o fantasma da mãe. Aceitar o ex-marido seria trazê-lo para o lugar da mãe morta, o que significaria destronar a mãe todo-poderosa, na sua fantasia. Se aceitasse ao ex-marido, teria que reconhecer um lugar vazio: o lugar da mãe morta, lugar não passível de ser transferido para ninguém, na fantasia dela.

Qual é o movimento que esse homem, que não tem nome próprio para ela (ele só é nomeado pelos atributos de relacionamentos familiares), não consegue fazer? O mandato materno parece ser o único. A mãe, como parceira, ocupa sua cabeça, sem lhe permitir separar-se e evoluir. Ana não faz uma divisão entre o pensamento da mãe e o próprio; ela não consegue se perguntar por que é que a mãe pensava que esse homem não prestava, fazendo do pensamento da mãe, o seu. Nesse sentido, Ana nos diz que o ex-marido não presta. Por outro lado, o ex-marido não parece ajudar Ana a sair desse lugar de parceira única da mãe; ele não consegue se colocar com sua alteridade como diferenciado do modelo que ela traz. Eles não conseguiram, no vínculo de aliança, estabelecer um relacionamento novo que lhes possibilitasse não repetir. Criar um “entre-dois”, novo, lhes permitiria fazer sua própria parceria, além dos modelos infantis anteriores.

A função paterna não parece ter efeito, nessa estrutura familiar; a lei não seria colocada por alguém alheio à família de origem de Ana. Na estrutura familiar inconsciente, se nos apresenta um casal de duas mulheres de diferentes gerações em afiliação, com dois filhos de uma terceira geração; a figura paterna pareceria não deixar marcas nessa organização familiar. A lei pareceria estar colocada pela força do vínculo avuncular. Assim, Lucas pareceria não se inserir na cultura escolar, com os outros meninos, e Fábio exhibe condutas de roubo. Essas condutas denotariam o protesto dos filhos?

Além da perda da mãe e avó, no espaço intersubjetivo do âmbito familiar, eles estão tramitando o luto pela perda de uma posição social que era outorgada pelo salário da mãe, que, ao ter diminuído, faz com que eles percam no espaço transubjetivo um lugar de pertença social. Talvez, quando Fábio rouba, estaria procurando aquilo que sente que perdeu: a possibilidade de ter acesso a outro patamar.

Quando Lucas diz que não quer ir para escola, ele destaca que quer ficar em casa, talvez aguardando o pai que está voltando. Frente à aceitação de Ana de voltar a ter um marido, admitindo-o em casa para morar junto, Lucas está esperando por um pai. Vemos como os lugares se constituem reciprocamente para cada um dos membros que fazem parte do conjunto familiar e não estão determinados por um lugar só. Se Ana pareceria aceitar de novo ter um marido, Lucas está à procura de voltar a ter um pai.

Cabe, nesse ponto, fazer uma distinção entre *figura paterna*, que tem a ver com o pai de Lucas como homem e como pessoa que está convocado a ocupar um lugar (que, nesse caso, não se cumpre, por enquanto), com o *lugar do pai*, que desenha um lugar dentro da estrutura familiar como lugar vazio, à espera de ser preenchido, ou não, pela figura paterna dessa família.

Na estrutura familiar inconsciente dessa família, o lugar do avúnculo está ocupado pela mãe de Ana, que, apesar de morta, fica “viva” para a filha, presente como um fantasma que a ameaça, sem deixá-la avançar. O pai de Lucas não consegue ocupar o lugar paterno e funcionar como figura de corte, que habilite Ana a se separar da figura materna, para conseguir se comprometer com seus vínculos atuais, os quais a remetem ao futuro. O relacionamento de Ana com sua realidade e com um possível parceiro perde força, ao lado do vínculo entre Ana e sua mãe, no lugar do avúnculo, vínculo que ocupa toda a cena.

Até esse momento, o ex-marido tinha na estrutura um lugar vazio, ou um “não lugar”, que poderia vir a ser um lugar para o pai. Ana decide aceitar que o ex-marido volte a ocupar o lugar de marido e, no mesmo ato, fazer com que ele ocupe o lugar de pai. Contudo, na medida

em que a “mãe morta” continue no lugar de avúnculo, ela obstaculiza a possibilidade de o marido ocupar seu lugar de marido e pai e o exerça.

Ana sente a figura materna como terrível e não consegue sobrepor-se a ela, para pensar por si só; por isso, o medo se coloca, quando diz ter “medo de bater a cabeça de novo”. Cabeça: lugar para construir o pensamento, onde pensar seria decidir por si só.

Ana continua: - Depois da morte de minha mãe, minha tia veio morar com a gente, para nos ajudar. Ela “bagunçava” tudo. Quando ela estava lá, se eu falava, meus filhos não me escutavam. Ela foi embora faz três meses e tudo melhorou. O ex-namorado fala que a geladeira está suja e que tem que lavar. Eu não sei se o chamo de ex-namorado ou de ex-marido, não sei. Ele dorme em casa, mas não comigo; ele dorme com as crianças; não comigo. Eu deixo a coisa acontecer. Uma quarta pessoa em casa vai piorar o financeiro. Faz cinco anos que estamos separados e agora ele mudou. Ele sente a falta dos meninos, também. Quando trabalhava na UTI, peguei vários óbitos; eu perdia o controle. Quando minha mãe morreu, tive que descer ao necrotério. Era como se estivessem me matando. Sentia uma tristeza... Agora, tenho medo de voltar para a UTI. Por momentos, tenho vontade de voltar, mas não consigo. Antes, eu tinha um emprego bom, que perdi quando minha mãe adoeceu. A minha realidade agora é outra: tenho que me acostumar a ganhar menos. Agora, eu consegui voltar a dormir à noite e fico triste se meu ex vai embora. Antes, tínhamos épocas em que a gente se gostava, mas agora... Eu sonho tanto com ela; ela não existe mais, eu sei, mas sonhar tanto me preocupa. Parece como se ela estivesse viva. Nada era tão real, lembro daquele vazio...

Vemos Ana, em sua função materna, como uma figura fraca e sem possibilidades de colocar sua própria forma de educar os filhos, de impor limites, de construir um lugar materno como ordenador dos filhos. Se ela conseguisse se posicionar como figura materna, em seu lugar, isso faria com que a ordem exogâmica fizesse parte dessa família, além da figura do pai. Ela se desautoriza (em sua fantasia), frente à sua própria mãe e frente à tia. Para Ana, os da geração anterior têm mais autoridade e força para impor suas normas, apesar de ser ela a mãe diante dos filhos, nesse momento. Ana não foi autorizada como mãe, pela mãe, nem pelos maridos, em face de seus filhos. Talvez ela esteja desejando que a análise a ajude a exercer sua função materna.

Antes de pensar nos lugares parentais, temos que nos posicionar na formação de um relacionamento, na construção de um casal que estabeleça entre si um vínculo de parentesco.

Partindo do vínculo de aliança é que os membros de um relacionamento podem se imaginar em um vínculo parento-filial. O lugar de pai e o lugar de mãe são estruturais na constituição da família, e tais lugares serão preenchidos por uma figura materna e uma paterna, que podem, ou não, cumprir as funções materna e paterna, respectivamente. A figura materna sempre é constituída ao lado de uma figura paterna, na hora de se constituírem como pais de futuros filhos. Dentro do vínculo de aliança é que os dois lugares de esposo e esposa fazem sentido. Todavia, esse vínculo perde força nessa família, já que o vínculo que predomina é o vínculo avuncular, o qual estabelece dois lugares pertencentes à mãe, em seu lugar avuncular como filha e em seu lugar materno. Como Ana consegue se sentir mãe e ocupar seu lugar materno, se ainda permanece no lugar filial, do qual não consegue sair?

Dentro do espaço de moradia, na casa, cada família reserva um lugar estabelecido para cada um de seus membros. No momento de dormir, as pessoas se outorgam um lugar geográfico-espacial; essa colocação de cada um, no ambiente familiar, nos fala de um desenho vincular familiar inconsciente. Na colocação das famílias no ambiente de moradia, no dormitório dos adultos, está permitida a circulação da sexualidade e, no dormitório dos filhos, a sexualidade estaria banida.

Nessa família, todos se pareceriam se apresentar no mesmo nível; não aparecem duas gerações diferenciadas; adultos e filhos não se situam em um lugar diferente. Na família de Ana e seus filhos, a mãe dorme sozinha e o pai dorme com os filhos, o que mostraria como, na espacialidade da casa, eles se situam do jeito que eles se sentem, intersubjetivamente. Ana tenta estabelecer uma ordem, na qual todos seriam iguais. Chegaríamos a pensar que se arranjam discriminados apenas pelo sexo: os homens-meninos dormem em um quarto e a mulher, em outro.

Será que o que temos diante de nós são somente meninos desamparados, à procura de um amor parental que os segure e proteja? Será que ninguém se sente suficientemente forte, nessa estrutura, para levar adiante essa bandeira? E a sexualidade desses dois adultos — que são os pais biológicos de Lucas? Por que não procura expressar-se?

Nos relatos de Ana — de sessões anteriores—, não aparece uma figura paterna, que pudesse tê-la ajudado na infância, assim como não aparece igualmente uma figura masculina, que tivesse se oferecido para resgatá-la do fechamento materno, propondo uma situação nova e diferente para os dois. O que se apresenta seria uma repetição dos modelos antigos, sem a possibilidade de criação de modelos parentais pertencentes a essa geração, diferenciada das outras?

Ana deixa perceber certo movimento de elaboração do luto pela morte da mãe; ela mostra esse movimento intrapsíquico de ida e volta para conseguir aceitar a perda. A realidade da ausência parece a estar ajudando, quando ela consegue perceber a falta. Por momentos, as perdas se estendem também por outras áreas: perda do emprego com salário alto, perdas econômicas, perdas no momento de colocar limites nos filhos para fazê-los aceitar a realidade, perdas no relacionamento com o ex-marido, que, por momentos, fica se aproximando para ser nomeado como namorado, apesar de persistir, em sua fala, com o prefixo ex.

O conflito familiar esboçado seria uma situação resultante da não elaboração do luto pela avó e mãe? Ou falaríamos de uma situação que já estava instalada com anterioridade, na estrutura familiar inconsciente?

Concordo com a segunda hipótese, já que aqui estaríamos frente a uma estrutura na qual a família de origem — no caso, a família materna — teria mais força que o vínculo de aliança; aparece a falha da figura paterna, na hora da instauração da lei paterna, juntamente com um ordenamento social. O vínculo de aliança perderia força ao lado do vínculo avuncular com a família de origem. Os relacionamentos de Ana com seu passado não conseguem ser cortados, para constituir um novo relacionamento em uma geração posterior. As gerações parecem desrespeitadas por não estarem separadas. Concomitantemente, mas no espaço intrasubjetivo da Ana, surge o processo de elaboração do luto pela morte da mãe. E, no intersubjetivo familiar, a elaboração da perda do lugar social conseguido através do salário materno.

Voltando ao caso clínico, Ana, ao pensar em ter um relacionamento com um parceiro, não deixa entrever, em nenhum momento, a referência ao seu próprio desejo, sempre ausente. Escutamos pela boca de Ana os desejos dos que a rodeiam, mas não conseguimos saber nada dos seus próprios desejos, já que eles teriam que ser construídos.

Na procura de atendimento psicológico, Ana estaria em um movimento duplo. Por um lado, teria de elaborar intrapsiquicamente a perda da mãe e, por outro, fazer-se dona de seu lugar adulto de mulher, mãe e profissional no espaço intersubjetivo. A família toda pediria a possibilidade de ter uma organização mais clara e definida, que permitisse a cada integrante ocupar o lugar a que pertence e, ao mesmo tempo, escolher como fazê-lo.

8.6 Família monoparental?

Se definíssemos a família levando em consideração os membros que a integram e o fato de conviver embaixo de um mesmo teto, a família a que estamos fazendo menção seria uma família que está voltando a procurar uma convivência em cotidianidade. Partindo de um olhar da realidade exterior, enxergamos um casal de dois adultos heterossexuais que convivem com o filho mais velho do primeiro casamento da mãe, junto ao filho biológico do atual casal. Assim, estaríamos fazendo uma descrição do ponto de vista social.

No entanto, a pesquisa visa a estudar a família com um olhar psicanalítico. Como tal, não deixa de levar em consideração a realidade em si, mas coloca o foco além do consciente, propiciando a busca do inconsciente na trama familiar e suas ramificações. Na configuração vincular que cada família arma de sua própria estrutura familiar inconsciente, teríamos os elementos inconscientes intersubjetivos que a atravessam.

Na trama inconsciente dessa família, não aparece um lugar paterno claramente delimitado, que concorra com sua alteridade, ao lado do lugar materno. Talvez Ana, na procura do parceiro, se defronte com um homem que não consegue demarcar um lugar bem definido com sua presença, o que reforça cada vez mais que o vínculo de aliança perde força, ao lado do vínculo avuncular que pareceria supri-lo.

Essas figuras parentais, que não estariam conseguindo se alojar nas respectivas funções que lhes pertencem, figuram como pais biológicos que mal conseguem ocupar o lugar que a estrutura da família os habilitaria a fazer; desse modo, se apresentam para os filhos. Do lugar filial, esses filhos conseguem fazer um espaço para a figura paterna, já que dela precisam. Esses filhos aceitam ceder um espaço em seu dormitório para partilhar com o pai. Não poderíamos asseverar que o espaço outorgado pertence à função paterna.

Os lugares na estrutura familiar inconsciente co-determinam-se, de sorte que um lugar dá lugar a outro lugar, porém, o lugar filial, de filho, institui o lugar de pai e mãe. A família monoparental é uma construção familiar em que devemos enxergar os lugares como sendo outorgados e habilitados pelos diferentes membros que a compõem, sem apresentar diferença, nesse aspecto, com as famílias nucleares. Outro dado a ter em conta é para onde essas famílias norteiam seu devir; se para o passado, então se constitui uma estruturação patológica, mas se conseguem voltar o olhar para o futuro, habilitam seus membros a sair para a exogamia, caso em que falamos de uma família que se permite crescer e fazer com que seus integrantes façam o mesmo.

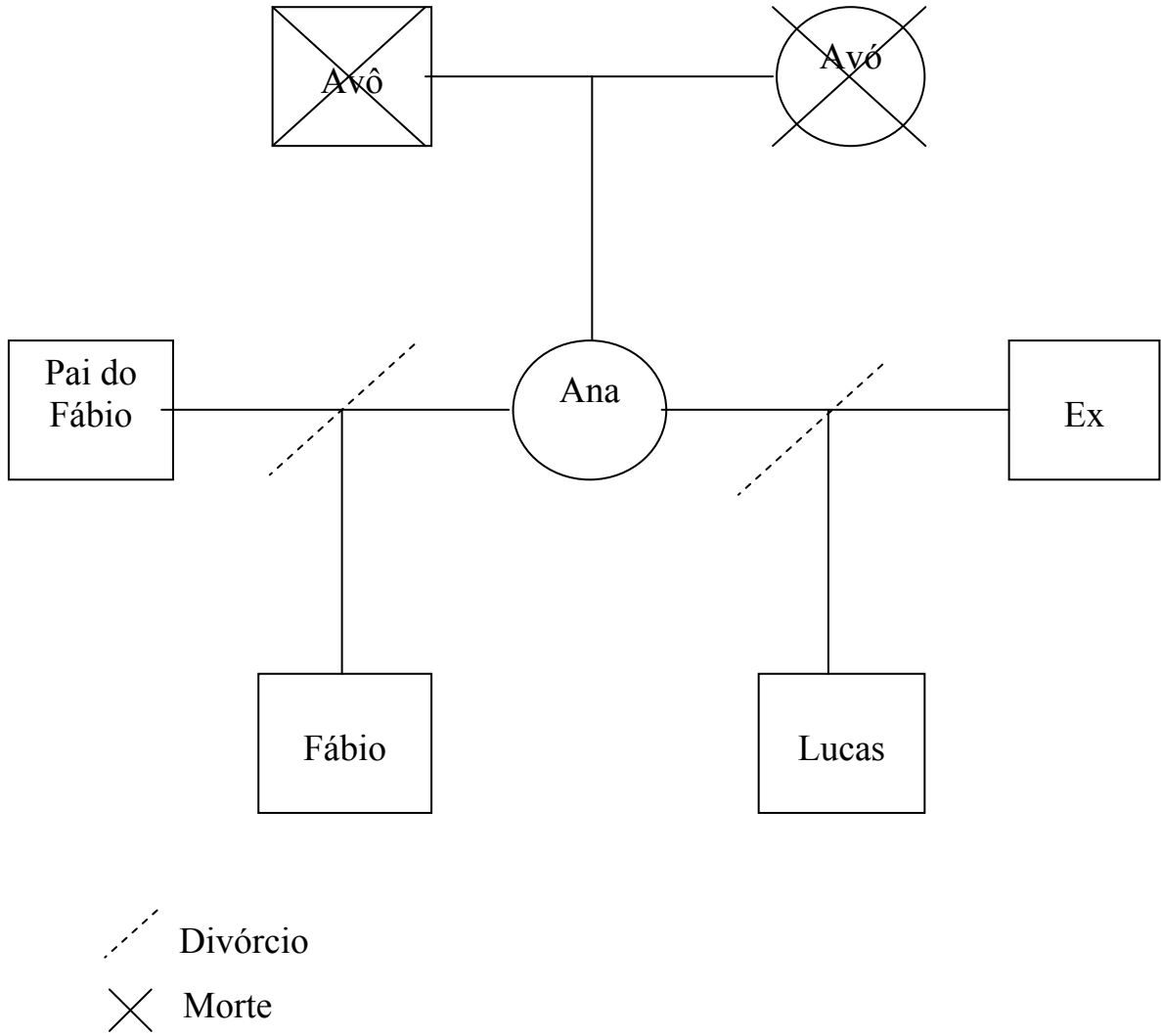
Dessa forma, definiríamos a constituição da família monoparental patológica como uma configuração com um olhar regressivo, direcionado à família de origem, em que o alheio do outro não seria enxergado e tido em consideração, já que as diferenças não estariam delimitadas entre os sujeitos que conformam esse tipo de famílias. Essa estruturação vai além do psiquismo intra-subjetivo de cada um de seus membros e já se estaria consubstanciada no vínculo de aliança no casal, no momento mesmo de sua constituição. Define um lugar parental com pouca força, visto que o lugar reforçado está vinculado à família de origem, — geralmente da mãe — que a constitui.

Para finalizar, gostaria de voltar à família de Ana, Fábio e Lucas, para pensar como a Teoria das Configurações Vinculares e o conceito de Édipo de quatro termos nos ajuda a esclarecer e a trabalhar a sua dinâmica familiar.

Foi-lhes assinalado como a morte da avó atingiu a cada um, e a família como um todo. A avó ocupava um lugar de muito peso, na estrutura da família, que não conseguiu ser substituída pela mãe. Na morte da avó, essa família parece ter ficado sem sustento, e os filhos parecem reclamar que a mãe ocupe um lugar que ela não tem, na dinâmica familiar. Ana ainda se vê a si mesma no lugar de filha, o que a impede de ocupar seu lugar de mãe dessa família. Os filhos se encontram sem nenhum adulto que os sustente ou que os guie. Os filhos, ao se sentir sem sustento, perdem também a sua ligação com o social e começam a ficar fora — fora da escola, fora da lei, através do roubo, fora do controle deles mesmos. Os filhos tentam trazer um pai para dentro da família que ponha ordem, mas Ana não o permite. Nessa família, pareceriam não se distinguir gerações, de maneira que todos aparecem igualados, sem hierarquias nem diferenças.

Dentro da estrutura familiar no complexo de Édipo de quatro termos, vemos como essa família fica detida, frente a um relacionamento de uma mãe com uma filha, que não consegue se constituir em mãe, nem fazer com que nenhum homem se constitua em seu parceiro, nem em pai de seus filhos. Por conseguinte, há dois filhos homens com dificuldades para se identificar como homens e para se sentirem sustentados, no familiar e no social. O social não os acolhe nem sustenta, já que essa família tem um funcionamento empobrecido por estar fechada ao aparecimento de situações novas que gerem novidade e criem vínculos mais complexos, que, nesse caso, estão-se esvaziando e empobrecendo. Parece ser uma família que não consegue olhar para o futuro e permanece olhando para o passado, para os vínculos infantis da mãe, assim como pelo luto pela avó morta e pela posição social e financeira perdida.

8.7 Gráfico da família



“Nem toda criança tem a resistência e o destemor de ficar procurando até chegar à bondade.”
Cartas ao pai (KAFKA, 1919, p.12)

“Mas apesar de tudo — de tudo — o pai era sempre o pai.”
Cartas ao pai (KAFKA, 1919, p.31)

IX. O LUGAR DO PAI

Família de Angélica (quarenta e sete anos), Jéssica (dezessete anos, filha biológica) e Johnson (catorze anos, filho adotivo)²⁴. Angélica e o pai de Jéssica adotam Johnson. Jéssica é filha biológica dos dois. O pai morre, quando Jéssica tem onze anos e Johnson, oito.

Angélica: - Geneticamente, Johnson não é meu, e não é irmão dela, mas é primo dela, ele é adotado. Ele vem de uma família que não é boa, nessa família todos morreram, eliminaram a todos eles. O homem que o gerou era assim também, eu também não o conheci, ele está com a gente desde os oito meses.

Psicanalista: - Como é isso da genética de que você está falando?

Angélica: - O comportamento se leva no sangue (dirigindo-se a Johnson) Fala! ...

Psicanalista: - Como era ele quando criança, você lembra de ter batido nele, como ele está nos contando?

Angélica: - Ele aprontava demais. Eu sempre tinha medo de achar ele morto. Ele não ia para escola, voltava da escola com a roupa suja; em vez de ir para escola, ele ficava escondido no mato.

Johnson: - Eu não disse isso. Eu ficava brincando na rua, não no mato.

Psicanalista: - O que você fazia, na hora de ir para escola?

Johnson: - Eu me escondia, pois eu queria brincar com as crianças, eu não queria ir pra escola para estudar; se eu não brincasse, estaria aprontando, e eu só queria brincar, não sei por que (Johnson começa a chorar) Em casa, eu só aprontava, eu ia para a rua e tudo melhorava pra mim, lá ninguém falava duro comigo (continua chorando, muito angustiado).

Angélica: - Desde criança ele sempre foi assim.

Johnson: - Eu não pedi para nascer (chora muito forte, com seu boné, que acaricia, na mão).

Angélica: - Eu não tive carinho e eu não sei passar para o próximo da família, sim para os outros de fora. De minha mãe e meu pai eu nunca recebi carinho, não, não, os outros de fora

²⁴ Caso clínico apresentado em 5.3.

me ensinaram. Minha mãe se jogou de um quinto andar e morreu. Eu não consigo dormir à noite, por isso o psiquiatra me deu remédio.

9.1 Alinhavando a teoria com a clínica

Vemos aqui uma família monoparental, na qual uma filha é biológica e um filho é adotivo, parente da família. Na fala, tanto a mãe quanto a irmã dão conta de um duplo movimento paradoxal, de acolhida a Johnson, ao mesmo tempo em que o rejeitam e o assinalam como o membro da família que contém o mal. Johnson é acolhido como filho e irmão, mas, simultaneamente, é rejeitado pelo sangue que porta. Esse “sangue do mal” parece estar relacionado, para essas mulheres, com uma linhagem masculina e com um devir biológico-anatômico. Angélica, em sua fala, relaciona o sangue de Johnson com a origem paterna e, portanto, masculina. A característica masculina que Johnson tem é rejeitada e colocada fora; o lugar do masculino e de sua família de origem está marcado com um signo negativo, de modo que isso fica jogado para fora do lar.

A pergunta que surge é: por que a mãe adota um filho que traz para ela a marca do rejeitado? Para mantê-lo à margem, porém controlado? O espaço deixado para o paterno entra com um signo negativo. Para Angélica, essas seriam as marcas que Johnson traz de seu pai, de sua família biológica e da masculinidade, que o colocam à margem da família. Pensar no sangue como marca de diferença funciona como um obstáculo para pensar dentro da família, visto que assinala Johnson como condenado por ser diferente e por levar outro sangue. Isso aparece como um preconceito, que coloca o genético como destino discriminador das condutas dos que portam esse sangue.

Johnson parece não abandonar nunca a busca no espaço exterior à família, do que sente que lhe roubaram: seu pai. Ele procura fora do lar, sendo a rua o único lugar em que se sente realmente acolhido e querido. Quando fala de descobrir a rua como um lugar para poder “brincar”, ação essa relacionada ao prazer, Angélica atribui-lhe um teor negativo, vinculando a rua a atividades ilícitas, que acontecem “no mato”. Johnson procura nas bordas — da sociedade, da família, do estabelecido — aquilo do que foi despojado: seu pai e suas marcas masculinas. Se partirmos do princípio de intercâmbio social, todos, como seres sociais engajados, temos direito a ostentar uma filiação dada por dois genitores. Johnson parece não ter esse direito à filiação, respeitado dentro de sua família. Parece transmitir a necessidade de ter um pai, talvez pela necessidade de incorporar uma pertença social, já que todas as pessoas

que fazem parte do social têm pai. Johnson pareceria se perguntar por que ele não tem direito a ter um pai. Ao perceber que esse pai está vedado para ele, no interno da família, tanto porque morreu, abandonando-o, quanto por ser menosprezado e denegrido, procura algo na rua com os outros de fora. O filho parece desenhar uma busca que se perpetua, na medida em que não encontra respostas a ela. Também a sua procura seria de obter amor paterno, buscando aquela figura parental que o faça sentir-se aconchegado, narcizado, sustentado e, sobretudo, amado.

Por outro lado, vemos como a inserção social de Johnson é boa, porque acha uma rede social que o acolhe, que lhe permite brincar e se reconhecer como diferente em relação ao meio familiar. Vemos, desse modo, como o social não é posterior ao familiar, mas sim simultâneo, já que pode oferecer outra possibilidade para Johnson, diferente da que ele acha no lar familiar, permitindo-lhe um espaço para se subjetivar e se constituir.

Angélica aparece como uma mãe que não consegue narcizar o filho, porém, o filho se sente muito desamparado e sozinho, mas não deixa de procurar amor. A mãe também não consegue reconhecer Johnson em sua alteridade, como diferente dela, além das representações internas que ela tem dele. Ela tem uma representação sobre a maldade que o filho porta e não pareceria reconhecer nele nenhum outro traço que possa ser identificado como diferente e alheio às próprias representações internas. A presença que Johnson traz excede a representação que sua mãe tem dele, mas Angélica pareceria cobrir a presença do filho para não perceber isso. Se enxergasse a presença de Johnson como outro, diferente dela, teria que aceitar que ele é alguém, além ou aquém, de suas próprias representações internas. Anulando a presença de Johnson, anula igualmente a possibilidade de que se estabeleça um vínculo em que cada um se reconheça como outro para si e para o outro. Anulam-se, através desse mecanismo, as diferenças geracionais, as diferenças sexuais e as diferenças entre um sujeito - outro e outro.

O lugar de Johnson na família pareceria estar assinalado para ter uma identificação de características negativas, como aquele que “apronta demais, que fica fora, sujo”. Esse lugar pareceria fazer parte da herança paterna que ele leva no sangue. Angélica descreve a anatomia que ele traz conjuntamente com a figura do pai como “vindo de uma família que não é boa, nessa família todos morreram, eliminaram todos eles”. Isso se vincula ao fato de ser essa a família biológica da qual Johnson vem, e Angélica projeta nessa família as dificuldades que ela não consegue resolver, no relacionamento com Johnson, nem com sua própria história. A mãe projeta fora de si toda a responsabilidade pela maternagem de Johnson, situação essa da qual se omite, apesar de ter escolhido adotá-lo. Os traços paternos masculinos levam o desejo

de morte, desejo materno de erradicar as marcas paternas masculinas da outra família? Morte à qual Johnson não se submete, pois continua procurando fora.

Ao finalizar a sessão, Angélica conta sobre sua história pessoal, na sua família de origem, e fala das marcas da dor e da violência às quais esteve submetida. Fica claro por que o carinho e os traços que os unem através do afeto, na família atual, não conseguem circular entre eles, porquanto ela também não sabe como fazer que isso aconteça. Angélica apenas age de modo que, em sua família atual, se repita sua própria história de vida sem modificação alguma, ela não consegue escrever uma história diferente. Talvez, ao deixar anulado e fora o lugar paterno para seus filhos e o lugar masculino para ela mesma, não consiga modificar sua história, não deixando que entre nenhum terceiro, como figura de alteridade que a interrompa e modifique.

Nessa história, em que nenhum terceiro-alteridade-outro-diferente pode ter um espaço próprio, o afeto está interrompido em sua circulação. Angélica foi abandonada pela mãe, quando esta se suicidou, mas ela também é uma mãe que abandona e, apesar de adotar “por desejo próprio”, não consegue passar esse amor para o filho. Quando o esposo morre, a situação se repete, uma vez que ela vive a morte dele também como abandono. Porém, Angélica é abandonada e abandona, atuando ativamente aquilo que sofreu passivamente.

9.2 Um fazer em transferência

A possibilidade de que opere a função paterna, aqui, se conseguiria na medida em que eles cheguem a diferenciar a história de Angélica, como criança, da história de Johnson e Jéssica, como crianças. Seria importante que pudesse operar, portanto, a marcação de contextos distintos, sendo essa função de indicação uma das operatórias relacionadas à função paterna. Essa função ocorrerá na transferência, quando o analista se colocar como outro para eles, intercedendo entre os desejos maternos e os filhos, com suas subjetividades. Esse seria o eixo do trabalho analítico, que, depois, permitiria que se habilitasse a circulação da função paterna, no entorno familiar.

A transferência se desenvolve em dois níveis: um como repetição, no qual, nesse caso, permitiria os desejos maternos de morte circular sem restrição; e outro nível como fato de novidade, dado pela presença da analista e suas ações em transferência.

Aqui, a função paterna seria exercida pela analista como outro que tente descentrar as convicções maternas — por exemplo, o de que a anatomia de Johnson é seu único destino —

para novas complexidades psíquicas, que admitam a ambivalência e dêem suporte aos desejos de cada um para com os outros, sem ter necessidade de atuar na realidade para cumpri-los.

Somente na possibilidade de uma configuração diferente, que estabeleça uma nova vinculação entre eles, seria possível que se estabelecesse uma rede que os vincule como família, que trace laços com o social, espaços em diferença para cada um continuar na construção de sua própria subjetividade, assim como no enriquecimento do vínculo familiar.

Os nomes dos integrantes da família foram trocados, para preservá-los eticamente, contudo, na escolha do nome do garoto, eu escolhi Johnson – o que significa “son of John”, filho de John. Talvez possa pensar que essa seja uma busca em transferência, para tentar enlaçá-los no vínculo de filiação, mãe-filho, mas também como tentativa de traçar um laço que os una a todos eles, como família.

9.3 Uma família sem lugar para a “ajenidad”²⁵. Função paterna?

O que não parece poder ser aceito, nessa família, é o conceito de “*ajenidad*” – alteridade de cada um o respeito do outro. “A *ajenidad* propõe uma bidirecionalidade radical, a qual chamaremos de vincular. Na diferença, cada um propõe ao outro uma *ajenidad* heterogênea e, a partir disso, haverá uma assimetria irreduzível” (BERENSTEIN, 2004, p.64). Essa família não parece estar habilitada a se constituir, em seu interior, com uma presença de três para os três membros que a conformam. A aceitação da presença do outro é um conceito fundamental para a aceitação da *ajenidad* do outro.

Seria desejável compreender, no estabelecimento de uma nova situação vincular, que a “presença é novidade onde não a havia, não desestruturando o existente, mas suplementando o conjunto representacional com uma apresentação que depois instituirá outra representação, adicionando-lhe complexidade” (*ibidem*: 65). Seria diferente falar de uma situação na qual comparece uma mãe e de outra situação, de mãe, filho e filha como suas presenças no vínculo, com suas próprias subjetividades em vinculação.

Defrontamo-nos com uma dupla falta, nessa família: de um lado, a falta da *figura paterna*, de outro, falta da *função paterna*. “A função paterna implica uma operação de separação, relativização contextual, subjetivação. Entendida como a tensão entre um ideal e uma encarnação possível, que é por definição falida; e é precisamente pelo falido por onde o

²⁵ Usarei o termo “*ajeno*” em espanhol, tal como foi colocado no capítulo II, pois não acho na língua portuguesa nenhum sinônimo que o traduza com seu sentido próprio. O termo abarca a tradução de: estranho, estranhamento, alteridade, diferença radical.

filho pode fazer seu caminho” (GASPARI; GUTMAN, 1998, p.208). Pareceria que, apesar de não ter a presença paterna, a função paterna também não faz parte da estruturação familiar, habilitando um devir vincular. Porém, não surge um caminho de saída para os filhos, caminho que os levaria da endogamia à exogamia, escapando da família nuclear para procurar um contato com o social que os permita constituir sua própria história, para além da família de origem.

Remetamo-nos agora à teoria, para tentar ilustrar depois o caso clínico.

A estrutura familiar inconsciente é um conjunto de lugares e funções que estão relacionadas entre si. Esse relacionamento dos lugares e funções possibilita ordenar os sentidos que circulam nela. O importante é que o sentido é relacional, ou seja, que surge das relações entre os termos e não depende dos termos em si.

A função paterna surge por uma série de oposições entre aspectos, valores, funções, no qual o sentido não tem a ver com qual é a pessoa que o encarna, ou que pessoa está colocada em que lugar da estrutura (por exemplo: se o pai encarna a função paterna ou se é uma mulher que o faz), mas o importante é que sentido isso faz para eles.

A Psicanálise sustenta que cada sujeito tem sentimentos diferentes, que, por sua vez, geram sentidos. Os afetos contraditórios ou opostos são contidos no conceito de ambivalência, já que, no mesmo sujeito, podem aparecer esses sentimentos ao mesmo tempo, achando-se em um sujeito só. Quer dizer, um pai pode ter aspectos contraditórios que se solucionam ou que cobram sentido, na atribuição de diferentes aspectos. Por isso, um menino pode se identificar com seu pai no que tem a ver com a genitalidade e tomar para si um aspecto materno, que acompanhe essa definição genital, tal como o carinho ou a ternura. A identificação genital lhe permitirá escolher um objeto do mesmo modo que seu pai fez (uma mulher), todavia, simultaneamente, na forma de se relacionar, pode estar influenciado por outro afeto proveniente da mãe (ser impulsivo como ela).

Nos casos das famílias monoparentais em que não se tem um pai presente, da mesma forma isso será feito. Cada ser humano tem afetos contraditórios e exige que o filho os ordene como ele puder, a fim de outorgar-lhes um sentido, para constituir sua identidade.

No complexo de Édipo e na estrutura familiar, quando o pai está em exercício da função paterna, este tem que cumprir com três proibições: impedir o relacionamento infantil de sua esposa com seu pai, obstaculizar a proximidade excessiva de seu filho com a mãe e impedir sua própria aproximação com seu filho/a. Tolerar sua temporária exclusão do relacionamento mãe-bebê. Indicar as diferenças entre os lugares e as funções na estrutura

vincular. E marcar seu filho/a como objeto de desejo e de ódio, permitindo sua saída para a exogamia, com vistas a continuar com a linhagem.

Nas famílias monoparentais, caberia nos perguntar como essa função se exerce sem a figura do pai, para encarnar a dita função. Poderíamos pensar que a função paterna esteja encarnada em toda a situação em que se configure como outro-terceiro, constituindo-se como importante e valorizado para a mãe, já que, desse modo, se interporia entre o desejo materno e o filho. Essas situações poderiam ser, por exemplo: o trabalho da mãe, na medida em que ocupe um lugar de preferência para ela, o círculo de amizades, a inserção social e tudo aquilo que faça com que a mãe não fique “grudada” nos filhos e lhe permita sair para a exogamia também ela. Vemos como o meio social, na medida em que seja tido em consideração pela figura materna poderia operar como terceiro interdito, habilitante para todos os membros da família. Esse seria um ponto importante para pensar a forma em que os filhos possam achar uma saída da família de origem, para se inserir na cultura. Esse seria o sentido que daria circulação à estrutura familiar, já que o social entraria, outorgando uma significação que viria de fora, atravessaria a figura da mãe e seria transmitido ao filho, habilitando-o para sua saída²⁶. Esse seria um ponto de grande preocupação para essas famílias, já que, nas consultas, aparece como o que mais os angustia.

Essa função paterna também deve estar outorgada a partir do lugar materno. A mãe terá que “dar um lugar ao pai, que o terá uma vez que a mãe tenha dado lugar a um homem que será seu marido ou equivalente, a quem verá como alguém diferente de si mesma, assim como de seu pai e seu irmão” (BERENSTEIN, 2007:100) Vemos como as funções vão se configurando uma em conjunção com a outra, de sorte que o estabelecimento de uma função traz a conformação da outra, sempre em co-produção dentro da estrutura familiar.

A mãe, posicionada em seu lugar materno, precisa ter uma situação de terceiro ao lado que a ajude a se desvincular das figuras primárias infantis, restos da resolução edípica que serão selados nos relacionamentos sexuais adultos, através das vinculações com o outro. Essa situação é paradoxal, pois a mulher precisa de alguém, diferente, outro, para se separar de figuras infantis às quais tem que renunciar a continuar sendo amada. Quando essa situação falha, ou seja, que o parceiro-terceiro não consegue ajudar a mulher a perder os restos edípicos e soterrá-los, isso traz um profundo ressentimento no vínculo com o outro, visto que a mulher não se sente ajudada a se desligar de suas ataduras infantis.

²⁶ O sentido da circulação ganha significação à luz do conceito de estrutura familiar inconsciente.

Angélica pareceria transmitir ressentimento pelos vínculos falidos com seu parceiro, já que o pai de Jéssica e de Johnson não conseguiu ajudá-la a separar-se. Entretanto, ela não conseguiu igualmente construir um espaço de alteridade e diferença para si. Pareceria que ela não habilitou ninguém, nem deixou alguma pessoa fazer marca nela, de diferença alguma. Em acréscimo, deveríamos levar em conta o sentimento de abandono que Angélica sente, porque esse homem a abandonou, quando morreu, a sua própria sorte, com dois filhos pequenos, os quais dele também precisavam.

A função paterna não surge só pela presença de um pai, porém é uma função que envolve todos os membros da família. Como poderia se construir a função paterna, como função, para uma mulher-mãe, em uma família monoparental? Aqui pensamos na possibilidade de se criar para a mulher-mãe um espaço de incerteza, um espaço de não completude, um espaço de pergunta que assinale o inacabado, o limitado dos não saberes. Talvez nessa pergunta sem resposta se abra um espaço para a alteridade do outro, no espaço psíquico materno.

A função paterna também seria sustentada, complementada, suplementada pelo complexo fraterno. Nas famílias atuais, nas quais impera uma horizontalidade entre seus membros, junto à caída da supremacia do lugar do pai, se constroem outros arranjos para a instalação da proibição do incesto. O questionamento da vigência da proibição do incesto a partir da lei paterna acompanha-se da assinatura ao complexo fraterno de um valor estruturante na constituição do psiquismo. [...] O vínculo fraterno é um laço que para ser instituído precisa organizar-se a pesar do pai, ou além do pai, e não por prescrição paterna.... O complexo paterno inscreve a diferencia geracional e o fraterno a garante. (BERFLEIN, 2003, p.212).

Jéssica e Johnson não conseguiram estabelecer o complexo fraterno que os poderia sustentar em uma posição de diferença e alteridade. A filha parece colocar-se ao lado da mãe como parceira, estabelecendo-se assim, nessa família, duas frentes, uma feminina e outra masculina. Dessa maneira, essas mulheres não deixariam entrar diferença alguma, que, partindo de um lugar diverso ao de suas próprias subjetividades, lhes permitisse fazer-lhes marca. Marca de alteridade, marca de finitude, marca do inacabado que abre a construção de novos cenários e possibilidades possíveis.

Diante dessas impossibilidades, aparece o espaço analítico como favorecedor e esclarecedor de espaços possíveis de ser preenchidos de subjetividade, na medida em que sejam construídos.

9.4 Quando a função paterna é uma possibilidade a ser construída: Cidade dos Homens

Tomo agora como exemplo um filme atual, que interroga sobre o lugar do pai, na favela carioca: *Cidade dos Homens*. O filme focaliza a paternidade no Brasil.

Acerola e Laranjinha, os protagonistas, são dois garotos amigos, de dezoito anos, que moram no morro do Vidigal, no Rio de Janeiro. Acerola (interpretado por Douglas Silva) é pai precoce. Ele tem um filho de dois anos e, quando sua mulher arranja emprego em São Paulo e parte, tem que assumir o cuidado do filho. Laranjinha (interpretado por Darlan Cunha) é filho de pai desconhecido e quer descobrir suas origens: vai atrás dos traços de seu pai e o encontra na cadeia. Os dois jovens tentam fugir do crime e da oferta do tráfico, que acontece na favela. Conseguem ir além do que o morro oferece, apoiando-se na amizade que constroem entre eles, que quase poderia ser chamada de uma dupla fraterna. A violência na favela e o tráfico aparecem como “telão” de fundo para os dramas pessoais que os atravessam. A amizade deles os protege da violência e, em certa medida, os isola do contexto social, fazendo com que sua busca os faça se questionar até sobre sua própria identidade masculina, passível de se constituírem em pais, se eles assim o desejarem. A pergunta que sempre retorna, entre eles, é: você quer fazer com que seu filho viva do mesmo jeito que a gente viveu – sem pai? Esse questionamento aparece de modo recorrente, no filme; nos momentos em que estão a fim de repetir as histórias vividas, a pergunta parece salvá-los da repetição de modelos familiares.

A dupla consegue escapar ao destino de fazer parte do crime, na favela, por meio da procura conjunta. Laranjinha é acompanhado por Acerola para conhecer seu pai, na cadeia, encontrando um pai enfraquecido, preso, que só parece poder oferecer-lhe o mundo do roubo e da cadeia. No entanto, esse pai o reconhece finalmente como filho e, apesar de voltar para a cadeia, quando fica livre, deixa-lhe como herança uma moradia fora da favela.

Vemos como os protagonistas acham um caminho de saída da favela, no processo que desencadeiam, ao responder à pergunta: que é ser pai? Eles saem da favela juntos, apoiados na amizade que os une, em uma cumplicidade fraterna. Por outro lado, conseguem com que Acerola se faça dono de seu lugar de pai, levando junto seu filho para morar com eles. No fim, partem da favela para se dirigir à moradia que o pai de Laranjinha deixou para ele como herança.

Eles se reforçam mutuamente, tendo como base a aliança fraterna estabelecida entre os amigos, o que leva a Acerola a tomar conta do filho, cuidando dele, apoiando-se na procura conjunta que fazem da paternidade

Quando questionado sobre o objetivo do filme, o diretor Paulo Morelli enfatiza: “[...] mais até do que a paternidade, o que me interessa é o legado. O que os pais deixam para seus filhos?” (MERTEN, 2007, p. D2a) E conclui: “[...] o filme termina com uma nota de esperança, por que não?”

Os comentaristas citados no jornal *O Estado de S. Paulo* fazem uma ressalva, que vale a pena ressaltar, a qual tem a ver com a incidência do contexto social brasileiro como espaço de privação, que enfrentam os pais brasileiros de baixa renda, na impossibilidade de providenciar um sustento para sua família. Como o substrato social não dá espaço a esses pais, na trama social laboral, é nas famílias brasileiras que esse pai é deixado fora, já que se apresenta como uma figura falida, por não providenciar sustento econômico ao lar.

O tema da paternidade é assinalado como um tema recorrente, no cinema brasileiro, talvez porque denuncie uma situação que questiona sobre o lugar paterno e sua inserção, no contexto social. Um dos artigos em que se comenta o filme *Cidade dos Homens* é intitulado *Os órfãos de um país atrás da autoridade do pai*, relacionando, portanto, a situação dos cidadãos que o Estado deixa órfãos e que, por sua vez, saem à busca da autoridade paterna perdida. Antonio Gonçalves Filho destaca, nesse artigo:

No mundo globalizado, sem lugar para o chefe de família, ameaçado pelo desemprego e descartado como provedor, o pai está ausente. Os filhos aproveitam, mamando no seio da mãe estuprada pelo mercado e já sem forças para resistir ao assédio edipiano. Isso não significa que eles abdicaram da busca ao pai ausente, que interdita e impõe a ordem. Contudo, não é esse pai que buscam os desamparados Acerola e Laranjinha, mas um com características de mãe protetora, que divide o pão, a carne e libera geral. (GONÇALVES FILHO, 2007, p.D2b).

Poderíamos afirmar, junto com o comentarista, que o contexto socioeconômico no qual estão imersas as famílias brasileiras de baixa renda é o pano de fundo que condiciona a situação dos pais brasileiros. O social não providencia aos homens-pais a possibilidade de inserção no mercado de trabalho, para que possam sustentar economicamente a sua família. Essa seria outra das variáveis que fazem com que eles fiquem por fora das famílias, na medida em que não têm aporte algum para fazer para os seus. Pensando no lugar da mãe, no filme, a única mãe que aparece abandona seu filho e seu esposo, diante da oferta de trabalho, em São Paulo, para não ficar fora do mercado; todavia, o preço que paga é alto, pois abandona sua

família. O mercado de trabalho aparece novamente como não habilitador de um lugar subjetivante para os pais dessas famílias.

O filme coloca em questão como Acerola e Laranjinha podem construir um lugar masculino para eles, além e aquém da figura do pai. Por outro lado, eles fazem uso da função paterna como eixo orientador, diretor e ordenador de uma lei que vá além deles e que é prescrita para todos os homens que integram o laço social humano. Função paterna indicadora do cumprimento do tabu do incesto, de uma ordem estabelecida para todos os homens e de inclusão daqueles que aceitem essas leis, conjunção por sua vez da função paterna e das redes sociais. Essa função paterna não se relaciona necessariamente com a presença de um pai, porém com um exercício passível de ser colocado por outros membros da família e das redes sociais. A função paterna é solidária com as redes sociais, ao outorgar um lugar ao outro como diferente, visando a fazer com o outro. Geram-se assim situações de hospitalidade, que se produzem no vínculo de amizade e das redes sociais, em geral.

A sociedade, com suas falhas, mas também com seus acertos, estabelece através do fortalecimento das redes sociais, tais como na amizade, uma expressão de possibilidade do exercício da função paterna. Desse modo, o fraterno que se institui na amizade, tal como no filme, é o que garante a função paterna, no social.

O pai, no filme, é requisitado como pessoa que providencia afeto, como figura presente e não como adulto que abandona.

Retomando o tema das famílias monoparentais, é o caso de indagar: isso poderia ser construído nessas famílias? Os filhos, que são os grandes argüidores nas famílias que consultam, não estariam em uma dupla procura – procura do pai, por um lado, e, por outro, da instalação, além da figura do pai, da função paterna? A mãe, que consulta uma profissional, que faz parte de um ordenamento hospitalar que elas respeitam, não estaria em busca de algum terceiro que interceda?

As famílias que apresentam queixa e consultam denunciam um conflito que não conseguem resolver, e a base dessa angústia se dá por um relacionamento entre eles no qual a função paterna é falha e produz um sintoma. O social, com suas redes, faz um assinalamento que “indica” uma direção, especificamente da consulta com outro: o psicanalista, que, em sua função de delegado do social e das redes sociais, se coloca em um lugar de terceiro que regula, lugar determinado pela função paterna. A ferramenta fundamental de trabalho é a transferência. Frente à presença do analista, a transferência impede a repetição de uma não inclusão de outro, através do uso de um fazer transferencial em diferença, com a inclusão de

um espaço de terceiridade. Opera desse modo a função paterna, já que, no processo terapêutico, o analista e suas intervenções não podem não ser incluídos, pois, por meio dos gestos, as interpretações e a presença mesma, o analista age como terceiro incluído em uma transferência de não repetição, a qual reflete a função paterna de que eles estão à procura.

Nessa perspectiva, seria importante pensar como a construção dessa função paterna seria possível, nessas famílias.

9.5 Nona Sessão

Angélica: - Eu não quero que você se mate, andando de bicicleta à noite na avenida.

Johnson: - Se eu quiser me matar e tiver que acontecer, não adianta evitar... Se tiver que acontecer alguma coisa com você, não adianta evitar. Eu quero morrer fazendo o que eu gosto. Minha mãe não me deixa fazer coisas, como andar de bicicleta pelas ruas. Eu gosto de passear de bicicleta, agora não tenho bicicleta. Eu gosto de fazer manobras na *bicicross*, mas eu destruí a bicicleta.

Angélica: - Ele montou a bicicleta toda.

Johnson: - Comecei a montar a bicicleta desde que meu pai faleceu; eu estava montando a bicicleta com ele [...] Eu a terminei de montar no Dia dos Pais, com a bicicleta eu lembro dele.

Psicanalista: - Esse foi o momento em que a morte bateu forte em suas vidas.

Johnson: - Eu tinha oito anos.

Psicanalista: - Como aconteceu a morte de seu pai, Johnson?

Johnson: - Falaram que era uma bala perdida, deram cinco tiros nele.

Angélica: - No papel, falavam isso, eu falei que era um ajuste de contas.

(Johnson começa a chorar, muito angustiado).

Angélica: - Ele levou Johnson para escola e, quando voltou, mataram ele. Ele voltou pelo caminho de cima e, na volta de cima, aí mataram ele.

Johnson: - Minha mãe guarda muita coisa negativa, ela guarda as mágoas, não as boas. Ela guarda que meu pai bebia, que batia nela. Eu tento guardar as boas.

Psicanalista: - Conte das lembranças boas que você tem com seu pai.

Johnson: - Eu guardo as lembranças dos churrascos na casa da avó, do clube a que toda a família de meu pai ia, eu me divertia com eles. Lembro das festas. Eu lembro quando fui pescar com ele, eu peguei meu nariz (ri). O primeiro peixe que pesquei me arrastou. Minha irmã Jéssica foi junto, também. Eu guardo as coisas boas. Uma vez, num jogo de futebol, ele

me deu um chute porque eu pulei alto, ele me botou de castigo, e eu desci da grade e ficava lá embaixo. Eu chorei e dei risada com ele. Eu não tento lembrar das coisas ruins. Como aquela vez que ele me botou de castigo, eu ficava na rua e brigava e aprontava, eu não era direito, por isso ele me botava de castigo.

Johnson: - Quando ele faleceu, eu fiquei olhando pela janela, para o parque onde mataram ele, sem dormir. Dois dias assim.

Nessa sessão, escutamos sobre a dor pela perda do pai adotivo de Johnson e pai biológico de Jéssica. Vemos como o menino tenta fazer uma reconstrução dos momentos de afeto vividos com o pai, guardando as lembranças para se identificar e continuar se construindo, subjetivamente. Johnson traz momentos tanto de carinho como de fixação de limites, com que ele se defrontou, durante o relacionamento com o pai. A possibilidade de resgatar essas lembranças na transferência poderia fazer com que ele se recuperasse da morte violenta e traumática do pai, para tomar contato com a vida. Johnson consegue continuar com a tarefa começada em companhia do pai, armando sua bicicleta e desfrutando do fato de usá-la, quando a deixa pronta, no Dia dos Pais. Apesar de não ter a permissão da mãe, para que ele ande de bicicleta, Johnson faz bom uso dessa possibilidade de andar de bicicleta, recuperando através disso o pai, internamente.

Jéssica, embora não estivesse presente nesse dia, na consulta, não consegue relatar, em outras sessões, lembranças de momentos de afeto e carinho vividos com o pai, tal como Johnson vai recuperando para si, na sessão. Apareceriam os irmãos com diferenças nos vínculos estabelecidos com o pai. Talvez isso explique por que eles não conseguem tecer um vínculo fraterno forte, que os ajude a se sobrepôr à perda vivida e os fortaleça dentro da estrutura familiar.

Angélica pareceria não conseguir acompanhar afetivamente o trânsito que Johnson faz, nessa sessão, percurso de recuperação do pai morto, para introjetá-lo, se identificar e elaborar a morte dele. Angélica fica quieta na sessão, perante a reconstrução que o filho faz e parece não dar importância ao que ali está sucedendo. A mãe não consegue fazer um resgate dos aspectos vitais que ficaram do pai de seus filhos e parceiro dela. Ela pareceria impossibilitada de contatar com aspectos vitais para ela mesma, porém muito menos conseguiria fazer isso para os outros à sua volta. Na sessão, Johnson oferece apoio, no vínculo com sua mãe, mas ela não parece poder aproveitá-lo.

Na elaboração em transferência, Johnson vai construindo para si uma figura paterna que dá amparo e, por sua vez, ordena e indica. Constrói assim aquilo que sua mãe não

consegue fazer para ele: um espaço de valia para o pai, através da elaboração do luto pela sua perda. Recupera a função paterna para si, além do pai e da mãe. Assistimos a um momento de construção em análise.

Alguma resposta Johnson está nos dando, acerca das possibilidades de construir ligações em análise, nas famílias monoparentais, ao lado da figura do pai e da mãe. Construções de funções que consigam circular nos vínculos familiares, sem estar só relacionadas às figuras parentais. Os funcionamentos vinculares das famílias monoparentais podem criar as diferentes funções que armam uma estrutura vincular, funções não só relacionadas a lugares, mas sim às possibilidades de cada estrutura familiar.

X. À GUISA DE CONCLUSÃO

Elaborar conclusões a partir de uma pesquisa qualitativa psicanalítica é uma tarefa difícil. No entanto, pretendo aqui sintetizar as linhas de pensamento e questionamento que foram se construindo, no decorrer do trabalho, e que deixam em aberto muitas questões para continuar pensando e pesquisando.

O presente escrito se originou de uma questão sobre os vínculos familiares em famílias monoparentais que aparecia e insistia. Passei a me questionar se o funcionamento dessa organização familiar seria diferente do de outras famílias.

Na Introdução, assinalo que essa pesquisa teórico-clínica se desenvolveria ao modo de uma elipse, indo e voltando entre dois pontos: por um lado, as situações clínicas nas famílias monoparentais e, por outro, a teoria das configurações vinculares. Através desse movimento pendular, procurei traçar uma trama, um “enramado” e um pensamento que desse conta da intrínseca relação entre os dois focos.

Entre os elementos comuns encontrados nas famílias monoparentais pesquisadas, vale a pena destacar alguns pontos comuns:

A. Nas famílias monoparentais, defrontamo-nos de uma maneira muito acentuada com uma dificuldade fundamental: *a de reconhecer o outro como outro*, como se houvesse uma dificuldade estrutural de considerar e pensar o outro em sua alteridade, em sua diferença, como outro propriamente dito.

Na sua conformação, a família marca ao mesmo tempo um momento de constituição e de ruptura narcísica. De constituição, na medida em que, no vínculo novo, os sujeitos que conformam uma situação vincular inédita se mostram com suas presenças e suas peculiaridades próprias e únicas; de ruptura narcísica, na medida em que, no ingresso em uma nova configuração familiar, cada sujeito tem que dar espaço para outro pertencente a outra família, com modos e formas de significar os vínculos familiares e sociais diferentes e diversos aos próprios. Estamos falando aqui de uma passagem do *um* ao *dois*.

Nas famílias pesquisadas, constatou-se uma maior dificuldade nessa passagem. Nelas, parece predominar — tanto no psiquismo da mãe quanto no dos filhos — um pensar sobre o *um*, sem permitir se ter em conta o alheio do outro, em sua diferença. Como indicador dessa dinâmica, encontramos um discurso familiar em que predominam comunicações monológos,

sem trocas que denotem *duas* presenças provenientes de sujeitos diferentes, dois outros, em vínculo. Quando o diverso aparece no discurso familiar, não é aceito; é barrado pela impossibilidade de permitir um espaço para ele. Isso acarreta diálogos violentos, acusações de uns contra os outros, impossibilidade de escutar e de olhar, constituindo um discurso familiar no qual os excessos denotam o alto montante de angústia que os atravessa. Penso que essa conflitiva é o elemento gerador principal de angústia, de sofrimento vincular e o motivo central da demanda.

B. A novela familiar se constitui como um discurso em que se incluem mãe e pai, para fazer um filho. Do ponto de vista biológico, são necessários dois gametas sexuais diferentes para conseguir uma gravidez. Essa situação, que na aparência tem a ver apenas com a biologia, na realidade traz conseqüências psíquicas para os sujeitos e seus vínculos familiares. O modelo biológico aparece aqui como base para pensar na conformação do casal, já que essas mulheres, mães das famílias monoparentais, precisam sem dúvida do sêmen do homem – pai biológico – para engravidar. Nas famílias monoparentais, a sexualidade entre a mãe e seu parceiro está marcada muitas vezes por um movimento inconsciente, que parte do lugar materno de não reconhecimento e aceitação de *dois* sujeitos como diferentes para formar e procriar *um* filho. Talvez isso esteja desenhando uma forma peculiar de desejo entre dois sujeitos, no espaço no qual não têm um encontro em si. Uma hipótese possível para poder entender esse funcionamento familiar aponta para o predomínio de uma fantasia inconsciente na mãe, na qual ela rouba o sêmen do pai. No entanto, mesmo que no inconsciente prevaleça a relação entre objetos parciais, continua presente a necessidade do *dois*, veiculador da diferença.

No relacionamento com o homem, a mãe aparece roubando o que ele tem e que ela precisa, para cumprir com seu anseio pessoal de ter um filho. Porém, estaria procurando um *genitor*, doador de espermatozóides. A parentalidade surge depois, como “acaso”. Nesse momento, essas mulheres-mães decidem tomar o encargo do filho, na hora em que esses homens-pais se desentendem de seu lugar parental, assim se conformando a família monoparental por decisão materna. Apareceria um abandono, por parte do *genitor*, de se apropriar de seu lugar de pai, ao mesmo tempo em que abandona a mãe, na parceria da parentalidade. Isso acarreta que, por momentos, essas mães se mostrem muito agressivas com os filhos, desbordadas e sem contenção, talvez reagindo dessa maneira frente à solidão na função materna, sem o parceiro do lado.

Ditas famílias seriam a evidência do predomínio da biologia, na medida em que precisam do espermatozóide para conformar-se, mas esse produto biológico apareceria distanciado da subjetividade. Por outro lado, a subjetividade não pode não necessitar do vínculo com o pai. A modalidade biológica parece ser a marca indelével das famílias monoparentais, aquilo que não pode ser anulado nem depreciado, pois marca um começo impossível de ser apagado. A biologia parece como marca, além do psiquismo materno.

C. Mas os homens-genitores não reivindicam para si o lugar de pai, não se encarregando dos filhos que geraram, deixando sua progênie só nas mãos das mães. Talvez eles se sintam tão frágeis que não poderiam tomar conta de sua herança. No entanto, por outro lado, sentem a força da presença materna que não pareceria habilitar um lugar de alteridade, de *ajenidad* para os outros. Dessa maneira, apresenta-se uma família composta pelo vínculo de mãe e filhos.

D. O contexto social surge como o lugar comum, o pano de fundo no qual se inserem, se sustentam e se desenvolvem os grupos familiares. Nas famílias monoparentais, o contexto vem desenhando um espaço que consegue sustentar muito pouco, bem como dar pouco apoio como marco a tais famílias. O desenvolvimento da subjetividade dos membros dessas famílias estaria atravessado por situações de perda e desamparo. O entorno social pareceria deixar os homens-pais-*genitores* sem a possibilidade de se colocar como os provedores do lar, sem conseguir alcançar o que seria um lugar de participação e engajamento familiar. Os diferentes autores descrevem uma família sem hierarquias, nas quais os homens não se colocam no lugar de pai, e isso reserva para as mulheres-mães todos os espaços reservados para os adultos, na parentalidade. A situação desse tipo de família poderia se descrever como de desamparo social, seja por se tratar de um lar com uma figura parental somente— o que diminuiria a renda familiar, não tendo outra fonte de recursos—, seja porque deixa a mãe e filhos em uma situação de abandono, pela ausência paterna, seja ainda por se tratar de mães jovens com pouco preparo, seja finalmente por se tratar de mães negras.

E. Tem-se registrado, no Brasil, uma importância crescente, dentro dessas famílias, do matriarcado negro.

F. Esses são todos dados coincidentes nas pesquisas sobre o tópico. Esses índices colocam as famílias monoparentais geralmente em uma faixa da população mais desfavorecida, constituindo, por sua vez, as famílias de baixa renda.

Na configuração familiar, essas famílias ficam com o lugar parental ocupado por um dos pais: a mãe, conformando a família junto aos filhos. No funcionamento inconsciente, essas mães tentariam desmentir o lugar do pai, lugar de outro, outro masculino necessário para fazer um filho. Elas pareceriam pretender fazer desaparecer o lugar paterno da conformação da família. Talvez o que a mãe, sim, possa fazer é descartar a figura do pai, o pai como pessoa; mas ela nunca vai conseguir fazer desaparecer o lugar paterno. O lugar paterno não se desfaz, porque está assinalado pela língua; ele é parte da linguagem, não pode ser anulado da família, já que integra a cultura. O lugar paterno carrega uma marca que provém do social.

Uma questão que insiste e que sustenta a hipótese antes assinalada aparece, na pesquisa, na fala de Angélica, quando descreve seu lugar parental como "mãe e pai ao mesmo tempo". Ao se tratar de uma parentalidade monoparental, ela poderia dizer: "sou mãe", sem ter a necessidade de fazer menção ao pai, mas isso não acontece. No discurso familiar monoparental, vemos como a mãe faz uso da negação, para tentar anular a necessidade do *dois* para constituir a parentalidade, todavia toda negação traz implícita no inconsciente a asseveração do que, sim, se precisa.

No discurso de outra família monoparental — a de Rose e seus filhos—, poderíamos citar aqui a pergunta que insiste, quando Valéria questiona, na sessão: "Meu avô morreu. Cadê o pai?" Diante da não resposta, a analista recoloca a pergunta, e a tia responde: "O tio já está chegando". Mas essa resposta não pareceria ser suficiente para essa família, já que a pergunta persiste, novamente na fala de Miguel, de sorte que, quando a analista a repete, Rose, colocada em seu lugar de mãe, fala de Marcos, o pai – *genitor* de Miguel. Vemos aqui, na família, um trânsito do lugar paterno; primeiramente ocupado por um tio, que tentaria desmenti-lo, verifica-se a aceitação de que esse lugar existiu e esteve ocupado por um *genitor*, que, na análise, parece recuperar seu nome: Marcos.

G. Os filhos, nas famílias pesquisadas, aparecem como aqueles que denunciam situações familiares não aceitas por eles. Através de suas palavras e seus atos, pareceriam revoltar se frente à tentativa materna de anular o lugar paterno, tanto como terceiro quanto como homem. Em suas falas, discordam do discurso materno, ou se isolam e não se

comunicam com a mãe, enquanto, no espaço social, realizam *acting outs*. Essas situações de desentendimento familiar produzem a crise familiar que acaba muitas vezes constituindo a razão pela qual essas mães consultam. Geralmente, essa dificuldade no relacionamento familiar se dá entre a mãe e seus filhos adolescentes homens, já que, com as filhas mulheres, crianças ou jovens, isso não parece ser uma preocupação.

O que pareceria quebrar o relacionamento familiar anterior seria a aparição dos corpos masculinos dos filhos adolescentes, que irrompem como algo novo no espaço familiar. Por sua vez, as mães reclamam pelos fortes e maus cheiros que eles trazem, e pelas roupas e calçados que eles destroem e rasgam. Isso as leva a enxergar, no crescimento dos filhos, fundamentalmente a aparição dos caracteres masculinos, que os posiciona no lugar de homens. Seria o aparecimento dos corpos masculinos dos filhos aquilo que não poderia ser aceito na família, entretanto, fazem aparecer aquilo que tenta ser anulado, no discurso familiar: o lugar do homem. Esses fatos nos levariam a concluir que, na estrutura familiar inconsciente das famílias monoparentais, o espaço para o masculino figuraria barrado, já que é diferente do corpo adulto materno e dos corpos infantis dos outros filhos. Os filhos jovens denunciam um não lugar para eles, em uma tentativa de criar, no espaço familiar, esse lugar masculino que lhes pertence. As mães tentam anular o lugar do masculino, mas os corpos jovens masculinos dos filhos surgem, desmentindo dita anulação.

H. São os filhos jovens os que introduzem nessas famílias aspectos novos, que incluem o externo; eles trazem para o espaço familiar a rua, o trabalho, a escola, deixando assim um acesso à terceiridade, ao alheio do outro, ao *ajeno*. Na tentativa materna de desqualificar o lugar masculino que eles introduzem, os filhos insistem. Isso provoca um conflito familiar, o que conduz à consulta.

Portando os corpos masculinos, os filhos aparecem como terceiros, dentro da estrutura familiar inconsciente, constituindo espaços novos, de novidade e alteridade. Os lugares da estrutura familiar inconsciente se co-determinam, porém a família monoparental não se diferencia da família nuclear, nessa conceituação.

A alteridade é dada a partir do espaço social, como um terceiro que opera entre a mãe e os filhos e possibilita, dessa maneira, desenvolver a subjetividade vincular, complexizando os vínculos e as subjetividades individuais. Vemos como o meio social, na medida em que seja tido em consideração pela figura materna, poderia operar como terceiro interdito, habilitante para todos os membros da família. Esse seria um ponto importante para pensar a forma com que os filhos possam achar uma saída da família de origem, para se inserir na

cultura. Esse seria o sentido que daria circulação à estrutura familiar, já que o social entraria, outorgando uma significação que viria de fora, atravessaria a figura da mãe e seria transmitido aos filhos, habilitando-os para a saída.

I. Poderíamos concluir que, fundamentalmente, a queixa que as famílias monoparentais trazem à consulta denotaria uma falha na função paterna, função que dá lugar à alteridade, ao diferente, ao alheio, como função que indica um além da figura da mãe e dos filhos, interditando-os e estabelecendo uma terceiridade. A função paterna não surge nem se relaciona necessariamente com a presença de um pai e sim com um exercício que impõe uma ordem sobre todos os membros da família e que pode ser colocada por membros tanto da família como das redes sociais. A função paterna é solidária com as redes sociais, ao outorgar um lugar ao outro como diferente, visando a fazer com o outro. Geram-se assim situações de hospitalidade nas redes sociais, que podem se produzir, por exemplo, no vínculo de amizade, criando laços similares aos laços fraternos, como no caso da amizade entre Acerola e Laranjinha, no filme *A cidade dos homens*.

A função paterna surge por uma série de oposições entre aspectos, valores, funções, em que o sentido não tem a ver com qual é a pessoa que o encarna, ou que pessoa está colocada em que lugar da estrutura, mas o importante é que sentido isso faz para eles. A função paterna deve igualmente estar outorgada a partir do lugar materno. Vemos como as funções vão se configurando, uma em conjunção com a outra, e o estabelecimento de uma função traz a conformação da outra, sempre em co-produção dentro da estrutura familiar.

A função paterna estaria encarnada em toda situação que fique colocada como outro - terceiro, constituindo-se como importante e valorado para a mãe, interpondo-se entre o desejo materno e o filho. Essas situações poderiam ser, por exemplo: o trabalho da mãe, na medida em que ocupe um lugar de preferência para ela, o círculo de amizades, a inserção social e tudo aquilo que faça com que a mãe não fique “grudada” nos filhos e lhe permita também sair, ela própria, para a exogamia.

Na família monoparental, a mãe encontra-se em solidão para outorgar um espaço à função paterna, porém pensamos na possibilidade de se criar para a mulher-mãe um espaço de incerteza, um espaço de não completude, um espaço de pergunta que assinale o inacabado, o limitado dos não saberes. Talvez nessa pergunta sem resposta se abra um espaço para a alteridade do outro, no espaço familiar. O vínculo na família seria um espaço privilegiado para pensar e para criar, abre-se como uma possibilidade para construir um fazer com outros,

na procura conjunta de achar formas de resolver e de estabelecer novos modos de funcionamento, nas situações que as famílias se vêem na contingência de enfrentar.

O espaço psicanalítico vincular apresenta-se como o enquadre privilegiado, no qual se podem fazer circular sentidos diversos em transferência, outorgando possibilidades de enriquecer os vínculos nas famílias. A análise nas famílias monoparentais aparece como lugar de restabelecimento do “*dois*”, da alteridade, de constituição de relacionamentos em novidade. Trabalho com a alteridade, com a *ajenidad* do outro, como eixo fundamental. Ao ser a proposta a de um trabalho vincular, oferecemos a essas famílias um lugar no qual possam redefinir-se de maneira diversa os sentidos outorgados nos diferentes momentos de vida das famílias, abrindo a possibilidades novas de enriquecimento nos vínculos, com os outros da família, em transferência, ampliando a circulação, ao dar-se entrada a uma ordem comum a todos os homens, outorgada pela cultura.

No transcurso do trabalho clínico com as famílias monoparentais, defrontamo-nos com uma transição ao sentido outorgado à figura paterna, que primeiro aparece só como pai biológico, evoluindo, com o trabalho psicanalítico, para o lugar da função paterna, doadora de alteridade, de um terceiro que interceda entre mãe e filhos, lugar de indubitável aparecimento da necessidade do *dois*, já que a subjetividade do filho, para ser constituída, não pode prescindir do terceiro, do outro, do alheio.

Esta pesquisa deixa em aberto, como questão para pensar: por que esses pais não se colocam e não tomam para si o lugar parental que lhes pertence? Nas famílias pesquisadas, o espaço parental está ocupado pelas mães presentes à consulta, não se achando o pai nas mesmas condições. Porém, as leituras psicanalíticas baseiam-se nos discursos maternos escutados na família, restringindo a contribuição da presente pesquisa a inferências sobre a figura paterna. Isso pode ser pensado como uma limitação deste trabalho, mas também como uma porta aberta como tarefa a ser continuada por outros, em investigações psicanalíticas futuras.

Voltando ao trabalho analítico, no que a clínica é soberana, apelamos a Johnson, que nos sugere alguma resposta ao construir, na transferência, um espaço para a figura paterna e para o masculino. Ele reconstrói, na sessão, o momento em que, depois da morte do pai, continua armando a bicicleta que tinham começado a armar juntos, pai e filho. Johnson desenha, assim, a possibilidade de construir ligações em análise, além da figura do pai e da mãe, mas no vínculo psicanalítico. São construções de funções que consigam circular nos vínculos familiares, sem estar só relacionadas às figuras parentais. Nesse sentido, os funcionamentos vinculares das famílias monoparentais podem criar as diferentes funções que

armam uma estrutura vincular, não só relacionadas a lugares, mas às possibilidades de cada estrutura familiar.

As famílias do século XXI constroem modos de intersubjetividade específicos, concernentes a sua época. Assim, a família seria pensada tanto pela função paterna quanto pela função materna e filial. Pensamos as famílias atuais, não em uma justaposição com as famílias de épocas anteriores, cuja ordem tem-se perdido, pois, na verdade, não se tem perdido, mas tem apenas se modificado. Talvez tivéssemos que lançar um olhar sobre a família, pensando-a como *as famílias*. Essa conceituação, pelo plural, inclui a diversidade e a pluralidade de arranjos familiares que as pessoas fazem, no mundo contemporâneo.

Concluimos com a idéia de que cada família monoparental é única e depende de possibilidades próprias, como conjunto a funcionar como *um* dos tipos de famílias da atualidade, no qual se possam respeitar as diferenças. Famílias que passaremos a chamar de *as famílias monoparentais*, no plural, cada uma com seu perfil peculiar.

Ao descrever novas configurações vinculares, entendemos que a Psicanálise teria que criar uma teoria para dar conta dessas famílias do século XXI, sendo essa a porta que esta pesquisa deixa em aberto, para outros pesquisadores, que continuarão pensando.

REFERÊNCIAS²⁷

ADORNO, F.; SANTOS, A. Um ensaio sobre família(s) e suas intersecções. In: AGOSTINHO, M.; SANCHEZ, T. (orgs.) *Família: Conflitos, reflexões e intervenções*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

AGUIAR, E. *et al.* El vínculo. El otro. In Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo. *50 años de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, Bs. As: Del Candil, 2004.

ANTAR, C. *et al.* El sujeto desde la perspectiva psicoanalítica vincular. In: Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupos. *50 años de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo*. Buenos Aires: Del Candil, 2004.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

BARCIA GOMES, P.; PORCHAT, I. *Psicoterapia do casal*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BERENSTEIN, I. Del ser al hacer. Curso sobre vincularidad. Buenos Aires: Paidós, 2007.
 _____ *Devenir otro con otros*. Ajenidad, presencia, interferencia. Buenos Aires: Paidós Psicología Profunda, 2004.

_____ *El sujeto y el otro*. De la ausencia a la presencia. Buenos Aires: Paidós, 2001.

_____ *Psicoanalizar una familia*. Buenos Aires: Paidós, 1990.

BERENSTEIN, I.; PUGET, J. *Lo vincular*. Clínica y técnica psicoanalítica. Buenos Aires: Paidós, 1997.

_____ *Psicoanálisis de la pareja matrimonial*. Buenos Aires: Paidós, 1988.

_____ *Psicanálise do casal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

BERFLEIN, H. Perspectiva vincular en psicoanálisis: pulsión, narcisismo, Edipo. In: Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo. *50 años de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo*. Buenos Aires: Del Candil, 2003.

BERQUÓ, E. Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica. In: SEVCENKO, N. (org.) *História da vida privada no Brasil*. v. 4 São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BRASIL *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 05 de outubro de 1988. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BRUM, E. *A vida que ninguém vê*. Porto Alegre: Arquipélago, 2006.

²⁷ As referências bibliográficas estão de acordo com a norma NBR6023/2002, preconizada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). As traduções do espanhol são livres da autora.

BUTELMAN, I. Configuraciones vinculares In PACHUK, C., FRIEDLER, R.(orgs.) *Diccionario de psicoanálisis de las configuraciones vinculares*. Buenos Aires: Del Candil, 1998.

DA MATTA, R. *A casa de rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DARÍO, R. Lo fatal. <http://www.los-poetas.com/a/dario1.htm#LO%20FATAL>, 1905.

DEL PRIORE, M. L. M. Brasil Colonial: um caso de famílias no feminino plural. *Cad. Pes.* 91. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1994.

DIMARCO, R. M.; RIOPEDRE, L.; SONEGO, M. El complejo de Edipo en los vínculos. *50 años de pensamiento vincular* Un recorrido de medio siglo 50 aniversario AAPPG. Buenos Aires: Del Candil, 2004.

DROEVEN, J.; LEWKOWICZ, I.; GRINSCHPUN, B. La elección fraterna en las calles. In: DROEVEN, J. (comp.) *Sangre o elección*. Construcción fraterna. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2002.

DUSCHATZKY, S.; COREA, C. *Chicos en banda*. Los caminos de la subjetividad en el declive de las instituciones. Buenos Aires: Paidós, 2006.

FERREIRA, A. B. H *Novo dicionário eletrônico Aurélio da língua portuguesa*. Versão 5.0 Edição eletrônica autorizada a Positivo Informática Ltda., 2004.

FREUD, S. (1912-1913) Totem e tabu. In ___ *Obras Completas de Sigmund Freud*. Traducción directa del alemán por Luis Lopez-Ballesteros. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva.

_____ (1912-1913) Totem e tabu. In ___ *Edição eletrônica brasileira das obras psicológicas de Sigmund Freud*.

_____ (1916-1917) Lecciones Introductorias al Psicoanálisis Parte III Teoría general de las neurosis. In ___ *Obras Completas de Sigmund Freud*. Madrid: Biblioteca Nueva.

_____ 1930)] O mal-estar na civilização. In ___ *Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud: edição standard brasileira*. Rio de Janeiro: Imago, 1974, v.8.

_____ (1939) Moisés e o monoteísmo [edição brasileira ESB, vol.23] Primeiramente integrado na obra de Cf. Otto Rank, *El Mito del Nacimiento del Héroe* (1909), Paris: Payot, 1983. (Der Mythos von der Geburt des Helden).

FREUD, S./PFISTER, O. (1909-1939) *Correspondance de Sigmund Freud avec le Pasteur Pfister*. Paris: Gallimard, 1973.

GALEANO, E. Tik. In ___ *Bocas del tiempo*. Montevideo: Rosgal, 2003.

GASPARI, R.; GUTMAN, J. Función Paterna. Dos modalidades de circulación: renuncia y cesión. In: BERENSTEIN, I. et al. *Familia e inconsciente*. Buenos Aires: Paidós, 1991.

GIL, D.; NUÑEZ, S. *Porque me haz abandonado?* El psicoanálisis y el fin de la sociedad patriarcal. Montevideo: Trilce, 2002.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cad. Pes.*, 91. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994.

GONÇALVES FILHO, A. Os órfãos de um país atrás da autoridade do pai. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Caderno 2, 31 ago., 2007, p. D2b.

GREEN, A. El trabajo de lo negativo. In ____ *Seminário sobre el trabajo de lo negativo*. Buenos Aires: Amorrortu, 1995.

GUIMARÃES ROSA, J. Buriti. In: ____ *Noites do sertão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

KAËS R. *A polifonia do sonho*. São Paulo: Idéias & Letras, 2002.

KAFKA, F. *Carta ao pai*. São Paulo: Companhia das Letras, 1919.

KEHL, M. R. Lugares do Feminino e do Masculino na Família. In: COMPARATO, M. C. M.; MONTEIRO, D. S. F. *A criança na contemporaneidade e a Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

KOERNER, A. Justiça consensual e conflitos de família: algumas reflexões. In: AGOSTINHO, M. L.; SANCHEZ, T. M. (Org) *Família: Conflitos, reflexões e intervenções*. São Paulo: Casa do Psicólogo 2002.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J-B. *Diccionario de psicoanalisis*. Barcelona: Labor, 1971.

LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração*. A família: santuário ou instituição sitiada? São Paulo: Paz e Terra, 1991.

LÉVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. São Paulo: Edusp, 1908a.

_____. *O olhar distanciado*. Lisboa: 70, 1908b.

MERTEN, L. C. E os meninos ficaram adultos... *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, Caderno 2, 31 ago. 2007, p. D2A.

MEZAN, R. *Freud, pensador da cultura*. Brasília: Brasiliense-CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1985.

_____. *A sombra de Don Juan e outros ensaios*. A psicanálise na cultura. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MOGUILLANSKY, R. *Palestra no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo*: 28 set, 2006.

MORAES M. L. Q. A estrutura contemporânea da família. In: COMPARATO M. C. M.; MONTEIRO D. S. F. *A criança na contemporaneidade e a Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2001.

OLIVEIRA, M. C. Condição feminina e alternativas de organização doméstica — as mulheres sem companheiros em São Paulo. *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos de População, ABEP*, v.2., 1992.

PUGET, J. Formación Psicoanalítica de Grupo. Un espacio psíquico o tres espacios. Son superpuestos?, *Revista de Psicología y Psicoterapia de Grupo*, T.XII, nros. 1 y 2. Buenos Aires, AAPPG, 1989.

_____. Entrevista a Janine Puget por Carlos Pachuk. In: Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo, *50 años de la Asociación Argentina de Psicología y Psicoterapia de Grupo*. Buenos Aires: Del Candil, 2004.

RODRÍGUES A. Famílias estão menores e muitos vivem sozinhos *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 2007. Vida &, A35a.

_____. Mesmo ganhando menos, elas são as chefas da casa. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 29 set. 2007. Vida &, A35b.

ROJAS, M. C. Fundamentos de la clinica familiar psicoanalítica. In: BERENSTEIN, I. e otros. *Familia e inconsciente*. Buenos Aires: Paidós, 1991.

ROUDINESCO, E. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SAMPEDRO, J. *O sorriso etrusco*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SARTI, C. A. Famílias enredadas In: VITALE, M. A.; ACOSTA, A. (org) *Família: redes, laços e políticas públicas*. São Paulo: IEE / PUC SP, 2002.

SEADE. *Famílias chefiadas por mulheres*. Pesquisa de condições de vida na região metropolitana de São Paulo. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE, 1994.

SOUSA, A. D. A família informal: as novas espécies de família não fundadas no casamento. *Ver. Esc. Direito*, Pelotas, Jan-Dez. 2005. Disponível em: <http://www.ucpel.tche.br/direito/revista/vol6/13Aline.pdf>

TOLSTOI, L. *Anna Kariênina*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

WISSENBACH CORTEZ, M. C. Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível. In: SEVCENKO, N (org) *História da vida privada no Brasil*. v. 3. República: da belle époque à era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ZALUAR, A. Para não dizer que não falei de samba: Os enigmas da violência no Brasil. In: SCHWARCZ, L. M. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 4.